

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL – UNISC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

MARIELI ELENA MULLER

Dissertação de Mestrado:

**Repertórios Educativos do Movimento Sindical da
Agricultura Familiar: uma análise a partir do Sindicato dos
Trabalhadores Agricultores Familiares de Santa Cruz do Sul,
Sinimbu, Vale do Sol e Herveiras**

Santa Cruz do Sul
2025

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL – UNISC

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Dissertação de Mestrado:

**Repertórios Educativos do Movimento Sindical da
Agricultura Familiar: uma análise a partir do Sindicato dos
Trabalhadores Agricultores Familiares de Santa Cruz do Sul,
Sinimbu, Vale do Sol e Herveiras**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (Mestrado), área de concentração em Desenvolvimento Regional, dentro da linha de pesquisa “Estado, Instituições e Democracia”, da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).

Mestranda: Marieli Elena Muller

Orientador: Prof. Dr. Marco André Cadoná.

Santa Cruz do Sul

2025

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos agricultores e agricultoras familiares que, com suas mãos calejadas e suas lutas silenciosas, plantam não apenas o alimento que sustenta o corpo, mas também os sonhos que alimentam a esperança e a justiça social.

Dedico às mulheres do campo, que educam, produzem, cuidam e resistem, e à juventude rural, que transforma os caminhos da roça em trilhas de futuro, com rebeldia, afeto, coragem e vontade de permanecer e pertencer.

Dedico também à minha família, que me ensinou o valor da terra, do estudo, da palavra dita com firmeza e do silêncio que observa com sabedoria. Sem o amor, a compreensão e o apoio de vocês, eu não teria chegado até aqui.

AGRADECIMENTOS

A realização deste mestrado e desta dissertação não foi um caminho solitário, mas coletivo, como são as lutas e as conquistas no campo.

Agradeço à Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, por ser mais que uma instituição de ensino: um espaço de acolhimento, construção crítica e crescimento pessoal e profissional. Foi nela que encontrei caminhos para unir minha formação, minha origem e minhas lutas.

Aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, meu reconhecimento pelo rigor acadêmico, pela sensibilidade com os territórios e sujeitos do campo e pelo incentivo constante para que minhas raízes também fossem parte do saber científico. Em especial, agradeço ao meu orientador Marco André Cadoná, por sua paciência, orientação generosa e por acreditar na potência dessa pesquisa que pulsa da terra, do movimento e da gente simples que educa com a vida.

Agradeço também aos companheiros e companheiras do movimento sindical, às lideranças do Sindicato dos Agricultores Familiares de Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol e Herveiras, pelos ensinamentos, partilhas, acolhimento nas entrevistas e pela história viva que carrego nestas páginas. Vocês são os verdadeiros autores e autoras deste trabalho.

Às colegas e amigos da caminhada acadêmica, pela troca de saberes, pela escuta nos momentos difíceis e pela alegria compartilhada nas pequenas conquistas.

Agradeço a minha família que é a minha base, que sempre me auxiliaram em todas as situações.

Por fim, agradeço a Deus, que não me deixou desistir, mesmo quando o cansaço parecia maior que a fé. Por seguir escrevendo, mesmo quando a vida, a lida, a vida e a luta

chamavam ao mesmo tempo. Esta dissertação é uma colheita: fruto de muitas mãos, de muitas histórias e de muita resistência.

“A leitura do mundo precede a leitura da palavra”

(Paulo Freire)

RESUMO

Esta Dissertação de Mestrado é resultado de uma investigação sobre os repertórios das ações educativas desenvolvidas no movimento sindical de agricultores familiares, com foco nas ações do Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares de Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol e Herveiras. Analisa-se como os projetos educativos, as concepções pedagógicas, as estratégias educacionais e os sujeitos em educação se definem e se redefinem ao longo das diferentes fases de mobilização e lutas do movimento sindical. O movimento sindical rural, especialmente o vinculado à agricultura familiar no Brasil, visa organizar, mobilizar e defender os interesses de diversos segmentos de trabalhadores rurais, incluindo homens, mulheres, pessoas LGTQIAP+ e outros grupos com diferentes identidades e modos de vida. O estudo destaca que as ações sindicais, além de mobilização política, também têm um caráter educativo, proporcionando uma formação sociopolítica aos trabalhadores e suas comunidades. A dissertação também aborda como o movimento sindical, com sua estrutura multiescalar (sindicatos, federações e confederação), facilita a mobilização de diferentes grupos sociais, com especial ênfase nas juventudes rurais, que desenvolvem agendas de formação e mobilização em várias escalas organizacionais. A pesquisa se baseia na ideia de que a educação no campo não se limita à escolarização formal, mas está presente em todas as formas de socialização e práticas educativas vivenciadas pelos trabalhadores no contexto sindical. Três direções principais são abordadas: 1) a historicidade da atuação sindical como espaço de educação, 2) a repercussão do protagonismo de mulheres e jovens nas ações sindicais e na construção de uma educação no campo, e 3) a relação do movimento sindical com o desenvolvimento regional, analisando como as lutas sociais são territorializadas e como o movimento influencia a dinâmica educativa na agricultura familiar. A metodologia adotada é baseada no materialismo histórico, utilizando levantamento de documentos e entrevistas com dirigentes sindicais e trabalhadores rurais. A dissertação é dividida em duas partes: a primeira, teórica, trata da CONTAG e do movimento sindical no meio rural, da educação no campo e dos repertórios educativos do movimento; e a segunda, empírica, analisa o Sindicato de Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol e Herveiras, os ciclos de mobilização e os repertórios educativos nas diferentes fases do movimento, culminando na análise da mobilização coletiva e dos repertórios educacionais no Festival Nacional da Juventude Rural.

Palavras-chave:

Movimento sindical; Agricultura familiar; Educação no campo; Repertórios educativos; Mobilização sociopolítica.

ABSTRACT

This master's dissertation investigates the repertoires of educational actions developed in the family farming union movement, focusing on the actions of the Family Farm Workers Union of Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol and Herveiras. The study explores how educational projects, pedagogical concepts, educational strategies and the subjects in education are defined and redefined throughout the different phases of mobilization and struggles of the union movement. The rural union movement, especially that linked to family farming in Brazil, aims to organize, mobilize and defend the interests of various segments of rural workers, including men, women, LGTQIAP+ people and other groups with different identities and ways of life. The study highlights that union actions, in addition to political mobilization, also have an educational character, providing sociopolitical training to workers and their communities. The dissertation also addresses how the trade union movement, with its multi-scale structure (unions, federations and confederations), facilitates the mobilization of different social groups, with special emphasis on rural youth, who develop training and mobilization agendas at various organizational scales. The research is based on the idea that education in the countryside is not limited to formal schooling, but is present in all forms of socialization and educational practices experienced by workers in the trade union context. Three main directions are addressed: 1) the historicity of union activity as a space for education, 2) the impact of the leading role of women and young people in union actions and in the construction of education in the countryside, and 3) the relationship of the union movement with regional development, analyzing how social struggles are territorialized and how the movement influences the educational dynamics in family farming. The methodology adopted is based on historical materialism, using a survey of documents and interviews with union leaders and rural workers. The dissertation is divided into two parts: the first, theoretical, deals with CONTAG and the union movement in rural areas, education in the countryside and the educational repertoires of the movement; and the second, empirical, analyzes the Unions of Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol and Herveiras, the mobilization cycles and the educational repertoires in the different phases of the movement, culminating in the analysis of collective mobilization and the educational repertoires in the National Festival of Rural Youth.

Keywords:

Trade union movement; Family farming; Rural education; Educational repertoires; Sociopolitical mobilization

LISTA DE FIGURAS E FOTOS

Foto 01 – Encontro da Juventude Rural	24
Foto 02 – Mobilização em Santa Cruz do Sul	64
Figura 01 - Jornal Gazeta do Sul	73
Figura 02 – Documento dos direitos e deveres dos associados	74
Figura 03 – Divulgação do 4º festival nacional da juventude rural	150
Figura 04 – Oficina realizada durante o 4º festival nacional da juventude rural	152
Figura 05 - Painel que abordou a Década da Agricultura Familiar	153
Foto 03 – Apresentação Cultural Durante o 4º Festival Nacional da Juventude	153

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Histórico das diretorias	69
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares
CPT	Comissão Pastoral da Terra
COOHAF	Cooperativa Habitacional da Agricultura Familiar
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENAFOR	Encontro Nacional de Formação
FETAG/RS	Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul
FUNRURAL	Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural
IAPAS Social	Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCA	Instituto nacional do câncer
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INSS	Instituto Nacional de Previdência Social
LGTQIAP+	Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexos, assexuais, pansexuais, não-binários e outras identidades
MAB	Movimentos dos Atingidos pelas Barragens
MCC	Movimento das Mulheres Camponesas
MMTR	Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MSTTR	Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
PGPAF	Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar
PAA	Programa de aquisição de alimentos
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNF	Política Nacional de Formação
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
RESAB	Rede de Educação do Semiárido Brasileiro
SIMPAS Assistência	Funrural foi incorporado pelo Sistema Nacional de Previdência
STAF	Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
 PRIMEIRA PARTE	
MOVIMENTO SINDICAL E EDUCAÇÃO NO MEIO RURAL	33
1 CONTAG E O MOVIMENTO SINDICAL NO MEIO RURAL BRASILEIRO	34
2 EDUCAÇÃO NO MEIO RURAL A PARTIR DO MOVIMENTO SINDICAL	45
3 DINÂMICA DE MOBILIZAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS E REPERTÓRIO EDUCATIVOS NA EDUCAÇÃO PROTAGONIZADA PELO MOVIMENTO SINDICAL NO MEIO RURAL	65
 SEGUNDA PARTE	
OS REPERTÓRIOS EDUCATIVOS NAS AÇÕES EDUCATIVAS DO SINDICATO DOS TRABALHADORES AGRICULTORES FAMILIARES DE SANTA CRUZ DO SUL, SINIMBU, VALE DO SOL E HERVEIRAS	75
4 O SINDICATO DOS TRABALHADORES FAMILIARES DE SANTA CRUZ DO SUL, SINIMBU, VALE DO SOL E HERVEIRAS	76
5 OS CICLOS DE MOBILIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES AGRICULTORES FAMILIARES DE SANTA CRUZ DO SUL, SINIMBU, VALE DO SOL E HERVEIRAS	112
6 OS REPERTÓRIOS EDUCATIVOS NOS DIFERENTES CICLOS DE MOBILIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DO SINDICATO	136
7 MOBILIZAÇÃO COLETIVA E REPERTÓRIOS DE EDUCAÇÃO A PARTIR DO FESTIVAL NACIONAL DA JUVENTUDE RURAL	161

CONSIDERAÇÕES FINAIS	179
REFERÊNCIAS	182
ANEXOS	187

INTRODUÇÃO

Há de haver algum lugar, um confuso casarão, onde os sonhos serão reais e a vida não [...] (“A moça do sonho” – Chico Buarque e Edu Lobo).

Esta Dissertação de Mestrado é resultado de uma investigação sobre os repertórios das ações educativas desenvolvidas no movimento sindical de agricultores familiares. Tomando como referência as ações educativas do Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares de Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol e Herveiras, foi investigado como os projetos educativos, as concepções pedagógicas, as estratégias educacionais, os sujeitos em educação, a própria concepção de educação no campo, se definem e se redefinem em diferentes fases de mobilização e de lutas do movimento sindical.

Os movimentos sindicais no meio rural têm, dentre suas finalidades, o objetivo de organizar, mobilizar, defender interesses coletivos de diferentes segmentos dos trabalhadores rurais. No caso específico do movimento sindical vinculado à agricultura familiar no Brasil, trata-se de uma organização coletiva e de defesa dos interesses de homens, mulheres, pessoas LGTQIAP+, constituídos a partir de diversas identidades e modos de vida e de produção presentes no campo, nas florestas e nas águas; e atuando como pequenos agricultores, assentados, reassentados, pescadores artesanais, quilombolas, indígenas, silvicultores, aquicultores e extrativistas (CONTAG, 2023, p. 5). Um movimento sindical que, sob o ponto de vista de sua estrutura de organização, conta com diferentes formas de representação, sendo uma das mais importantes aquela que decorre do modelo corporativo, implantado no Brasil ainda na primeira metade do século XX. E que compreende relações entre sindicatos, organizados local ou regionalmente, federações estaduais e confederação, essa última integrando as lutas na escala nacional. Uma estrutura de organização sindical que tem, nesse sentido, a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares) como a entidade que aglutina as mobilizações locais, regionais e estaduais no país.

Enquanto estrutura de mobilização e de representação de interesses coletivos, o movimento sindical tem como horizonte de suas ações a construção da consciência coletiva das categorias que representam, para que possam compreender seus direitos e seus deveres. Mas, também, para que possam se constituir enquanto força social e organizada, perseguindo metas e objetivos coletivamente definidos, seja na relação com os outros segmentos e classes sociais, seja na relação direta com as instâncias de decisão estatal. E é nesse sentido que se pode afirmar que as ações sindicais também são ações educativas. Os trabalhadores, agricultores, demais segmentos sociais, ao estarem inseridos em lutas sindicais, vivenciam uma socialização que remete à compreensão de deveres enquanto associados de um sindicato, de direitos enquanto pertencentes a uma categoria social. Além disso, desenvolvem uma disciplina sociopolítica, que pode se objetivar no dever de pagar as anuidades sindicais, de participar de reuniões e assembleias, de compreender e participar das dinâmicas democráticas de decisão sindical, de votar em eleições, de colocar-se como candidatos/as; de comprometer-se com as lutas coletivas, de modo a compreenderem que são eles mesmos que devem propor os rumos do movimento sindical e das lutas sociais necessárias e vinculadas aos seus interesses enquanto categoria social.

No caso do movimento sindical vinculado à agricultura familiar, na atualidade esse processo educativo compreende ações, coordenadas pela estrutura corporativa de defesa de seus interesses (sindicatos, federações, confederação), dirigindo-se à formação sociopolítica de diferentes grupos sociais. Como é o caso das juventudes do meio rural, que têm agendas de formação e de mobilização que compreendem as diferentes escalas de organização. A CONTAG, por exemplo, define que cada federação estadual tenha estruturada uma comissão estadual de jovens e que essa comissão seja organizada também no âmbito dos sindicatos. Comissões essas que são importantes espaços de socialização e de formação política de jovens rurais, nas quais esses se inserem numa estrutura de organização e de mobilização, numa rede de luta que tece caminhos coletivos, com objetivo de defender seus direitos enquanto jovens rurais.

É importante destacar que, no âmbito do senso comum, não raras vezes a educação fica restrita à educação escolar. Contudo, a educação acontece em todos os espaços de existência social. Como indica Brandão (2007), a educação está intrínseca em todos os espaços nos quais vivenciamos o social, pois ela “aparece sempre que surgem formas

sociais de condução e de controle da aventura de ensinar e aprender” (Brandão, 2007, p. 26).

A experiência de atuação sindical da agricultura familiar no Brasil indica, inclusive, que suas concepções de educação estão assentadas numa perspectiva da educação popular, sendo as matrizes discursivas decorrentes de perspectivas teóricas que resultam da contribuição da pedagogia da autonomia de Paulo Freire, da abordagem dialética de Karl Marx, do pensamento humanístico de Antônio Gramsci (CONTAG, 2023). Trata-se de uma prática educativa que, assim, se contrapõe e questiona as teorias pedagógicas instrumentalistas, restritas à formação de competências exigidas no mercado de trabalho, como proposta de educação para trabalhadores e trabalhadoras. E que pressupõe a educação enquanto um espaço/tempo de formação integral dos seres humanos, presentes em toda a experiência social, inclusive naquela que está implicada nas lutas sociais (CONTAG, 2023, s/p).

Além disso, o movimento sindical vinculado à agricultura familiar no Brasil, representado por suas entidades corporativas, já há muito tempo organiza as ações educativas considerando duas modalidades: a *formação programada* e a *formação na ação*. A *formação programada* tem um caráter mais formal, que decorre de ações planejadas e se objetiva em cursos, palestras, seminários, oficinas, saídas de campo, de modo geral com os conteúdos definidos e organizados para alcançar determinados objetivos de formação técnico-política. Já a *formação na ação* ocorre no próprio processo de organização, de mobilização, de luta e de defesa de interesses coletivos compartilhados. Essa última é uma formação que se constrói, portanto, numa reunião entre agricultores e agricultoras, numa assembleia que discute as políticas sindicais, mas também em mobilizações coletivas mais amplas, como são os casos da Marcha das Margaridas, do Grito da Terra Brasil, do Festival Nacional da Juventude, dos Encontros Estaduais e Nacionais dos Jovens. É uma modalidade de educação, assim, que ocorre no cotidiano da ação sindical, no qual a própria experiência de participação se expressa enquanto experiência educativa (CONTAG, 2023).

As lutas e as ações de mobilização do movimento sindical vinculado à agricultura familiar ocorrem através de atividades práticas e teóricas, que fazem os sujeitos refletirem sobre suas condições de vida, de trabalho e de produção, motivando a construção de práticas sociais de defesa do direito de ter direitos. As campanhas de luta divulgadas pela CONTAG, por exemplo, têm esse caráter: a “campanha nacional de sindicalização”, a

campanha “o sindicato de portas abertas”, a campanha “reforma agrária: nossa luta vale a pena”, a campanha “a década da agricultura familiar”, a campanha “raízes se formam no campo”, a campanha em defesa da previdência social rural e tantas outras (CONTAG, 2023). São campanhas que inserem agricultores familiares num processo reflexivo e de atuação sociopolítica, através da construção de diagnósticos, de construção de consciência, de articulação de ações e de mobilizações em diferentes espaços de poder na sociedade.

Como todo movimento social, o movimento sindical vinculado à agricultura familiar não é estático. Pelo contrário, tem uma dinâmica histórica que se constrói a partir de elementos internos e externos. Enquanto movimento social, suas próprias lutas, suas formas de organização, suas concepções políticas e ideológicas se definem e se redefinem num processo de avaliação interna de ações, que expressa a própria participação dos agricultores na construção do movimento (Gohn, 2006). Assim, pode-se dizer que, internamente, um movimento social constrói repertórios de demandas segundo certos valores, crenças, ideologias, organizando suas estratégias de ação, que se modificam como resultado de sua própria capacidade autorreflexiva, que permite que esses valores, crenças, ideologias, estratégias de ação se definam e se redefinam no decorrer do tempo (Gohn, 2006, p. 255). Ao mesmo tempo, os movimentos sociais atuam em contextos sociopolíticos e culturais que também se modificam historicamente, cobrando deles respostas a essas mudanças, do que decorre também a necessidade de adaptações, inovações de concepções e de práticas políticas adotadas (Gohn, 2006, p. 255).

O caráter histórico e dinâmico das mobilizações e das lutas do movimento sindical vinculado à agricultura familiar, inclusive, não é estranho às suas lideranças e às suas organizações representativas. A FETAG, por exemplo, considera que as lutas dos agricultores familiares no Rio Grande do Sul, expressando uma dinâmica também presente em nível nacional, compreende, desde seu surgimento, quatro fases principais (FETAG, 2023).

A primeira fase marcou o processo de institucionalização das lutas históricas de trabalhadores e trabalhadoras dos espaços rurais no estado e no país que, na definição da FETAG, compreendeu o período entre 1963 e 1980. Foi uma fase de organização, mas também de uma orientação assistencialista do movimento sindical. Uma de suas principais pautas esteve vinculada à previdência social, motivada pela criação do FUNRURAL (Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural); um fundo

criado em 1963, que dispôs sobre o Estatuto do Trabalhador Rural e que, em 1971, através da Lei Complementar, instituiu o Programa de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural (FETAG, 2023). A atuação dos sindicatos, num contexto de regime político autoritário, ganhava visibilidade através de ações nos campos da previdência, da assistência, da saúde, sendo os sindicatos espaços nos quais os agricultores buscavam atendimento médico e odontológico. Mas, também, espaços nos quais acessavam bolsas de estudos para seus filhos, mesmo assistência técnica, no período de grande importância no projeto governamental, de “modernização da agricultura” (FETAG, 2023).

A segunda fase das lutas e mobilizações dos agricultores familiares, segundo a FETAG, compreendeu as décadas de 1980 e 1990 (FETAG, 2023). Ganhou importância naquela fase o caráter reivindicatório, já num contexto de democratização e de lutas por políticas públicas comprometidas com a agricultura familiar no país. Um período de mobilização pela aposentadoria rural, garantindo-se aos agricultores um salário mínimo. E de mobilizações por uma política agrícola diferenciada para a agricultura familiar, com o reconhecimento dos povos do campo enquanto povos de direitos, a serem garantidos constitucionalmente. Foi naquele contexto que a própria identidade da agricultura familiar se tornou uma questão central, tanto na academia quanto nas instâncias estatais, e que o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi instituído (pela Resolução nº 2.191/1995), destinando apoio financeiro às atividades agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor e de sua família (FETAG, 2023).

A terceira fase compreendeu a década de 1990, mas também a primeira década do século XXI. Fase considerada de grande importância na conquista de políticas públicas, comprometidas com a agricultura familiar no país. Pois foi um período de afirmação das políticas de universalização do SUS (Sistema Único de Saúde), de expansão dos direitos previdenciários e trabalhistas, de programas e de políticas construídos com o objetivo de promover o “desenvolvimento” da agricultura familiar: o próprio PRONAF, mas também o Programa Troca-Troca, o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), as políticas de habitação rural, o Programa mais Alimento, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Programas, políticas, avanços que, nesse sentido, traduziram a importância sociopolítica que os agricultores familiares do país, através de suas diferentes formas de organização, alcançaram, num trabalho de

reconhecimento não somente na sociedade, mas também nas instâncias de decisão do Estado brasileiro (FETAG, 2023).

Por fim, uma quarta fase compreende o período que se inicia na década de 2010 até o presente. Uma fase de efervescência política e de grandes mobilizações, organizadas com diferentes objetivos e integrando diferentes grupos sociais da agricultura familiar. Temas como meio ambiente, mulheres na agricultura familiar, jovens na agricultura familiar, qualidade de vida, sucessão familiar, educação do campo, viabilidade das propriedades, sustentabilidade ambiental, a própria natureza das lutas sindicais, ganharam maior importância. Na visão da FETAG, um período no qual a agricultura familiar passou por mudanças significativas, quando uma nova relação com os governos e novas bases de mobilização da categoria estão se formando (CONTAG, 2023).

Nesse último período, certamente grandes mobilizações precisam ser destacadas: O Grito da Terra Brasil, a Marcha das Margaridas, o Festival Nacional da Juventude Rural, o Festival da Juventude Rural Conectada, o Encontro Nacional de Formação (ENAFOR), a Plenária Nacional da Terceira Idade. O *Grito da Terra Brasil*, por exemplo, é uma das principais mobilizações de massa promovidas pela CONTAG, pelas federações estaduais, pelos sindicatos. Uma mobilização que reúne anualmente milhares de pessoas de todo o país, em Brasília, com uma ampla agenda política: política de reforma agrária; política agrícola comprometida com os interesses de agricultores e agricultoras familiares; política nacional de agroecologia e produção orgânica; políticas de defesa dos interesses dos trabalhadores assalariados no meio rural (combate à informalidade, direitos trabalhistas e previdenciários, saúde dos trabalhadores e trabalhadoras etc.); políticas para o meio ambiente; políticas de proteção social; políticas de saúde e assistência social; políticas de educação do campo; políticas de proteção infanto-juvenil; políticas para as juventudes rurais; políticas de afirmação dos direitos das mulheres agricultoras; políticas de inserção internacional da agricultura familiar (CONTAG, 2023a).

Se tomadas essas duas últimas fases, que já ocorrem num contexto de conquistas e de surgimento de grandes mobilizações, protagonizadas inclusive por sujeitos historicamente ausentes das lutas e mobilizações rurais e agrícolas (como são os casos, em especial, dos jovens e das mulheres), uma série de questões podem ser colocadas. Como as agendas políticas foram sendo definidas e redefinidas nesses contextos históricos e a partir dessas conquistas e dessas novas formas de organização e de mobilização dos agricultores e agriculturas familiares? Como o protagonismo de jovens

e de mulheres nessas fases condicionam a definição não somente dessas agendas, mas também nas concepções de rural, de agricultura familiar, da vida no meio rural, dos projetos de organização do trabalho e da produção, da identidade dos agricultores familiares? Que dinâmicas educativas estão implicadas nesse processo histórico, tanto sob o ponto de vista da formação política, das adaptações das lideranças sindicais e das entidades sindicais, quanto das repercussões que essas agendas políticas, construídas em mobilizações nacionais, têm no âmbito dos processos educativos que ocorrem nos territórios, nos locais e regiões de organização e de atuação sindicais?

Essas são algumas das questões que se colocaram desde o momento em que se definiu que o tema da Dissertação estaria vinculado não somente aos projetos educativos do movimento sindical vinculado à agricultura familiar, mas, fundamentalmente, à dinâmica histórica desses projetos educativos. Sendo histórica a condição de organização e de luta de todo movimento social, também o caráter educativo de suas ações apresenta uma dinâmica histórica, que se modifica ao longo do tempo. Tanto em decorrência dos processos autorreflexivos, quanto dos processos externos, representados esses pelas necessidades decorrentes dos diferentes contextos sociopolíticos e culturais, inclusive espaciais, nos quais o movimento sindical atua.

Esse é um pressuposto, portanto, a partir do qual, nesta Dissertação, se analisa a construção histórica do movimento sindical vinculado à agricultura familiar, em sua dimensão educativa. Como o movimento sindical se coloca enquanto espaço e tempo educativos? Quais são as dinâmicas sociopolíticas que estão presentes nas reflexões sobre o próprio caráter educativo do movimento sindical? Quais são as concepções de educação que são consideradas no processo autorreflexivo do movimento sindical? Que práticas educativas são mobilizadas pelo movimento sindical? Mas, principalmente, qual é a dinâmica histórica dessas concepções de educação, dessas práticas educativas, dos projetos educativos, considerando que as próprias lutas, as formas de organização e de atuação do movimento sindical se definem e se redefinem historicamente?

Considere-se que a temática educação e movimento sindical no meio rural já desperta interesses acadêmicos e científicos há muito tempo. Na bibliografia especializada é possível observar desde preocupações sobre as diferentes concepções de educação, em especial em torno do debate sobre “educação rural” e “educação do campo” (Bezerra Neto, 2009), até estudos que consideram experiências concretas de projetos de educação protagonizados por organizações sindicais ou movimentos sociais vinculados a

diferentes segmentos rurais (Pinto, Velloso, 2012). Para os fins da apresentação do problema de pesquisa que orientou a construção da presente Dissertação, no entanto, torna-se importante destacar aquela bibliografia que se ocupa com a análise do movimento sindical enquanto uma experiência educativa. Trata-se, portanto, de uma preocupação com o *movimento sindical enquanto um espaço/tempo educativo*.

E em relação a essa temática, também é possível encontrar uma vasta bibliografia, que se ocupa com discussões relacionadas às concepções de educação que estão presentes nas práticas educativas do movimento sindical (em especial, o debate sobre educação do campo e educação rural) (Batista, 2016); com a importância das práticas educativas na construção dos territórios e identidades camponesas (Batista, 2016); com as possibilidades de uma educação emancipatória através das ações dos movimentos sociais no meio rural (Araújo, 2007); com a análise dos movimentos sociais como “matrizes pedagógicas fundamentais na reflexão de um projeto educativo que se contraponha aos processos de exclusão e de desigualdade social”, e comprometidos com a reconstrução de uma perspectiva histórica e utópica, “de uma sociedade com justiça e trabalho para todos” (Caldart, 2000, p. 3). Mesmo os projetos de educação articulados pela CONTAG, como são os casos da Política Nacional de Formação e da Escola de Formação da CONTAG (CONTAG, 2022), têm sido objeto de estudo, a partir de perspectivas que procuram analisar as concepções políticas, ideológicas e pedagógicas que orientam esses projetos (Teixeira, 2018; Silva, 2013; Costa, Assis, Guerra, 2017).

No entanto, há ainda importantes lacunas na bibliografia, relacionadas à dinâmica histórica de construção das práticas e dos projetos educativos do movimento sindical vinculado à agricultura familiar. Como indicado anteriormente, estudos que atentem para o fato de que o movimento sindical, assim como suas concepções políticas e ideológicas, suas práticas coletivas, seus programas políticos, suas agendas políticas se definem e se redefinem historicamente, num processo que compreende, ao mesmo tempo, condicionamentos externos e um trabalho autorreflexivo.

E essa é a preocupação teórica principal que orientou a construção da presente Dissertação. Trata-se de uma preocupação com a dinâmica histórica de construção das concepções pedagógicas, das estratégias educacionais, dos sujeitos em educação, dos projetos educativos, das ações educativas efetivamente articuladas pelo movimento sindical vinculado à agricultura familiar.

Uma preocupação que remete ao conceito de *repertórios educativos*, um conceito que é apresentado tomando-se como referência a contribuição teórica do cientista social norte-americano Charles Tilly. Tilly considera os repertórios de ação coletiva uma expressão da interação histórica que ocorre entre atores sociais e entre esses e seus opositores (Tilly, 2008, p. 24). Sua proposta conceitual permite que se compreenda como um determinado movimento social possui práxis (articulação entre formas de pensamento e de ação) que se modificam nos diferentes contextos nos quais atuam, em confrontos políticos. Assim, o conceito de repertórios de ação coletiva traduz um processo histórico da ação coletiva, considerando que os sujeitos coletivos executam formas de organização, de mobilização, de lutas, já consolidadas ou inovadoras, dependendo da relação entre ameaças e oportunidades políticas que se apresentam em cada contexto histórico (Tilly, 2008; McAdam; Tarrow, 2009; Tilly, 2009; Alonso, 2012).

Os repertórios de ação coletiva, na definição de Charles Tilly, compreendem técnicas, modelos e formas de ação, pressupondo que esses se definem pelos saberes e experiências dos sujeitos sociais, anteriores e presentes, em especial em contextos de confronto sociopolítico (Tilly, 1995; 2009). Englobam, portanto, formas de pensar, interesses, valores, crenças, práticas sociais, estratégias políticas, performances, que os movimentos sociais constroem a partir da relação que estabelecem com suas histórias e experiências, mas também com as oportunidades e desafios que as situações de confronto político lhes apresentam (Tilly, 1995; Alonso, 2012).

Note-se que não há um conceito de repertórios educativos. No entanto, a proposta conceitual de Charles Tilly é considerada como uma referência teórica para a construção do que se considera repertórios educativos do movimento sindical vinculado à agricultura familiar. Compreendendo esses repertórios educativos como expressões do conjunto, dinâmico, de concepções político-pedagógicas, de projetos educativos, de práticas educativas, de interesses educacionais, de sujeitos envolvidos nos projetos educativos. Que se definem e se redefinem nos diferentes contextos de atuação do movimento sindical, nos quais esse se confronta e confrontado politicamente.

É a partir desses pressupostos teóricos, portanto, que a problemática que orientou a construção da presente Dissertação se objetivou na seguinte questão-problema: “como a dinâmica histórica de mobilização sociopolítica repercute nos repertórios educativos adotados pelo movimento sindical vinculado à agricultura familiar?”

Uma problemática de pesquisa que, sob o ponto de vista do seu enfrentamento analítico, resultou em escolhas, por um lado relacionadas ao tempo de construção de repertórios educativos; e, por outro lado, relacionadas ao espaço de atuação do movimento sindical vinculado à agricultura familiar.

Sob o ponto de vista das escolhas temporais, essas recaíram sobre as duas últimas fases de organização e de mobilização do movimento sindical dos agricultores familiares: a fase que se inicia nos anos 1990 e alcança a primeira década do século XXI; e a fase que se inicia em 2010. Estando caracterizadas essas por grandes mobilizações coletivas, inclusive protagonizadas por diferentes grupos de agricultores familiares, como são os casos dos jovens e das mulheres.

Sob o ponto de vista das escolhas espaciais, essas recaíram sobre um sindicato específico, o Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares de Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol e Herveiras; atuante na região do Vale do Rio Pardo, no Rio Grande do Sul.

Um sindicato que atua numa região na qual ainda na década de 1960 surgiram dois sindicatos de trabalhadores rurais, sendo um o Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Lavoura e da Pecuária e o outro o Sindicato dos Trabalhadores Autônomos de Santa Cruz do Sul. O primeiro, englobando trabalhadores rurais, meeiros, arrendatários e filhos de agricultores; o segundo, a participação de pequenos proprietários de Santa Cruz do Sul. Dois sindicatos que, no entanto, foram fundidos ainda durante a década de 1960, atendendo uma exigência do Ministério do Trabalho, segundo a qual só poderia existir um Sindicato em cada município. Surgindo, então, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares de Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol e Herveiras, 2016).

A denominação “Sindicato dos Trabalhadores Rurais” permaneceu até o ano de 2016, quando foi publicado no diário oficial da união a alteração do nome para Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares de Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol e Herveiras. Agregando, portanto, trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar do município de Santa Cruz do Sul, mas também de territórios que foram emancipados desse município a partir dos anos 1990, formando os municípios de Sinimbu, de Vale do Sul e de Herveiras. Uma mudança que compreendeu um processo político, no qual trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar desses municípios decidiram manter uma união, em que pese a existência de diferentes bases locais.

Como indicado, o Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares de Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol e Herveiras tem sua atuação em municípios localizados na região do Vale do Rio Pardo.¹ O Vale do Rio Pardo compreende uma região na qual está presente o maior complexo agroindustrial do tabaco no Brasil, sendo a produção agrícola do tabaco da região equivalente a 20% da produção nacional (IBGE, 2007). Os municípios de atuação do Sindicato, nesse sentido, são constituídos por agricultores familiares que têm, em sua maioria, a produção de tabaco como principal atividade econômica. Muitos dos quais organizando o trabalho e a produção em suas propriedades através do que, na região, se conhece como “sistema integrado”, no qual os agricultores se associam, de modo dependente, às indústrias do tabaco. Um sistema de organização da produção agrícola, portanto, no qual “o agricultor não possui autonomia sobre sua produção”, já que a indústria interfere tanto na organização do trabalho e da produção, quanto na definição das condições de comercialização e de preços do tabaco (VOGT, 1997).

A partir da problemática apresentada, mas também das escolhas temporais e espaciais realizadas, essa Dissertação é resultado de um amplo trabalho de pesquisa que foi orientado a partir do seguinte objetivo geral: “analisar como a dinâmica histórica de mobilização sociopolítica repercute nos repertórios educativos adotados pelo movimento sindical rural”. Definindo-se, a partir desse objetivo geral, como objetivos específicos: - investigar quais são as principais fases de mobilização que estão presentes na formação histórica do Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares de Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol e Herveiras; - compreender como o Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares de Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol e Herveiras se inseriu nas fases de mobilização dos trabalhadores e trabalhadores na agricultura familiar que se iniciam nos anos 1990 no Brasil; - analisar quais foram os repertórios educativos adotados pelo Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares de Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol e Herveiras a partir das fases de mobilização sindical iniciadas na década de 1990; - investigar como o surgimento de grandes mobilizações no âmbito do movimento sindical rural (Marcha das Margaridas, Grito da Terra, Festival Nacional da Juventude)

¹ O Vale do Rio Pardo compreende uma região do Rio Grande do Sul onde estão localizados os seguintes municípios: Arroio do Tigre, Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, Estrela Velha, General Câmara, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Mato Leitão, Pantano Grande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Tunas, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires e Vera Cruz.

repercutiram nos repertórios educativos adotados pelo Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares de Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol e Herveiras.

Entende-se que essa Dissertação pode contribuir, pelo menos, em três grandes direções.

A primeira delas está vinculada à própria historicidade da atuação sindical, não somente enquanto espaço e tempo de mobilização política, mas também como espaço/tempo de educação dos trabalhadores e trabalhadoras. Como já foi indicado, a partir da referência da FETAG, a atuação sindical dos trabalhadores e trabalhadoras na agricultura familiar, desde seu surgimento, compreende diferentes fases, cada uma delas resultante de um processo de autoconstrução do movimento sindical, mas também como resultado dos condicionamentos históricos que a própria dinâmica de desenvolvimento do capitalismo no Brasil foi colocando.

Essa historicidade do movimento sindical vinculado aos trabalhadores e às trabalhadoras na agricultura familiar, a partir do processo de democratização da sociedade brasileira, compreendeu conquistas importantes, inclusive sob o ponto de vista da construção de uma identidade social para a agricultura familiar. Não é demais lembrar que, durante os anos 2000, o próprio Estado brasileiro reconheceu e definiu o que entende por “agricultor familiar”.² Identidade essa que não foi criada pelo Estado, nem pelas lutas por esses trabalhadores e trabalhadoras protagonizadas a partir dos anos 1990. Mas que, certamente, ganhou maior reconhecimento junto ao Estado, à sociedade, à própria comunidade científica brasileira a partir daquele processo.

Além disso, também a partir do processo de democratização o movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras na agricultura familiar protagonizou, em diferentes escalas de sua atuação, grandes mobilizações coletivas. Dentre essas, mobilizações que representam, na história do próprio movimento, o protagonismo conquistado por segmentos até então excluídos do processo político, como são os casos das mulheres, dos jovens, da comunidade LGBTQIAPN+. Inclusive pelo caráter recente desse

² Através da Lei n. 11.326, de 2006, o Estado brasileiro considera agricultor familiar: “[...] aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família” (BRASIL, 2006).

protagonismo, ainda é um desafio compreender como ele repercute nas formas de organização sindical, nas formas de participação sociopolítica, na construção das agendas políticas dos sindicatos, no processo educativo desencadeado por essas dinâmicas sociopolíticas.

Essa primeira questão já é indicativa da segunda, na medida em que ainda é um desafio teórico, na bibliografia especializada sobre movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras na agricultura familiar, compreender como o protagonismo de mulheres e jovens, com suas agendas políticas, tem repercutido nas ações sindicais, inclusive numa perspectiva de atuação sindical enquanto espaço educativo.

Para além dessa ainda lacuna existente na bibliografia, considere-se que a proposta desta Dissertação compreende uma adaptação de um conceito, o conceito de repertório de ação coletiva, na análise da dinâmica de construção/reconstrução da ação sindical no campo da educação. Nesse sentido, coloca-se como desafio da própria Dissertação a construção do conceito de repertórios educativos, bem como sua operacionalidade na análise das ações educativas do movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras na agricultura familiar. E a partir de uma perspectiva que considera que as concepções, os valores, os interesses, as práticas de um movimento sindical não se definem automaticamente, de uma posição social que indivíduos e grupos ocupam numa estrutura de uma dada sociedade. Pois são construções históricas, definidos e redefinidos enquanto esses sujeitos e grupos sociais vivenciam suas próprias experiências de vida, de trabalho, de mobilizações, de conquistas e de derrotas das lutas que organizam visando defender interesses coletivamente partilhados.

A terceira direção está diretamente relacionada com o desenvolvimento regional. E, sobre isso é importante que se considere duas questões principais.

Por um lado, coloca-se uma questão que decorre da própria estrutura sindical dos trabalhadores e trabalhadoras na agricultura familiar, compreendendo sindicatos, federações e confederação. Essa estrutura de organização, de mobilizações e de lutas permite análises de como o movimento sindical está organizado em diferentes escalas de atuação, da relação que se estabelece entre as diferentes escalas de lutas e, nesse sentido, análises do próprio processo de territorialização das lutas sociais protagonizadas pelo movimento. A territorialização expressa um “processo de constituição” de “territórios num dado espaço geográfico através da apropriação material ou simbólica, do uso e da identificação material e imaterial”, resultantes de “dinâmicas e/ou lógicas políticas

sociais, econômicas ou culturais” (Silveira, 2020, p. 47). Assim, na análise de dinâmicas de desenvolvimento regional “se faz importante identificar e compreender como ocorrem as territorializações dos distintos agentes sociais [...] no espaço geográfico, como eles se enraízam, se vinculam, se identificam, pertencem ao território regional” (Silveira, 2020, p. 47). O que abre a possibilidade, considerando um movimento sindical que tem uma estrutura multiescalar de organização, de uma compreensão de como a atuação local/regional de um sindicato territorializa nesses espaços as mobilizações e lutas que se definem no âmbito estadual e, principalmente, nacional.

Por outro lado, considere-se que os sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais compreendem organizações sociopolíticas que têm uma história de defesa dos interesses coletivos desses(as) trabalhadores(as). Em especial em locais e regiões onde a agricultura familiar tem maior importância, como é o caso da região do Vale do Rio Pardo (Karnopp, 2014), o movimento sindical é uma instituição fundamental de organização e de mobilização dos agricultores familiares, tanto sob o ponto de vista da defesa de seus interesses no espaço local/regional, quanto sob o ponto de vista de sua integração nas lutas que são protagonizadas nacionalmente. Assim, o movimento sindical não somente tem importância para a discussão das condições de desenvolvimento regional da agricultura familiar, mas também na reflexão de como se constroem regionalmente dinâmicas educativas e epistemológicas no âmbito da agricultura familiar.

Já num momento de finalização deste texto de introdução, considere-se também os caminhos que foram adotados para a realização da pesquisa que resultou na presente Dissertação de Mestrado. Duas questões, nesse sentido, merecem ser destacadas: a primeira delas está relacionada ao método de abordagem e a segunda diz respeito ao tipo de pesquisa e às técnicas de levantamento de dados que foram utilizadas.

Em relação ao método de abordagem, entende-se que os resultados de uma pesquisa estão, em grande parte, vinculados ao ponto de partida de quem pesquisa e ao recorte teórico-metodológico utilizado na construção da problemática, na coleta e na interpretação dos dados. A abordagem metodológica, assim, expressa escolhas de quem pesquisa, tanto no que diz respeito à sua visão acerca da realidade, da dinâmica histórica de desenvolvimento das comunidades/sociedades, quanto no diz respeito à sua visão acerca da ciência e da importância dessa não somente para a compreensão, mas, também, para a transformação da realidade.

A abordagem metodológica que sustenta epistemologicamente a presente Dissertação está vinculada ao materialismo histórico. Uma abordagem que remete à tradição do pensamento crítico marxista. E que tem grande importância na interpretação dos fenômenos históricos a partir de um olhar que atenta para a historicidade, as contradições, as práticas sociais dos sujeitos (Triviños, 1992). Pois, como é conhecido, as principais categorias do materialismo histórico são a totalidade, a historicidade, a contradição, a mediação, as práticas sociais (Masson, 2014).

Como assinala Triviños (1992), ao adotar o materialismo histórico o/a pesquisador/a se compromete com alguns pressupostos na construção do conhecimento: 1. deve ter presente que sua investigação deve ser orientada por uma concepção dialética da realidade, além da materialidade dos fenômenos que pretende investigar; 2. que a concepção dialética da realidade compreende o desenvolvimento de uma perspectiva atenta à historicidade, à totalidade, à contradição dos fenômenos sociais; 3. que, sob o ponto de vista dos procedimentos de pesquisa, a investigação se inicia com a contemplação viva dos fenômenos, a penetração na dimensão abstrata dos mesmos, a volta à dimensão concreta dos fenômenos, contudo considerando seus aspectos essenciais, seus fundamentos, suas contradições, suas manifestações e possibilidades, a dimensão descritiva, analítica, mas também normativa da realidade; 3. por fim, deve-se ter claro que a ciência não é neutra e, nesse sentido, todo o conhecimento é comprometido, seja para a transformação, seja para a conservação de uma determinada realidade social (Triviños, 1992).

Em relação aos procedimentos metodológicos utilizados para o levantamento dos dados, que sustentam empiricamente a análise construída, dois esclarecimentos são importantes.

O primeiro deles está relacionado ao levantamento de documentos, no referido Sindicato, de documentos que permitiram a reconstrução das formas de mobilização coletiva protagonizadas pelos trabalhadores agricultores familiares em sua região de abrangência. Mas, principalmente, permitiram resgatar as atividades educativas que, no período de análise, através do Sindicato se desenvolveram. Sob o ponto de vista dos objetivos da Dissertação, esses documentos foram importantes para: 1. investigar as principais fases de mobilização que estão presentes na história do Sindicato; 2. identificar as atividades educativas que, nas diferentes fases de sua atuação, o Sindicato organizou e desenvolveu em sua região de abrangência; 3. analisar como as grandes mobilizações que

ocorreram nas últimas décadas, protagonizadas pelo movimento dos trabalhadores agricultores familiares no país, repercutiram nas concepções políticas e ideológicas, mas também nas práticas educativas desenvolvidas pelo Sindicato; 4. compreender os projetos educativos, as concepções pedagógicas, as estratégias educacionais, os sujeitos em educação, presentes nas atividades educativas desenvolvidas pelo Sindicato.

Foram considerados os seguintes documentos do Sindicato: 1. 8 relatórios de gestão, referentes ao período de 2016 a 2023; 2. 235 atas, compreendendo o período de 1962 a 2024; 3. Fotografias do acervo do Sindicato; 4. Reportagens de jornais e revistas presentes no acervo sindical; 5. Atas das assembleias ordinárias e extraordinárias; 6. Atas da Comissão Municipal de Aposentados; 7. Atas da Comissão Municipal de Mulheres; 8. Atas da Comissão Municipal de Jovens; 9. Atas da Comissão Regional de Jovens.

O segundo deles está relacionado ao levantamento de informações com diferentes sujeitos que participam de atividades educativas desenvolvidas pelo Sindicato, desde suas lideranças até agricultores e agricultoras participantes das atividades educativas. Nessa direção, foram realizadas entrevistas com os seguintes sujeitos, compreendendo tanto lideranças do Sindicato, quanto agricultores e agricultoras familiares que participam das mobilizações do e no Sindicato: Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares de Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol e Herveiras; Secretária do Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares de Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol e Herveiras; Vice- secretária do Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares de Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol e Herveiras; Conselheira fiscal do Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares de Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol e Herveiras; Associada do Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares de Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol e Herveiras; Associada do Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares de Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol e Herveiras; Associado do Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares de Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol e Herveiras; Associado do Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares de Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol e Herveiras.

Tanto as entrevistas com os dirigentes sindicais quanto as entrevistas com trabalhadores/as participantes de atividades educativas implementadas pelo Sindicato foram orientadas por um roteiro de entrevistas, organizado de modo a contemplar os seguintes eixos: 1. A atuação no movimento sindical; 2. As percepções acerca das

diferentes fases do movimento sindical na região de atuação do Sindicato; 3. As formas de participação nas atividades desenvolvidas pelo Sindicato; 4. O caráter educativo da atuação sindical; 5. As percepções acerca dos projetos educativos presentes na história do movimento sindical; 6. As percepções acerca das concepções pedagógicas que orientam as ações educativas no Sindicato; 7. As estratégias educativas adotadas pelo Sindicato; 8. As repercussões das grandes mobilizações na atuação educativa do Sindicato; 9. A percepção acerca da educação no campo.

Por fim, cabe ainda indicar como o texto da Dissertação foi estruturado, visando apresentar tanto os pressupostos teóricos que sustentam a análise proposta, quanto a análise construída a partir do material empírico considerado.

A Dissertação foi estruturada em duas partes. Na primeira, dividida em três capítulos, são apresentadas as principais questões teóricas que foram enfrentadas ao longo do trabalho: 1. A Contag e o movimento sindical no meio rural brasileiro, 2. Educação no meio rural a partir do movimento sindical. 3. Dinâmica de mobilizações sociopolíticas e repertório educativo da educação protagonizada pelo movimento sindical no meio rural. A segunda, dividida em quatro capítulos: 4. O Sindicato dos trabalhadores familiares de Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol e Herveiras. 5. Os ciclos de mobilização sociopolítica do sindicato dos trabalhadores agricultores familiares de Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol e Herveiras. 6. Os repertórios educativos nos diferentes ciclos de mobilização sociopolítica do sindicato, em que inclui neste capítulo: Os projetos educativos, as concepções pedagógicas, as estratégias educacionais, os sujeitos em educação e a educação no campo. 7. Mobilização coletiva e repertórios de educação a partir do festival nacional da juventude rural.

PRIMEIRA PARTE:

MOVIMENTO SINDICAL E EDUCAÇÃO NO MEIO RURAL



Imagem: Encontro da juventude rural.

Fonte: da autora, 2024.

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.” Paulo Freire

O movimento sindical tem desempenhado um papel crucial na promoção e defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Entre os vários direitos reivindicados, a educação é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento social e econômico das comunidades rurais. A educação no meio rural enfrenta desafios específicos, como a dispersão geográfica, a falta de infraestrutura adequada e a carência de políticas públicas direcionadas. Este capítulo analisa a intersecção entre o movimento sindical e a educação no meio rural, destacando as iniciativas sindicais que têm buscado em prol das condições educacionais nessas áreas.

1. A CONTAG E O MOVIMENTO SINDICAL NO MEIO RURAL BRASILEIRO

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, mais conhecida pela sigla CONTAG, é uma organização representativa dos trabalhadores rurais no Brasil. Ela está dentre as entidades que ocupam um espaço social e política de defesa dos interesses e dos direitos dos agricultores familiares no Brasil. Segundo Ariovaldo Umbelino de Oliveira, “a CONTAG desempenha um papel fundamental na luta pelos direitos dos trabalhadores rurais e na promoção da reforma agrária, sendo uma voz ativa na defesa dos interesses dos agricultores familiares” (Oliveira, 2001, p. 45).

O movimento sindical no meio rural no Brasil tem suas raízes na luta pela reforma agrária e melhores condições de trabalho desde a década de 1960. A criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) em 1963 marcou um ponto de inflexão importante, pois a organização passou a articular reivindicações que iam além das questões trabalhistas, incluindo demandas por melhores condições de vida e acesso à educação (LIMA, 2010).

A CONTAG foi fundada em 22 de fevereiro de 1963 e é uma entidade de âmbito nacional que reúne federações, sindicatos e outros órgãos ligados não somente à agricultura familiar, mas também a trabalhadores rurais assalariados, ribeirinhos, comunidades quilombolas, dentre outros setores que atuam na agricultura. Sua missão é representar e promover os interesses dos trabalhadores rurais, contribuindo para a formulação de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e a agricultura familiar e camponesa sustentável (CONTAG, 2023).

A CONTAG, desde sua fundação, tem sido uma força motriz na luta pela inclusão e melhoria da educação no campo. Conforme relatado em documentos institucionais, a CONTAG acredita que a educação é um direito fundamental que deve ser garantido a todos, independentemente de sua localização geográfica. A organização tem se esforçado para garantir que as políticas públicas de educação atendam às necessidades específicas das comunidades rurais, promovendo uma educação contextualizada e de qualidade (CONTAG, 2017).

Nos anos seguintes à criação da CONTAG, o movimento sindical rural passou por um processo de expansão e consolidação. Durante a ditadura militar (1964-1985), os sindicatos enfrentaram repressão e restrições, mas conseguiram se reorganizar e

fortalecer, especialmente no final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Este período foi marcado pela crescente politização dos trabalhadores rurais e pela formação de movimentos sociais importantes, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que se tornou um aliado estratégico dos sindicatos na luta pela reforma agrária (NAVARRO, 2002).

Dentre as atividades e áreas de atuação da CONTAG está a própria negociação de direitos trabalhistas, atuando na negociação de acordos e de convenções coletivas de trabalho que procuram melhorar as condições de trabalho e de vida dos trabalhadores rurais. Além disso, a entidade atua na defesa de políticas agrícolas e agrárias, com o objetivo de garantir políticas públicas que apoiem a agricultura familiar, a reforma agrária, a segurança alimentar e a preservação do meio ambiente.

A CONTAG e o movimento sindical no meio rural também atuam na capacitação e na formação dos trabalhadores rurais, através de programas de capacitação e de formação, visando melhorar suas habilidades e conhecimentos em diversas áreas relacionadas à agricultura e à vida no campo. Concomitantemente, o movimento sindical também na organização de mobilizações, de coalizões em defesa dos direitos dos trabalhadores rurais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e outras organizações afins (CONTAG, 2023).

Para cumprir sua missão de promover os interesses dos trabalhadores rurais, a CONTAG estabelece comissões de estudo que se concentram em áreas específicas de interesse. Uma comissão, segundo Monticelli et al. (2021, p. 43): “é a organização de um grupo de agricultores(as) que representam um determinado segmento da categoria ou a organização de produtores(as) em torno de uma determinada cultura/produto”.

As comissões de estudo e trabalho desempenham um papel fundamental na análise de questões relevantes e na elaboração de políticas e propostas para melhorar a vida e as condições de trabalho dos trabalhadores rurais, sendo que:

(...) possuem atribuições específicas e compete a elas, além da realização de processos formativos e de capacitação, a proposição de ideias e sugestões com vistas ao que vivenciam diariamente nas suas propriedades, identificando necessidades latentes e que são compartilhadas pelo todo.” (MONTICELLI et al., 2021, p. 44).

Alguns exemplos de comissões de estudo da CONTAG incluem a comissão de política agrícola. Uma comissão que dirige suas ações para questões relacionadas a

políticas agrícolas, incluindo o acesso à terra, crédito agrícola, subsídios, preços dos produtos agrícolas, entre outros. Ela busca garantir que as políticas públicas relacionadas à agricultura beneficiem os trabalhadores rurais, especialmente os da agricultura familiar. Outro exemplo é a Comissão de Gênero, Raça e Juventude, que atua em questões relacionadas a gênero, raça e juventude no contexto rural, comprometendo-se com a promoção da igualdade de gênero e a inclusão de grupos historicamente marginalizados na agricultura.

Essas comissões de estudo da CONTAG desempenham um papel crucial na formulação de políticas e na promoção dos interesses dos trabalhadores rurais brasileiros. Elas reúnem especialistas e representantes dos trabalhadores para discutir e propor soluções para as questões específicas que afetam a agricultura familiar e os trabalhadores do campo. Essas iniciativas contribuem para a melhoria das condições de vida e de trabalho no setor rural do Brasil.

Olhado numa perspectiva histórica, a CONTAG inseriu-se em lutas e mobilizações importantes na criação e na melhoria de legislações trabalhistas e previdenciárias, comprometidas com os interesses dos trabalhadores rurais. Isso inclui a obtenção de direitos trabalhistas, como o salário mínimo rural, o fortalecimento dos sistemas de seguridade social para os trabalhadores rurais, a defesa da reforma agrária, buscando o direito do acesso a terras para trabalhadores rurais e o desenvolvimento de políticas que promovam a agricultura familiar e a produção de alimentos.

A CONTAG também se colocou como protagonista de lutas em favor do acesso a crédito rural adequado para os agricultores familiares, permitindo investimentos em suas atividades agrícolas e no desenvolvimento de suas propriedades. Nessa direção, tem buscado promover a inclusão de grupos historicamente marginalizados na agricultura, incluindo mulheres, jovens e comunidades indígenas e quilombolas. Ela tem sido ativa na promoção da igualdade de gênero e na defesa dos direitos desses grupos. Sobre a políticas de desenvolvimento rural sustentável: A organização tem trabalhado na promoção de práticas agrícolas sustentáveis e no desenvolvimento de políticas que incentivem a preservação do meio ambiente e a conservação dos recursos naturais.

Essas conquistas demonstram o comprometimento da CONTAG em representar os interesses dos trabalhadores rurais e na promoção de políticas que visam melhorar suas condições de vida e trabalho. A organização desempenha um papel fundamental na defesa

dos direitos dos trabalhadores rurais no Brasil e na promoção de uma agricultura familiar sustentável e inclusiva.

Cabe destacar que, em nível estadual, o movimento sindical representado nacional pela CONTAG compreende as Federações Estaduais. Como é o caso, no Rio Grande do Sul, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FETAG-RS).

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FETAG-RS), desde seu surgimento desempenha um papel fundamental no setor da educação desde seu surgimento.

O marco da Fundação da FETAG- RS aconteceu em 6 de outubro de 1963, ainda na sede da Frente Agrária Gaúcha (FAG) entidade que era formada pelos sindicatos dos trabalhadores na Lavoura, que posteriormente passariam a se chamar Sindicato dos Trabalhadores Rurais (Oliveira, Gehlen, 2024, p. 4).

A história da FETAG-RS cuja história está marcada por diferentes fases, condicionadas pelas mudanças políticas, econômicas e sociais que ocorreram no estado gaúcho e no Brasil. Embora essas fases possam ser mais fluidas e interligadas na realidade, elas podem ser identificadas de forma geral da seguinte maneira:

A primeira fase compreendeu a Fundação e a Consolidação (1963-1980). A FETAG-RS foi fundada em 1963, como uma resposta à necessidade de organização dos trabalhadores rurais no estado do Rio Grande do Sul. Naquele período inicial, a organização estava focada na luta por direitos trabalhistas e melhores condições de vida e trabalho para os agricultores e assalariados rurais. A criação da FETAG-RS representou um marco na união dos trabalhadores rurais do estado gaúcho.

A segunda fase compreendeu a Ditadura Militar e Resistência (1980-1990). Compreendeu, portanto, o período autoritário que perdurou no país entre 1964 e 1985. A atuação da FETAG-RS enfrentou desafios significativos devido à repressão política; no entanto, a organização continuou a lutar pelos direitos dos trabalhadores rurais e pela reforma agrária, muitas vezes operando na clandestinidade.

A terceira fase compreendeu a Redemocratização e Participação Política (1990-primeira década do século XXI). Com o fim da ditadura militar e a redemocratização do Brasil, a FETAG-RS teve maior liberdade para atuar e participar ativamente da política. A organização desempenhou um papel importante na formulação de políticas agrárias e

sociais voltadas para a agricultura familiar, bem como na representação dos trabalhadores rurais em nível estadual e nacional.

A quarta fase compreende a Inserção Internacional e Desafios Contemporâneos (2010-presente). Nos anos mais recentes, a FETAG-RS se envolveu em questões de âmbito internacional relacionadas ao comércio agrícola e às mudanças climáticas. Além disso, a organização continua a enfrentar desafios contemporâneos, como o acesso à terra, políticas de crédito rural, desenvolvimento sustentável e a promoção da igualdade de gênero no campo.

É importante notar que essas fases não são rigidamente separadas e podem se sobrepor, já que a história de qualquer organização é fluida e complexa. No entanto, essas fases representam uma maneira de entender a evolução da FETAG-RS ao longo do tempo, destacando os desafios e conquistas que marcaram sua trajetória.

Importante destacar também que a organização do movimento sindical compreende diferentes formas escalares de organização, desde a Confederação até os Sindicatos. Uma estrutura que também tem importância na compreensão do lugar que o movimento sindical ocupa enquanto espaços de formação política e trabalho na agricultura familiar.

A organização dos sindicatos, das federações e da própria CONTAG envolve a criação de secretarias, com o propósito de reforçar a liderança das entidades sindicais. Essas secretarias desempenham um papel significativo ao identificar uma ampla gama de grupos sociais e políticos que fazem parte da sociedade brasileira. Além disso, elas destacam as lutas e causas específicas que esses grupos apoiam e defendem, contribuindo assim para aumentar a conscientização sobre suas agendas e promover o alcance de seus objetivos (CONTAG, 2022).

No âmbito das secretarias, estão presentes coletivos de indivíduos e comissões especializadas incumbidas de executar tarefas coordenadas sob a supervisão dos respectivos secretariados. Esses coletivos são constituídos por especialistas e consultores empenhados em debater e analisar tópicos relacionados com as vivências do dia a dia e a estrutura dentro do sindicato. Eles documentam essas conversações com a intenção de formular estratégias embasadas, as quais posteriormente são apresentadas e discutidas entre os órgãos diretivos do movimento.

Atualmente, a FETAG-RS tem sua sede em Porto Alegre/RS e é composta por 315 sindicatos de trabalhadores rurais filiados. Sua atuação abrange cerca de 450 municípios dentro do âmbito do movimento sindical, distribuídos em 23 áreas sindicais, com aproximadamente 200 mil associados e associadas. (FETAG, 2023).

Um ponto de viragem significativo, para todo o movimento sindical vinculado à agricultura familiar, em nível nacional, foi a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Dois programas cruciais, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), desempenham um papel fundamental nos esforços governamentais para combater a insegurança alimentar e promover o uso sustentável da terra.

A Cooperativa Habitacional da Agricultura Familiar, também conhecida como COOHAF, é uma iniciativa que fornece financiamento para jovens rurais envolvidos em projetos habitacionais em áreas rurais. A legislação ambiental passou por mudanças ao longo do tempo, incluindo diversas modificações permitidas.

A FETAG-RS, em conjunto com seus sindicatos e entidades regionais, tem uma longa tradição de envolvimento ativo no ambiente rural, abordando questões de extrema relevância para os agricultores e agricultores familiares. A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul e diversos sindicatos rurais desempenham um papel vital na promoção de atividades educacionais no meio rural. Essas atividades são fundamentais para melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores rurais, aumentar suas habilidades técnicas e promover o desenvolvimento sustentável das comunidades agrícolas.

A FETAG e os sindicatos rurais têm implementado programas de alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (EJA) que visam reduzir o analfabetismo nas áreas rurais. Esses programas são essenciais para garantir que os trabalhadores rurais possam acessar informações importantes, exercer seus direitos e participar ativamente da vida comunitária e política. A alfabetização proporciona uma base sólida para o aprendizado contínuo e a capacitação profissional.

A formação técnica e profissionalizante é uma das áreas de maior enfoque da FETAG. Cursos em áreas como agroecologia, manejo sustentável, técnicas de plantio, gestão agrícola, e pecuária são oferecidos regularmente. Essas formações visam aumentar a produtividade e a sustentabilidade das atividades agrícolas, além de diversificar as

fontes de renda dos trabalhadores rurais. Segundo a FETAG-RS, parcerias com instituições de ensino técnico e superior são fundamentais para a oferta de cursos de qualidade (FETAG-RS, 2021).

A educação ambiental é outro componente importante das atividades educacionais promovidas pela FETAG e pelos sindicatos rurais. Através de oficinas, palestras e projetos práticos, os trabalhadores rurais são conscientizados sobre a importância da conservação dos recursos naturais e são incentivados a adotar práticas agrícolas sustentáveis. Projetos como a recuperação de matas ciliares, compostagem e uso racional da água são comuns nesses programas (FETAG-RS, 2020).

A inclusão digital é uma área crescente de atuação. A FETAG e os sindicatos têm promovido cursos de informática básica e uso da internet para que os trabalhadores rurais possam acessar informações relevantes, participar de programas e melhorar a gestão de suas propriedades através de tecnologias digitais. A inclusão digital facilita o acesso a mercados, informações climáticas e técnicas agrícolas inovadoras dos pequenos agricultores (FETAG-RS, 2019).

Programas de educação para a saúde também são uma prioridade. A FETAG organiza palestras e workshops sobre saúde preventiva, nutrição, segurança no trabalho e bem-estar. Essas iniciativas visam melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores rurais, promovendo práticas de vida saudável e segurança no ambiente de trabalho agrícola (FETAG-RS, 2018).

Com o intuito de estimular o aprimoramento da agricultura familiar como uma estratégia para o desenvolvimento produtivo do país, adota-se uma abordagem econômica centrada na solidariedade e na cooperação, incorporando avanços tecnológicos e a diversificação de atividades não agrícolas. Nesse contexto, é de extrema importância advogar pela garantia dos direitos trabalhistas e pelo aprimoramento das condições de vida dos trabalhadores rurais. Isso envolve assegurar uma regulamentação justa, promover a democratização das relações laborais e garantir a plena observância de todos os direitos trabalhistas, com o propósito de promover a excelência no emprego e a qualidade de vida nas regiões rurais.

Ao promover a adoção de novas atitudes e valores nas relações sociais entre diferentes gêneros e gerações, é crucial considerar e respeitar as singularidades individuais, garantindo o direito fundamental de cada pessoa. Isso implica na

aprendizagem e no ensino da partilha tanto do poder quanto do conhecimento, envolvendo-se ativamente na organização, na produção, na vida familiar e na sociedade como um todo. É de suma relevância lutar em prol de políticas sociais e pela ampliação da democratização dos espaços públicos.

Ao longo da caminhada da Federação, se tem incessantemente defendido a reforma agrária, o direito à terra e ao território, e se tem fomentado políticas direcionadas à agricultura familiar e que auxiliam o agricultor e agricultoras familiar para melhor vida no campo. Se trabalha para garantir condições de trabalho dignas e sustentáveis para os trabalhadores rurais assalariados, ao mesmo tempo em que se luta pela acessibilidade à educação, saúde, previdência, habitação rural, preservação e conservação do meio ambiente, bem como pelo estímulo à participação em atividades esportivas, culturais e de lazer. Valoriza-se a igualdade de gênero e o asseguramento da participação ativa de jovens e idosos. A luta da Federação para com o campo é, assim, orientada pela visão de uma sociedade mais justa e equitativa para todos.

O movimento sindical é uma estrutura organizativa, como mobilização de interesse coletivo. O horizonte do movimento sindical molda a consciência coletiva dos trabalhadores e trabalhadoras para que compreendam os seus direitos e responsabilidades. O movimento sindical constitui-se numa força social e organizada que luta por metas e objetivos definidos em conjunto, quer contra outros segmentos e classes sociais, quer diretamente contra os órgãos de decisão do Estado, sendo essas atividades sindicais atividades consideradas educativas. Os trabalhadores que participam da luta sindical vivenciam uma socialização que leva à compreensão das responsabilidades dos sindicalistas e aos direitos categorizados.

Educação, saúde, recreação, formação profissional, pesquisa, consultoria técnica, preservação do meio ambiente, atividades esportivas, promoção da cultura, segurança social e assistência social desempenham funções vitais em qualquer estratégia de desenvolvimento voltada para assegurar uma vida digna, especialmente em áreas rurais. Esses componentes representam os alicerces essenciais para forjar uma sociedade mais justa e igualitária, onde cada indivíduo possa prosperar e contribuir para o bem-estar coletivo.

A educação sempre esteve no cerne das reivindicações dos movimentos sindicais rurais. Os sindicatos perceberam que a educação não apenas melhorava as condições de vida dos trabalhadores, mas também os capacitava a lutar por seus direitos de maneira

mais eficaz. Programas de alfabetização e cursos técnicos foram promovidos para aumentar a autonomia e o empoderamento dos trabalhadores rurais. A criação do PRONERA em 1998 foi um marco nesse esforço, proporcionando educação básica e profissional para jovens e adultos em assentamentos rurais e consolidando a educação como uma ferramenta de emancipação (FERNANDES, 2001).

Os sindicatos rurais têm promovido diversas iniciativas para melhorar a educação no campo. Um exemplo notável é o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), criado em 1998 pela CONTAG em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e outras entidades. O PRONERA visa proporcionar educação básica e profissional para jovens e adultos em assentamentos rurais, fortalecendo a cidadania e a capacidade produtiva dos trabalhadores rurais (FERNANDES, 2001). A CONTAG tem sido um dos principais articuladores desse programa, promovendo a alfabetização e a formação técnica e profissional dos trabalhadores rurais (CONTAG, 2017).

A educação no meio rural enfrenta diversos desafios que dificultam o acesso e a qualidade do ensino. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2019, a taxa de analfabetismo entre a população rural é significativamente maior do que na população urbana. As escolas rurais frequentemente lidam com problemas como a escassez de professores qualificados, infraestrutura inadequada e materiais didáticos insuficientes (BRASIL, 2019).

As iniciativas educacionais promovidas pelo movimento sindical no meio rural brasileiro têm sido fundamentais para o desenvolvimento social e econômico dessas comunidades. Ao organizar cursos de alfabetização e capacitação profissional em parceria com universidades e ONGs, os sindicatos têm proporcionado oportunidades de aprendizado que vão além do âmbito escolar tradicional. Esses cursos permitem que os trabalhadores rurais adquiram conhecimentos técnicos e gerenciais, essenciais para a melhoria de suas atividades produtivas e para uma participação mais ativa na vida política e social (SILVA, 2015).

A contribuição do movimento sindical para a educação no campo também se estende ao desenvolvimento de lideranças comunitárias. Através da formação de lideranças, os sindicatos capacitam os trabalhadores a serem porta-vozes de suas comunidades, articulando demandas e buscando soluções para os problemas locais. Isso fortalece a coesão social e a capacidade de mobilização dos trabalhadores rurais,

elementos cruciais para a defesa de seus direitos e a promoção de mudanças estruturais (FREIRE, 1987).

A formação de lideranças comunitárias no movimento sindical tem uma repercussão importante, não só na capacitação técnica, mas também na transformação social das comunidades rurais. Ao investir em lideranças locais, os sindicatos proporcionam aos trabalhadores rurais as ferramentas necessárias para se tornarem agentes de mudança, articulando soluções para problemas cotidianos e, ao mesmo tempo, preparando-os para a luta por direitos fundamentais. Esse processo de formação é igualmente relevante para as gerações mais jovens e para outros grupos, como as mulheres aposentadas, pois promove uma reflexão contínua sobre os avanços e desafios do movimento sindical.

Como observa o Entrevistado 4 (10/01/2025), "As formações no sindicato, tanto com jovens, quanto com mulheres aposentadas, acredito que são transformadoras, porque a gente trabalha vários assuntos, várias pautas. A gente discute muita coisa que já aconteceu no passado, no movimento sindical, discute muitas coisas que ainda estão por acontecer, dificuldades, coisas boas. Acredito que seja isso, assim, o mais importante." Essas atividades formativas não apenas preservam a memória histórica do movimento, mas também asseguram que as futuras lideranças estejam preparadas para enfrentar os desafios que ainda estão por vir.

Além da formação profissional e da alfabetização, os sindicatos têm atuado na promoção de uma educação contextualizada, que respeita e valoriza os saberes locais. Essa abordagem pedagógica é inspirada nos princípios da educação popular defendidos por Paulo Freire, que enfatiza a importância de uma educação que dialogue com a realidade dos educandos. Segundo Freire, "a educação deve ser um processo de conscientização, que permita aos indivíduos compreenderem sua realidade para poderem transformá-la" (FREIRE, 1987). Dessa forma, os sindicatos têm promovido uma educação que não apenas transmite conhecimentos técnicos, mas que também fomenta a consciência crítica e o empoderamento dos trabalhadores rurais.

O impacto positivo dessas ações é visível no aumento da adoção de práticas agrícolas mais eficientes e sustentáveis. Trabalhadores rurais mais qualificados tendem a utilizar melhor os recursos naturais, adotar técnicas de cultivo mais avançadas e gerir suas propriedades de maneira mais sustentável. Isso contribui para a preservação do meio

ambiente e para a sustentabilidade das atividades agrícolas, beneficiando tanto as gerações atuais quanto futuras.

Entretanto, os desafios para a educação no meio rural ainda são numerosos. A precariedade da infraestrutura educacional, a escassez de recursos e a falta de políticas públicas eficazes são obstáculos significativos que precisam ser superados. É fundamental que haja uma articulação contínua entre sindicatos, governos e sociedade civil para garantir que os avanços conquistados não sejam revertidos e que a educação de qualidade seja um direito de todos os trabalhadores rurais.

Os sindicatos continuarão desempenhando um papel crucial na luta por melhorias na educação rural. Sua atuação é essencial para pressionar os governos a investirem em infraestrutura educacional, desenvolverem políticas públicas eficazes e garantirem que os trabalhadores rurais tenham acesso a uma educação de qualidade. A colaboração com universidades, ONGs e outras entidades da sociedade civil será fundamental para ampliar e fortalecer essas iniciativas.

O futuro da educação no meio rural dependerá de um esforço coletivo para criar um ambiente propício ao aprendizado e ao desenvolvimento. Políticas públicas bem formuladas, investimentos em infraestrutura e o apoio contínuo dos sindicatos são elementos essenciais para assegurar que os trabalhadores rurais possam exercer plenamente seus direitos à educação. A visão de Paulo Freire, que vê a educação como um meio de transformação social, continua a inspirar e guiar as ações do movimento sindical no meio rural. Como ele afirmou, “a educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo”. Essa perspectiva reforça a importância de uma educação de qualidade para o empoderamento e a transformação social das comunidades rurais, proporcionando-lhes as ferramentas necessárias para construir um futuro mais justo e sustentável.

2 EDUCAÇÃO NO MEIO RURAL A PARTIR DO MOVIMENTO SINDICAL

A educação no meio rural no Brasil tem sido historicamente marcada por desafios específicos que diferem consideravelmente daqueles encontrados nos contextos urbanos. Esses desafios incluem a dispersão geográfica das populações, a precariedade da infraestrutura, a escassez de recursos didáticos, e a formação inadequada de professores. Nesse contexto, o movimento sindical rural tem desempenhado um papel crucial na promoção e defesa de uma educação de qualidade para as comunidades rurais.

O movimento sindical no campo, especialmente a partir da década de 1950, foi fundamental para a organização dos trabalhadores rurais e para a luta por seus direitos, incluindo o direito à educação. As Ligas Camponesas e os sindicatos de trabalhadores rurais, foram atores-chave nesse processo.

As Ligas Camponesas, que surgiram na década de 1950, foram uma das primeiras formas de organização dos trabalhadores rurais no Brasil. Além de lutarem pela reforma agrária, as Ligas também defendiam o acesso à educação. Elas organizavam escolas comunitárias e programas de alfabetização para adultos, buscando capacitar os trabalhadores para a luta por seus direitos. As Ligas Camponesas não só lutaram pela posse da terra, mas também pela inclusão dos trabalhadores rurais na educação formal, criando escolas e programas de alfabetização que visavam empoderar as comunidades rurais (Fernandes, 1989).

Com a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) em 1963, os sindicatos de trabalhadores rurais ganharam mais força e organização. A CONTAG desempenhou um papel fundamental na articulação de políticas públicas para a educação no campo. Nos anos seguintes, os sindicatos continuaram a pressionar por melhores condições educacionais e participaram ativamente na elaboração de propostas que culminaram em políticas públicas voltadas para a educação rural. A CONTAG teve um papel central na luta por uma educação rural de qualidade, articulando demandas dos trabalhadores rurais e participando ativamente na formulação de políticas públicas voltadas para o campo (Alves, 2001).

O movimento sindical rural, liderado por organizações como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e suas federações e sindicatos associados, tem se engajado ativamente na luta por uma educação rural que respeite as especificidades culturais e econômicas do campo. De acordo com Arroyo (2007), a luta pela educação no meio rural deve ser entendida como parte de uma luta mais ampla por direitos sociais e cidadania plena para os trabalhadores rurais.

A partir da década de 1980, com a redemocratização do Brasil, houve avanços significativos na inclusão das demandas do movimento sindical rural nas políticas públicas. A Constituição de 1988, por exemplo, reconheceu a educação como um direito de todos, incluindo explicitamente as populações rurais.

A atuação sindical no campo educacional pode ser observada em diferentes frentes. Uma das principais é a reivindicação por políticas públicas que garantam o acesso e a permanência de crianças e jovens na escola. O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), criado em 1998, é um exemplo significativo dessa luta. O PRONERA representa uma vitória significativa para os movimentos sociais e sindicais, sendo um marco na política educacional brasileira ao atender especificamente as necessidades das comunidades de reforma agrária (Medeiros, 2012). O PRONERA, fruto da mobilização e pressão sindical, visa promover a educação de jovens e adultos em assentamentos da reforma agrária, buscando articular a formação escolar com a realidade e as necessidades do campo (Martins, 2004).

Além disso, os sindicatos rurais têm promovido a formação de educadores no campo, defendendo que a pedagogia adotada respeite as particularidades do meio rural. Conforme afirma Caldart (2000), a educação do campo deve ser orientada por uma perspectiva emancipatória, que valorize os saberes tradicionais e promova o desenvolvimento integral dos sujeitos. Nesse sentido, o movimento sindical tem apoiado iniciativas de formação continuada para professores que atuam em áreas rurais, muitas vezes em parceria com universidades e outras instituições de ensino.

Outro aspecto relevante é a luta sindical pela melhoria das condições de trabalho e remuneração dos professores rurais. A valorização profissional dos educadores é fundamental para assegurar a qualidade da educação oferecida. O movimento sindical tem, portanto, buscado influenciar a formulação de políticas salariais e de carreira que contemplem as especificidades dos docentes rurais, reconhecendo suas particularidades e desafios (Ferreira, 2012).

Além das ações diretas na área da educação, os sindicatos rurais têm desempenhado um papel importante na conscientização das comunidades sobre a importância da educação como um direito e um instrumento de transformação social. Essa conscientização é fundamental para mobilizar as famílias em torno da defesa da escola rural e da participação ativa na gestão escolar, promovendo um ambiente mais favorável ao aprendizado (Molina, 2009).

A valorização dos saberes tradicionais e a integração da educação com a realidade local são pilares da abordagem educativa defendida pelo movimento sindical. Segundo a CONTAG, a educação no campo deve ser emancipadora e contribuir para o fortalecimento da identidade cultural das comunidades rurais. Nesse sentido, as práticas pedagógicas devem ser adaptadas às características socioeconômicas e culturais do campo, promovendo o desenvolvimento integral dos estudantes (CONTAG, 2018).

Além das ações diretas na educação, o movimento sindical tem atuado na conscientização das comunidades rurais sobre a importância da educação como um direito e um instrumento de transformação social. Essa mobilização é fundamental para fortalecer a participação comunitária na gestão escolar e garantir um ambiente mais favorável ao aprendizado. A participação ativa das famílias e das comunidades na defesa da escola rural é vista como essencial para a construção de uma educação de qualidade e relevante para o meio rural (FETAG, 2017).

O movimento sindical rural busca se mostrar como um agente fundamental na luta pela educação no meio rural, atuando em múltiplas frentes para garantir que a educação no campo seja de qualidade e adaptada às necessidades e realidades das comunidades rurais. A continuidade dessa luta depende da capacidade de articulação dos sindicatos e da construção de alianças com outros movimentos sociais e instituições comprometidas com a justiça social e a democratização da educação.

Para Paulo Freire, a educação é um ato político e transformador que deve contribuir para a formação de indivíduos críticos e conhecedores de sua própria realidade. Acredita-se que o processo educacional deve ser pautado pelo diálogo e pela participação ativa dos alunos, que deve ser o objetivo de sua própria aprendizagem (Freire, 2019).

A educação deve ser compreendida como um processo social e cultural que se dá por meio da interação entre o sujeito e seu meio. Acredita-se que o desenvolvimento cognitivo se dê a partir da relação entre o sujeito e o objeto do conhecimento, sendo o

papel do professor um mediador nesse processo (Vygotsky, 1984). A Educação do Campo parte da concepção do campo “(...) como um lugar de vida, de morar, de trabalhar, de ser feliz, lugar de construção de identidades (que tem particularidades e referências identitárias)” (Silva, 2010, p. 80). Nessa direção, inclusive, é importante que se saiba a diferenciação de escolas no e do campo, pois apesar de possuírem em seu seio a matriz do campo, são realizadas suas atividades em espaços diferentes:

A educação do campo é um projeto educacional compreendido a partir dos sujeitos que tenham o campo como seu espaço de vida. Assim, ela deve ser no e do campo. “No”, porque o povo tem o direito de ser educado no lugar onde vive e “do”, pois o povo tem o direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação vinculada a sua cultura e as suas necessidades (Caldart, 2002, p. 26).

A educação do campo é um projeto educacional que se fundamenta na premissa de que os sujeitos que vivem no campo devem ser os protagonistas de seu processo educativo. Este conceito é sintetizado por Roseli Caldart, ao afirmar que a educação no campo deve ser tanto "no" campo quanto "do" campo. Esta abordagem é crucial para garantir que a educação oferecida seja relevante, inclusiva e efetiva para as comunidades rurais.

Quando falamos de uma educação "no" campo, estamos nos referindo ao direito das pessoas serem educadas no lugar onde vivem. Isso significa que as escolas e outras instituições de ensino devem estar localizadas nas áreas rurais, acessíveis a todos os membros da comunidade. A proximidade física das instituições educacionais não apenas facilita o acesso, mas também permite que os conteúdos e práticas pedagógicas sejam contextualizados de acordo com a realidade local. Além disso, a educação no campo evita o êxodo rural, mantendo os jovens nas suas comunidades e fortalecendo a coesão social e cultural.

Por outro lado, a educação "do" campo envolve a construção de um currículo e de práticas pedagógicas que reflitam as especificidades do meio rural. Isso implica que os conteúdos educacionais sejam desenvolvidos a partir das necessidades, culturas e conhecimentos das comunidades rurais. A participação ativa da comunidade na definição do que deve ser ensinado é fundamental para garantir que a educação seja relevante e significativa. Esse enfoque respeita e valoriza o saber local, integrando-o ao processo educativo e criando um ambiente de aprendizagem que é tanto culturalmente sensível quanto socialmente inclusivo.

Esse modelo educacional visa a emancipação e o fortalecimento das comunidades rurais, ao mesmo tempo em que promove um desenvolvimento sustentável. Ao incorporar os conhecimentos tradicionais e as práticas agrícolas locais, a educação do campo pode contribuir para a melhoria da produtividade agrícola e para a conservação dos recursos naturais. Além disso, ao fomentar o pensamento crítico e a participação ativa, essa abordagem educacional capacita os indivíduos a se tornarem agentes de mudança em suas comunidades, lutando por melhores condições de vida e por políticas públicas que atendam às suas necessidades.

A educação do campo também reconhece a importância da inter-relação entre a educação formal e as práticas culturais e sociais das comunidades rurais. Festas, tradições, e práticas comunitárias são integradas ao currículo escolar, enriquecendo o processo educativo e fortalecendo a identidade cultural dos alunos. Dessa forma, a educação do campo vai além do simples aprendizado de conteúdos acadêmicos, englobando uma formação integral que considera o aluno em sua totalidade.

Para que a educação do campo seja efetivamente implementada, é necessário um esforço conjunto entre governos, sindicatos, ONGs e a própria comunidade. Políticas públicas devem ser elaboradas e implementadas para garantir a infraestrutura necessária, a formação adequada dos professores e o desenvolvimento de materiais didáticos que reflitam a realidade do campo. Os sindicatos têm um papel crucial nesse processo, atuando como intermediários e defensores dos direitos das comunidades rurais, pressionando por investimentos e por políticas que garantam uma educação de qualidade para todos.

Em resumo, a educação do campo, como proposta por Caldart, é uma abordagem que busca transformar a realidade das comunidades rurais através de um processo educativo que é ao mesmo tempo contextualizado e emancipatório. Ao ser "no" e "do" campo, essa educação respeita e valoriza as especificidades das comunidades rurais, promovendo um desenvolvimento que é sustentável, inclusivo e justo.

A educação no campo é um modelo diferente da educação tradicional, diferente das escolas na cidade, pois persegue um modelo de educação diferenciado e especial para a população rural. Por meio de pesquisas, práticas pedagógicas, visitas aos agricultores e agricultoras, são criados vínculos mais fortes entre os produtores rurais e as escolas, buscando-se formas de ensino que estejam de acordo com os valores e práticas tradicionais do campo.

A educação no campo e a educação do campo pode ser compreendida por Kolling *et al.* (2002, p. 18) como: “No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais”. Sendo, nesse processo, de fundamental importância a luta do movimento sindical por políticas públicas que atendam o direito a essa educação.

Não é demais lembrar que as primeiras escolas que foram construídas no Brasil no meio rural não funcionavam, sobretudo as escolas agrícolas, pois não possuíam o material necessário. A lógica da construção dessas escolas eram as mesmas das escolas urbanas (Marinho, 2008), não tendo uma aproximação direta com o campo.

Sobretudo, a educação no campo inclui fortemente a participação da família no processo educacional e também a valorização da população rural como acumuladora de saberes populares, principalmente saberes práticos e produtivos que vão passando de geração em geração, sendo que os saberes locais são utilizados nas práticas pedagógicas nas escolas do campo. Por meios das escolas que estão localizadas no meio rural, há um pertencimento dos alunos para com aquele ambiente, seja pela identidade construída, seja pela valorização dos valores e tradições rurais.

A importância das escolas no campo também se vincula à continuidade do meio rural, porém, por muitos anos sua importância não foi compreendida e muitas escolas foram fechadas. Os alunos foram distribuídos para escolas maiores, principalmente no centro dos municípios e assim, causando uma série de reflexos aos estudantes.

A educação no meio rural se refere ao sistema educacional fornecido em áreas geograficamente distantes dos centros urbanos, como vilas, pequenas cidades e regiões rurais. Ela é projetada para atender às necessidades educacionais específicas das comunidades rurais e abranger uma ampla gama de níveis de ensino, desde a educação básica até o ensino superior, passando por programas de formação técnica e profissional.

Como aspectos importantes da educação no meio rural pode-se destacar os desafios e barreiras, em que as áreas rurais frequentemente enfrentam desafios significativos, como a falta de infraestrutura educacional adequada, acesso limitado a recursos educacionais, distâncias consideráveis entre escolas e estudantes, e, por vezes, dificuldades de comunicação devido à falta de conectividade. A equidade na educação é uma preocupação fundamental na educação no meio rural, uma vez que é essencial

garantir que todas as crianças e jovens tenham acesso a oportunidades educacionais de qualidade, independentemente de sua localização.

A educação no meio rural muitas vezes tem um foco especial na sustentabilidade agrícola, silvicultura e outras atividades econômicas rurais. Os currículos podem incluir conteúdo relacionado à agricultura, pecuária, agropecuária e práticas de manejo sustentável, concomitantemente a educação no meio rural envolve uma estreita colaboração com a comunidade local. Os pais, líderes comunitários e outros membros da comunidade podem desempenhar um papel ativo na definição de prioridades educacionais e no apoio às escolas rurais e também possuem um papel crucial no desenvolvimento sustentável das áreas rurais, capacitando os moradores a melhorar suas condições de vida, criar oportunidades econômicas e conservar os recursos naturais.

Em 2011, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) lançou uma campanha para denunciar o fechamento de escolas rurais no Brasil sob o título "Fechar escolas é crime", citando o fechamento de vinte e quatro mil escolas rurais entre 2002 e 2010, isso equivale ao fechamento de três mil escolas em um ano, o que é brutal pra o meio rural brasileiro (MST, s/p).

Com o fechamento das escolas no campo, foram deixadas para trás sabedoria popular, espaços do campo, estruturas de educação. Conforme Arroyo et al (2011, p. 9): “A Educação do Campo não fica apenas na denúncia do silenciamento, ela busca o que há de mais perverso nesse esquecimento: o direito à educação que vem sendo negado à população trabalhadora do campo”.

Os sindicatos se destacam pela defesa, contra o fechamento das escolas no campo e enorme participação dos sindicalistas nas escolas do e no campo de todo Brasil, tendo eles uma enorme luta pelo saber popular, agroecologia, sucessão rural e familiar e pelo não fechamento de escolas do campo:

A Educação do Campo procura construir um terreno sólido, a partir de um projeto político pedagógico construído pelos próprios sujeitos. Nesse âmbito, a escola almeja, além de formar alunos, uma educação que contribua com a vida do aluno no meio em que se insere fora do espaço escolar (Bortoleto, 2017, s/p).

Por isso, os Sindicatos têm que assumir uma posição política na luta contra o fechamento das escolas no campo, para que a sabedoria popular e todos sejam valorizados, para que haja sucessão rural e continuidade da produção de alimentos o

Brasil e no mundo. Demandas como esta são primordiais e sempre estiveram em pauta do meio sindical esses que são espaços de luta da juventude do campo.

A Educação do Campo busca criar uma base sólida para o desenvolvimento educacional dos alunos, valorizando o contexto em que vivem e a sabedoria popular. Essa abordagem vai além do ensino escolar, envolvendo a comunidade e reconhecendo a importância de formar cidadãos que possam atuar de maneira transformadora no meio rural. O objetivo é preparar os alunos para que possam se engajar na preservação das práticas rurais e garantir a continuidade da produção de alimentos, elementos essenciais tanto para o Brasil quanto para o mundo.

Nesse sentido, os sindicatos têm um papel fundamental ao defender a educação no campo, especialmente contra o fechamento de escolas rurais. Essas instituições são essenciais para a formação das novas gerações de agricultores, garantindo a manutenção dos saberes e práticas agrícolas. A luta pela permanência das escolas no campo é crucial para assegurar a sucessão rural e evitar o êxodo rural, ao mesmo tempo em que contribui para a preservação das condições de vida no campo e fortalece a agricultura familiar. Assim, o movimento sindical, sempre presente nessas questões, desempenha um papel decisivo na busca por uma educação mais justa e acessível, que promova o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais e valorize as necessidades da juventude do campo.

O papel do sindicato vai além da oferta de serviços ou apoio técnico. Ele é um importante agente de preservação e valorização da cultura local e das práticas tradicionais do campo. Ao integrar a realidade e as vivências dos trabalhadores nas atividades educacionais, o sindicato reforça a importância da sabedoria popular e dos saberes transmitidos de geração em geração. Essa valorização é essencial para que os trabalhadores rurais se sintam parte de um processo educativo que não só os instrui tecnicamente, mas também respeita e reconhece a riqueza de suas experiências e contribuições para a sociedade.

Essa abordagem também é fundamental para garantir a continuidade das práticas rurais e a sucessão no campo. Ao fazer com que os agricultores e suas famílias compreendam o valor de seu conhecimento e sua cultura, o sindicato fortalece o vínculo da comunidade com a terra, promovendo a resistência às pressões externas, como o fechamento das escolas rurais e a migração para áreas urbanas. Como destacado na entrevista, “Sim, as atividades valorizam bastante a cultura e a experiência dos

trabalhadores. O sindicato tem se esforçado para integrar a realidade e as vivências do campo nas ações educativas. Isso é importante, pois permite que as pessoas se sintam mais envolvidas, reconhecendo que suas experiências e saberes são fundamentais para o processo de aprendizagem. Dessa forma, as atividades não apenas oferecem conteúdo técnico, mas também respeitam e reconhecem o saber popular e tradicional dos trabalhadores rurais” (Entrevistado 03).

Portanto, o sindicato desempenha um papel crucial não apenas como defensor dos direitos trabalhistas, mas também como um promotor de educação integral que respeita as raízes culturais do campo e contribui para a formação de um futuro mais sustentável para as novas gerações de trabalhadores rurais.

Na atualidade, segundo Gohn (2010) os principais movimentos sociais no campo são: Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Via Campesina (seção Brasil), Movimentos dos Atingidos pelas Barragens (MAB), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (RESAB), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e os sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais vinculados à CONTAG.

As escolas do e no campo estudam a realidade do aluno, se apropriam dela para que o que for ensinado na teoria possam aplicar na prática em sua propriedade, por isso a importância da pedagogia da alternância, em que uma semana ficam na escola e na próxima em casa para aplicar o que foi estudado na escola e assim sucessivamente. Begnami (2005) descreve que o projeto educativo de uma escola por meio da Pedagogia da Alternância, não é um estudo plano e um estudo e uma pedagogia do espaço, em que é desenvolvido em dois tempos, um movimento que oferece alguns benefícios no âmbito escolar, familiar e comunitário. Queiroz, complementa:

O processo de ensino-aprendizagem proposto pela Pedagogia da Alternância possibilita aos alunos vivenciarem momentos na escola, na família e na comunidade. A aquisição do conhecimento se dá de forma construtiva e participativa, envolvendo vários atores: alunos, pais e monitores/professores. (Queiroz et al, 2006, p. 60).

A Pedagogia da alternância, além de envolver vários atores, também tem uma grande preocupação e meta de envolver o calendário da produção local nos estudos,

adaptando e organizando escolas e eventos educativos de acordo com a programação dos produtores e produto locais, buscando promover experiências práticas e teóricas de aprendizado individual e coletivo.

A Pedagogia da Alternância busca integrar a educação ao ritmo e à realidade do campo, adaptando o calendário escolar às atividades dos agricultores e suas práticas cotidianas. Essa abordagem respeita o tempo e as necessidades de cada localidade, promovendo uma educação contextualizada e significativa, que valoriza tanto o saber tradicional dos trabalhadores rurais quanto os conhecimentos técnicos necessários para a melhoria da produção. Ao focar na alternância entre períodos de estudo na escola e na prática no campo, essa metodologia fortalece o aprendizado prático e permite que os estudantes coloquem em ação os conteúdos teóricos adquiridos.

Como destacado pelo entrevistado 6 (10/01/2025), “Sim, porque como são feitas em diversos lugares, cada local tem suas peculiaridades. Tem um público, tem dúvidas diferentes, então são assuntos pertinentes de cada localidade, cada local, cada município, então isso é muito importante e é levado em consideração”. A Pedagogia da Alternância reconhece essas diferenças e adapta os temas e a forma de ensino às necessidades específicas de cada comunidade rural. Isso torna a educação mais eficaz, pois além de respeitar os tempos e ritmos de trabalho, também promove o aprendizado de forma que seja aplicável diretamente no cotidiano dos agricultores, fortalecendo a relação entre teoria e prática.

A Pedagogia da Alternância também se destaca pela valorização das culturas locais e das experiências trazidas pelas gerações anteriores. Ao integrar o aprendizado formal com as vivências do campo, ela promove a preservação e a continuidade dos saberes tradicionais que são essenciais para a vida no meio rural. Esse método educacional não só ensina técnicas agrícolas, mas também transmite valores, histórias e práticas que formaram a base da comunidade rural. Dessa maneira, a educação no campo se torna um processo que respeita o legado dos trabalhadores e ao mesmo tempo projeta o futuro, preparando as novas gerações para os desafios da agricultura moderna, sem perder de vista suas raízes culturais.

Conforme destacado pelo entrevistado 7 (10/01/2025), “Sim, penso que é uma das coisas mais trabalhadas, valorização também da cultura, valorização das experiências trazidas pelos nossos antepassados e dos que desbravaram nossa região, nosso princípio, nosso estado, são muito ressaltados, muito valorizados”. A valorização da cultura local e

das experiências históricas é um aspecto central dessa metodologia, que reconhece o conhecimento acumulado ao longo de gerações e o utiliza como base para o desenvolvimento de uma educação mais inclusiva e contextualizada. Esse respeito pelas tradições e pela história local fortalece ainda mais o vínculo entre os trabalhadores rurais e o processo educativo, fazendo com que se sintam valorizados e comprometidos com a aprendizagem.

A abordagem pedagógica do sindicato se destaca pela capacidade de envolver ativamente os trabalhadores rurais em práticas que refletem diretamente no seu cotidiano, como as capacitações voltadas para técnicas agrícolas e gestão da propriedade. Esse foco na educação prática permite que os trabalhadores adquiram habilidades essenciais para o aprimoramento de sua atividade produtiva e, ao mesmo tempo, fortalece a troca de experiências entre eles, criando um ambiente de aprendizado coletivo. Esse processo, além de ser altamente aplicável à realidade do campo, reforça o compromisso do sindicato em atender às necessidades imediatas dos seus associados, oferecendo uma educação que tenha impacto direto na melhoria das condições de trabalho e na produtividade rural.

No entanto, conforme ressaltado pelo entrevistado, “Os pontos fortes das ações pedagógicas do sindicato são, sem dúvida, a participação ativa dos trabalhadores e o foco na educação prática. O sindicato consegue envolver as pessoas de forma concreta, com ações que impactam diretamente no dia a dia delas, como as capacitações voltadas para técnicas agrícolas e gestão da propriedade. Além disso, o sindicato promove uma troca de experiências muito rica entre os trabalhadores.” (ET3,10/01/2025). Apesar desses pontos fortes, também existem desafios que precisam ser superados para que a educação oferecida seja mais abrangente. O entrevistado 3 também apontou a falta de recursos para expandir as atividades e a necessidade de diversificação nas metodologias de ensino. “Embora as atividades práticas sejam essenciais, poderia haver mais momentos teóricos e reflexivos, que ajudariam a aprofundar a compreensão dos trabalhadores sobre as questões sociais e políticas que impactam o campo”. A combinação de uma abordagem prática com uma maior ênfase teórica pode ser a chave para um aprendizado mais completo e transformador, proporcionando aos trabalhadores uma compreensão mais profunda das questões que afetam suas vidas e, conseqüentemente, fortalecendo sua capacidade de atuação nas lutas sociais e políticas.

A educação no campo, assim, a partir de uma perspectiva que considere a pedagogia da alternância, não pode jamais ser referida ou reduzida somente a um ambiente escolar

Fazer essa redução é extremamente grave porque tira a dimensão do conflito, da luta de classes, reduzindo-a aos processos de ensino aprendizagem que ocorrem no ambiente escolar. Estes processos são importantes e é necessário incidir sobre eles, pois ao fazer isso, também incidimos sobre como vai se constituindo a leitura de mundo dos educandos - apesar de ser muito mais que isso o desafio e a tarefa da Educação do Campo (Molina, 2015, p.382).

O tema da educação no campo é amplo e complexo, referindo-se sempre a grande luta dos diversos movimentos sociais, das lutas de classes, para que as escolas no campo sejam preservadas e utilizadas para compartilhamento de sabedoria popular. As mobilizações e lutas do movimento sindical ao longo de sua história busca políticas públicas, vez e voz aos sujeitos do e no campo e valorização do espaço rural, pois é um espaço completo de sabedoria popular, com transformações e implementações de programas de inclusão social.

Atualmente, pode-se dizer que grandes mudanças são observadas na educação rural, muitas das quais decorrentes das lutas e mobilizações protagonizadas pelos movimentos sociais. As escolas no campo e do campo são espaços de educação e de formação e o próprio espaço do movimento sindical é considerado um espaço formativo. O movimento sindical é amplamente considerado um espaço formativo e educativo importante, onde os trabalhadores e sindicalistas adquirem conhecimento, habilidades e consciência sobre questões trabalhistas, direitos dos trabalhadores e questões sociais mais amplas.

O movimento sindical rural fornece formação e informação sobre os direitos trabalhistas, ajudando os trabalhadores a compreender seus contratos de trabalho, leis trabalhistas e regulamentações de segurança no trabalho. Isso capacita os trabalhadores a defender seus próprios direitos no local de trabalho e também fornecem formação em negociações coletivas e estratégias de barganha, capacitando os sindicalistas a representar os interesses dos trabalhadores durante as negociações de contratos coletivos.

Os sindicatos frequentemente realizam programas educativos sobre questões sociais e políticas, como igualdade de gênero, direitos civis, justiça social e outras questões relevantes. Isso ajuda a criar uma consciência mais ampla entre os trabalhadores e sindicalistas e oferece treinamento para líderes sindicais emergentes, preparando-os

para liderar o sindicato e representar eficazmente os interesses dos trabalhadores. Frequentemente conduzem campanhas de conscientização e mobilização para educar trabalhadores e a comunidade sobre questões trabalhistas específicas e motivá-los a participar de ações e protestos e também permitem o compartilhamento de experiências entre trabalhadores e sindicalistas, que podem aprender com as lutas e conquistas de outros sindicatos e comunidades.

Os sindicatos desempenham um papel crucial na formação política e social dos trabalhadores rurais, promovendo programas educativos que abordam uma ampla gama de questões relevantes. Ao focar em tópicos como igualdade de gênero, direitos civis, justiça social e outras questões trabalhistas específicas, os sindicatos ajudam a criar uma consciência mais ampla entre os trabalhadores, preparando-os para entender e enfrentar os desafios que surgem no campo e na sociedade em geral. A educação sindical vai além de oferecer apenas capacitação técnica; ela também busca fortalecer a participação ativa dos trabalhadores nas lutas por direitos, ao promover campanhas de conscientização e mobilização. Essas ações permitem que os trabalhadores se envolvam em questões sociais e políticas que impactam diretamente sua vida, tornando-os mais conscientes dos seus direitos e responsabilidades dentro do movimento sindical. A interação entre sindicalistas e trabalhadores, bem como o compartilhamento de experiências entre diferentes comunidades, também favorece a troca de saberes, ampliando a visão dos trabalhadores sobre o impacto que a organização sindical pode ter em suas vidas.

Dentro desse contexto, as estratégias de ensino adotadas pelo sindicato, conforme apontado na entrevista, têm se mostrado bastante eficazes, principalmente por se basearem na realidade dos trabalhadores rurais. O foco nas atividades práticas, como oficinas e capacitações voltadas para a aplicação direta no campo, facilita o processo de aprendizagem, tornando-o mais relevante e acessível. “Sim, as estratégias de ensino adotadas pelo sindicato são bastante eficazes, principalmente porque elas se baseiam na realidade dos trabalhadores. O foco nas atividades práticas é muito importante, porque elas podem ser aplicadas diretamente no campo, o que facilita a aprendizagem. Além disso, as oficinas e capacitações são bastante interativas, permitindo que os trabalhadores participem ativamente e troquem experiências.” Esse tipo de abordagem prática é fundamental para garantir que o aprendizado seja relevante e aplicável à vida cotidiana dos trabalhadores rurais, fortalecendo sua capacidade de atuar nas questões que envolvem seu trabalho e suas condições de vida no campo.

No entanto, o entrevistado também trouxe à tona a necessidade de diversificação nas estratégias de ensino, o que poderia contribuir para uma educação mais completa e acessível a todos os trabalhadores. A falta de recursos tecnológicos ou de uma abordagem mais teórica em alguns momentos é uma limitação que impede que parte dos trabalhadores tenha acesso a um aprendizado mais amplo. "No entanto, acredito que, em algumas situações, as estratégias poderiam ser mais diversificadas. Algumas pessoas se beneficiariam de abordagens mais teóricas ou de recursos mais tecnológicos, como o uso de vídeos ou plataformas digitais, para complementar o aprendizado e torná-lo mais acessível a todos." A integração de novas tecnologias no processo educativo pode ser uma forma de tornar o aprendizado mais dinâmico e atrativo, especialmente para aqueles trabalhadores que estão mais acostumados a métodos tradicionais de ensino. Ao adotar abordagens mais diversas e atualizadas, os sindicatos podem alcançar um público mais amplo, aumentando a eficácia de suas ações educativas e tornando o processo de formação ainda mais inclusivo e eficaz para todos os trabalhadores rurais.

O movimento sindical desempenha um papel significativo na formação e na educação dos trabalhadores, capacitando-os a compreender e a defender seus direitos, bem como a contribuir para questões sociais mais amplas. Esse espaço educativo é fundamental para fortalecer a capacidade de ação coletiva e promover mudanças em prol dos interesses dos trabalhadores. O espaço formativo do movimento sindical pode ser caracterizado como formação programada e formação na ação. A "formação programada" e a "formação na ação" são duas abordagens distintas no campo da educação e do desenvolvimento profissional. Elas se diferenciam em termos de planejamento, estrutura e metodologia.

A formação programada é um processo de aprendizado organizado e estruturado com antecedência. Ela é planejada de acordo com um currículo ou um programa educacional previamente elaborado, com objetivos e conteúdo de ensino claramente definidos. Este espaço de formação geralmente segue um cronograma ou plano de aula predefinido em que os objetivos de aprendizado são estabelecidos antes do início do programa e os participantes seguem um currículo ou uma sequência de tópicos predeterminada. Pode ocorrer em instituições educacionais, como escolas, universidades ou centros de treinamento e a avaliação do aprendizado é frequentemente formal, com base em testes, exames e outros métodos de avaliação programados.

Formação programada – Consiste em organizar e realizar processos formativos continuados e estruturados em suas formas, conteúdos e intencionalidades, que se realizam por meio de cursos, seminários, oficinas, jornadas e mutirões pedagógicos para atender demandas dos espaços deliberativos do MSTTR, com objetivos explícitos de fortalecimento das lutas e da organização da classe trabalhadora. Os processos de formação devem articular o conjuntural com o estrutural, de modo a contribuir com a capacidade dos sujeitos compreenderem as raízes da exclusão e dominação na sociedade capitalista e ampliar a participação dos(as) diretores(as) nos processos de formação (Política Nacional de Formação do MSTTR, 2022, p. 73)

A formação na ação é uma abordagem de aprendizado que ocorre no contexto do trabalho ou da prática profissional. Ela enfatiza a aprendizagem prática, incorporando aquisição de conhecimentos, habilidades e competências diretamente nas atividades do dia a dia. Na formação na ação, o aprendizado é integrado com as tarefas e responsabilidades reais do trabalho ou da ação profissional e os objetivos de aprendizado podem ser mais flexíveis e adaptáveis às necessidades emergentes. Neste processo os participantes aprendem "no local de trabalho", muitas vezes aplicando imediatamente o que aprenderam e avaliação pode ser mais informal, como observações, feedback dos colegas e supervisores, e reflexão sobre a prática. O foco está na resolução de problemas e na melhoria das condições de vida de um determinado segmento.

Formação na ação – É aprender com as experiências do cotidiano do movimento sindical, que tem como conteúdos a vida e as lutas, evidenciadas a partir de variadas atividades, como: mobilização e luta (campanhas salariais, acampamentos, assembleias, mutirões, Grito da Terra Brasil, Marcha das Margaridas, Festival da Juventude, Mobilização Nacional dos Assalariados e Assalariadas Rurais, Jornadas Pedagógicas, entre outras); articulação (reuniões nas comunidades, visitas aos locais de trabalho, panfletagem nas feiras, portas de banco, entre outras); gestão sindical (plantões na sede do sindicato, reuniões de diretoria, conselhos, congressos, reuniões nas comunidades rurais e de organização e planejamento das finanças das entidades); e atividades culturais (festivais, gincanas, mostra de arte e cultura, feiras, torneios esportivos, entre outras). Nessa perspectiva, segundo Freire (1981), como presenças no mundo, os seres humanos são corpos conscientes que o transformam, agindo e pensando, e o conhecimento envolve a constante unidade entre ação e reflexão sobre a realidade” decorrentes desta presença (Política Nacional de Formação do MSTTR, 2022, p.72).

A formação programada é apropriada quando há uma necessidade de ensinar conceitos específicos ou habilidades técnicas que podem ser melhor transmitidos por meio de um programa estruturado. Por outro lado, a formação na ação é valiosa quando se deseja promover a aplicação prática de conhecimentos e habilidades diretamente no ambiente de trabalho. Muitas vezes, uma combinação de ambas as abordagens pode ser a mais eficaz, permitindo que os participantes adquiram uma base sólida de conhecimento

por meio da formação programada e, em seguida, apliquem esse conhecimento na prática por meio da formação na ação.

Os processos de formação do movimento sindical acontecem em alternância de tempos e espaços: tempo escola e tempo comunidade. Dentro do contexto do movimento sindical, "tempo escola" e "tempo comunidade" podem ser interpretados de maneira um pouco diferentes em comparação com o contexto educacional tradicional. No movimento sindical, esses termos se referem ao tempo que os sindicalistas e trabalhadores dedicam às atividades sindicais e ao engajamento com a comunidade local.

O "tempo escola" no movimento sindical se refere ao tempo que os membros do sindicato dedicam às atividades sindicais, incluindo reuniões, treinamentos, negociações coletivas, planejamento estratégico, mobilizações e outras ações relacionadas à defesa dos direitos dos trabalhadores. Durante esse tempo, os sindicalistas podem se envolver em discussões, capacitação e formação para melhor compreender as leis trabalhistas, os contratos coletivos e outros. Conforme (PNF, 2022, p. 87).

O "tempo comunidade" no movimento sindical se refere ao tempo que os sindicalistas e os membros do sindicato dedicam ao envolvimento com a comunidade local fora do âmbito estritamente trabalhista. Essas atividades podem incluir colaboração com organizações comunitárias, participação em iniciativas de responsabilidade social, apoio a questões locais, como moradia, educação ou meio ambiente, e ações de solidariedade para fortalecer laços com a comunidade mais ampla. O tempo comunidade “Constitui-se em momentos formativos realizados no cotidiano sindical, na formação na ação e nas atividades de pesquisa, de estudos, de sistematização (PNF, 2022, p. 87).

A atuação sindical na agricultura familiar no Brasil tem desempenhado um papel crucial na defesa dos direitos dos trabalhadores rurais e no desenvolvimento sustentável das comunidades agrícolas. O que se destaca é a influência das concepções de educação nesse contexto, que têm suas raízes em uma perspectiva da educação popular. Essas concepções refletem diversas influências teóricas e filosóficas, com destaque para a pedagogia da autonomia de Paulo Freire, a abordagem dialética de Karl Marx e o pensamento humanístico de Antônio Gramsci.

A pedagogia da autonomia, proposta por Paulo Freire, é uma influência central nesse contexto. Ela enfatiza a importância da conscientização e da capacitação dos agricultores familiares, promovendo a aprendizagem crítica e a participação ativa na

construção de seus próprios destinos. A ideia de educação como um processo libertador, que capacita as pessoas a entenderem e transformarem sua realidade, é fundamental para os sindicatos da agricultura familiar.

A concepção de Freire é de fundamental importância para se compreender o papel do movimento sindical em todos os espaços e principalmente nas escolas:

Como diz Paulo Freire (1996), a escola não pode ser para o movimento, ela (a escola) tem de ser do movimento. Uma escola que contribua com a formação de suas lideranças, de sua assessoria, de sua base, de seus parceiros e parceiras; que fortaleça sua ação, sua organização, sua prática; e, principalmente, que suscite reflexão, autocrítica, planejamento do trabalho, repensar das posturas, relações e interações dentro da organização, possibilitando e ampliando o envolvimento de novas pessoas e lideranças da agricultura familiar nos espaços políticos do movimento (PNF, 2022, p. 11).

A abordagem dialética de Karl Marx também desempenha um papel relevante. Ela incentiva a análise crítica das estruturas econômicas e sociais que afetam os agricultores familiares, buscando a compreensão das contradições e lutas inerentes à sua realidade. A educação sindical na agricultura familiar frequentemente incorpora essa perspectiva, incentivando os agricultores a compreenderem as dinâmicas sociais e econômicas que moldam suas vidas. Conforme a Política Nacional de Formação do MSTTR (2022, pág. 34) para Marx:

A transformação social é resultado das lutas de classes e, em um determinado modo de produção, existem possibilidades históricas que são derivadas da potencialidade expressa em classes sociais determinadas. As classes sociais exploradas constituem as principais potencialidades históricas de transformação social e criam tendências históricas de transformação social.

Além disso, o pensamento humanístico de Antônio Gramsci é uma influência valiosa, particularmente no que se refere à ideia de educação como um instrumento de transformação cultural e política. Os sindicatos da agricultura familiar frequentemente adotam uma abordagem que reconhece a importância da cultura local, do diálogo e do engajamento ativo na construção de uma consciência crítica e na promoção de mudanças sociais:

A formação assume dimensões políticas, conceituais e metodológicas, capazes de estimular, orientar e pensar a prática, numa visão sistêmica e continuada. O desafio de formar um(a) educador(a)-militante dirigente que seja capaz de colaborar na construção de conhecimentos socialmente significativos para sua prática sindical, ou, nos dizeres de Gramsci (1968), de “tornar crítica uma atividade já existente”, exige que a formação dele(a) tenha uma sólida base teórica e uma vinculação direta com o projeto político da organização da qual participa (PNF, 2022, p. 30).

A atuação sindical na agricultura familiar no Brasil é enriquecida por uma visão de educação que se baseia na pedagogia da autonomia, na abordagem dialética e no pensamento humanístico. Essas perspectivas teóricas têm se mostrado fundamentais para capacitar os agricultores familiares a compreenderem, reivindicarem seus direitos e contribuir para o desenvolvimento sustentável de suas comunidades, alinhando-se com uma visão de educação popular que visa à emancipação e ao fortalecimento das pessoas e das comunidades rurais.

Essa abordagem educacional adotada pelos sindicatos não apenas capacita os agricultores familiares, mas também promove uma conscientização crítica sobre as estruturas sociais e econômicas que afetam suas vidas. A pedagogia da autonomia, como proposta por Paulo Freire, incentiva os trabalhadores rurais a se tornarem sujeitos ativos em seu processo educativo, desenvolvendo uma consciência crítica que lhes permite questionar e transformar sua realidade. Essa pedagogia valoriza o diálogo, o respeito aos saberes locais e a construção coletiva do conhecimento, elementos que são essenciais para a emancipação dos agricultores familiares.

Essa perspectiva freireana não apenas fundamenta a prática educativa dos sindicatos, mas também orienta suas ações cotidianas na promoção da autonomia e da organização coletiva dos trabalhadores rurais. A valorização do conhecimento popular e a construção do aprendizado de forma dialógica fortalecem a identidade e a luta dos agricultores familiares, permitindo que eles compreendam sua realidade e se mobilizem para transformá-la. Esse compromisso com a educação popular é destacado pelo Entrevistado 8 (10/01/2025), que enfatiza a influência de Paulo Freire nesse processo: "O que norteia a educação popular é estudar Paulo Freire. Ter uma sensibilidade para adentrarmos na pauta da agricultura familiar, aspecto teórico. Foi o principal saber que eu posso dizer com certeza e com muita atenção, principalmente como gritante, como assessor, como colaborador. Acho que isso foi a linha teórica que dá a suscitação para as nossas ações diárias."

Os sindicatos têm desempenhado um papel vital na promoção dessa educação transformadora através de várias iniciativas. Além dos cursos de alfabetização e capacitação profissional, eles organizam seminários, oficinas e encontros que fomentam a troca de experiências e a construção coletiva de soluções para os problemas enfrentados

no campo. Essas atividades fortalecem a rede de solidariedade entre os trabalhadores rurais, criando um senso de comunidade e uma base sólida para a mobilização social.

Outro aspecto importante da atuação sindical é a defesa dos direitos dos trabalhadores rurais. Através da educação, os sindicatos capacitam os agricultores a compreenderem seus direitos trabalhistas, previdenciários e sociais, incentivando-os a lutar por melhores condições de trabalho e de vida. A formação em direitos humanos e cidadania é uma parte fundamental desse processo, ajudando os trabalhadores rurais a se reconhecerem como sujeitos de direitos e a reivindicarem políticas públicas que atendam às suas necessidades.

A educação promovida pelos sindicatos também tem um impacto significativo na sustentabilidade ambiental. Os cursos e oficinas oferecidos frequentemente incluem conteúdos sobre práticas agrícolas sustentáveis, manejo de recursos naturais e preservação ambiental. Isso contribui para a adoção de técnicas que aumentam a produtividade agrícola ao mesmo tempo em que protegem o meio ambiente, garantindo a sustentabilidade das atividades agrícolas e a qualidade de vida das comunidades rurais.

Entretanto, para que essas iniciativas tenham um impacto duradouro, é essencial que haja um suporte contínuo de políticas públicas voltadas para a educação no meio rural. Os sindicatos atuam como importantes interlocutores entre os trabalhadores rurais e os formuladores de políticas, pressionando por investimentos em infraestrutura educacional, formação de professores e desenvolvimento de currículos que atendam às especificidades do campo. A articulação entre sindicatos, governos e sociedade civil é crucial para garantir que as conquistas obtidas não sejam revertidas e que a educação de qualidade seja acessível a todos os trabalhadores rurais.

Além disso, é importante destacar que a educação no meio rural deve ser vista como um direito fundamental e uma prioridade estratégica para o desenvolvimento do país. A capacitação dos trabalhadores rurais não apenas melhora suas condições de vida, mas também contribui para o desenvolvimento econômico e social das regiões rurais. Uma população rural educada e empoderada é capaz de impulsionar a inovação, aumentar a produtividade e promover um desenvolvimento mais justo e sustentável.

Em suma, a atuação sindical na educação rural no Brasil representa um modelo de como a educação pode ser um instrumento de transformação social. Ao adotar uma abordagem baseada na pedagogia da autonomia e no pensamento humanístico, os

sindicatos promovem uma educação que é ao mesmo tempo prática e emancipatória. Essa educação capacita os trabalhadores rurais a entenderem e reivindicarem seus direitos, a adotarem práticas agrícolas sustentáveis e a participarem ativamente na construção de uma sociedade mais justa e equitativa. O fortalecimento dessa atuação sindical e a implementação de políticas públicas eficazes são essenciais para garantir um futuro melhor para as comunidades rurais brasileiras.

3 REPERTÓRIO EDUCATIVOS NA ATUAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DO MOVIMENTO SINDICAL NO MEIO RURAL

O conceito de repertórios educativos é resultado de uma pretensão de tomar como referência a construção teórica do cientista político e historiador norte-americano, Charles Tilly, que, em seus estudos sobre ação coletiva, propôs o conceito de “repertórios” de ação coletiva, característicos de estruturas históricas de confronto.

Os “repertórios”, para Tilly, não são meios mobilizados para o alcance de um determinado fim, pois referem-se a interações, relações, entre diferentes grupos. Nesse sentido, o conceito é relacional, estrutural e estruturante, englobando formas de pensar e de agir, desejos, valores, crenças em movimento. Remete, ao mesmo tempo, ao que foi socialmente sedimentado, composto por memórias e acordos compartilhados; e à ação do presente, que reproduz, apropria-se, destitui e institui formas de pensamento, de ação, desejos, valores, crenças, criando campos de possibilidade que consideram padrões históricos, mas também contingência.

Os "repertórios educativos" assim se configuram como um conjunto dinâmico de práticas e concepções que se desenvolvem e se transformam na interação contínua entre os agentes sociais e as circunstâncias históricas. Essa abordagem permite compreender como as ações educativas no movimento sindical rural não apenas reproduzem conhecimentos e práticas estabelecidas, mas também inovam e adaptam-se às novas demandas e desafios sociais e políticos.

Foi em 1976 que Charles Tilly propôs o conceito de “repertório de ações coletivas (Alonso, 2012, p. 23), descrevendo “um repertório familiar de ações coletivas que estão à disposição das pessoas comuns”, num determinado momento histórico (Tilly, 1976, p. 22). Desde então, Tilly destaca dois eixos em sua análise: a correlação entre mudança de repertório e mudança social, econômica e política, e o uso dos repertórios conforme as oportunidades políticas:

Num dado ponto do tempo, o repertório de ações coletivas disponível para uma população é surpreendentemente limitado. Surpreendente, dadas as inúmeras maneiras pelas quais as pessoas podem, em princípio, empregar seus recursos ao perseguir fins comuns. Surpreendente, dadas as muitas maneiras pelas quais os grupos existentes perseguiram seus próprios fins comuns num tempo ou noutro (Tilly, 1978: 151-152).

Essa limitação do repertório de ações coletivas em certo momento temporal é reveladora das complexidades envolvidas na mobilização social e política. Embora teoricamente haja inúmeras possibilidades para as pessoas empregarem seus recursos em busca de objetivos compartilhados, na prática, essas opções são significativamente restringidas. Isso ocorre devido a uma série de fatores, incluindo estruturas sociais, políticas e econômicas que moldam as oportunidades e os limites da ação coletiva.

Historicamente, diferentes grupos têm desenvolvido estratégias variadas para alcançar seus fins comuns, adaptando-se aos contextos específicos em que operam. Essa adaptação reflete não apenas as condições materiais e institucionais existentes, mas também os padrões culturais e históricos que influenciam as escolhas coletivas. Assim, mesmo diante da diversidade potencial de abordagens, os repertórios de ação coletiva muitas vezes se restringem a um conjunto limitado de métodos que são socialmente reconhecidos, viáveis e considerados legítimos dentro de um determinado contexto.

Compreender os limites e as possibilidades dos repertórios de ação coletiva é essencial para analisar como os movimentos sociais e políticos se desenvolvem ao longo do tempo. Isso implica reconhecer não apenas as estratégias utilizadas pelos grupos, mas também os desafios enfrentados na ampliação desses repertórios para incluir novas formas de mobilização e resistência que possam emergir em resposta às mudanças nas condições sociais, políticas e culturais.

O repertório é, então, um conjunto de formas de ação (Alonso, 2012, p. 23), podendo ser tomado como exemplo, uma greve, uma passeata, um motim (Alonso, 2012, p. 23). O repertório surge como aglomerado de instrumentos para realização de interesses, sem significado em si mesmo. Tilly não detalha o processo de apropriação do repertório pelos atores. Sabe-se que a relação é contingente, a escolha das formas depende de contexto, dos interlocutores, dos níveis da ação (Alonso, 2012, p. 24). Tilly destaca que os conflitos são sempre compartilhados e não realizados de maneira individual:

[...] minha primeira formulação pressupunha que um ator singular (individual ou coletivo) possuía um repertório de meios e o empregava estrategicamente. Foi um erro. Cada rotina no interior de um repertório estabelecido de fato consiste de uma interação entre duas ou mais partes. Repertórios pertencem a conjuntos de atores em conflito, não a atores isolados (Tilly, 1995: 30).

O conceito de repertório de ação, conforme descrito por Alonso (2012), refere-se a um conjunto de formas de ação disponíveis para atores sociais, como greves, passeatas

e motins. Esses repertórios não possuem significado intrínseco, mas sim funcionam como ferramentas utilizadas para alcançar determinados interesses. Charles Tilly, um dos principais teóricos nesse campo, sugere que os repertórios são criados e utilizados de maneira contingente, dependendo do contexto, dos interlocutores e dos níveis de ação envolvidos.

A utilização do repertório não é um processo solitário, mas uma interação entre múltiplas partes. Tilly, em sua formulação inicial, pensava que um ator individual ou coletivo possuía e empregava estrategicamente um repertório de meios de ação. No entanto, ele posteriormente reconheceu que isso era um erro, enfatizando que cada rotina dentro de um repertório estabelecido resulta de uma interação entre dois ou mais atores em conflito. Assim, os repertórios pertencem a conjuntos de atores e não a atores isolados.

Essa perspectiva de Tilly ressalta a natureza coletiva e interativa dos conflitos sociais. A ação não é apenas uma escolha estratégica de um indivíduo ou grupo isolado, mas o resultado de uma dinâmica compartilhada onde múltiplos atores estão em jogo. A escolha de determinadas formas de ação é, portanto, influenciada pelas relações e interações entre esses atores, moldadas pelo contexto social, político e histórico em que ocorrem.

Ao reconhecer que os repertórios são propriedades de conjuntos de atores em conflito, Tilly oferece uma compreensão mais complexa e rica das ações coletivas. Ele destaca que os repertórios são dinâmicos e adaptáveis, refletindo as mudanças nas relações e contextos sociais. Essa visão contrasta com a ideia de ações predefinidas e imutáveis, mostrando como os repertórios evoluem e se transformam em resposta às interações contínuas entre os atores sociais.

Em cada época histórica existem estruturas de relações que condicionam a existência de repertórios, das formas organizacionais que tornam uma ação coletiva mais ou menos eficaz. O “repertório” não é uma posse restrita de uma definida comunidade, grupo ou associação, mas uma estrutura comum de conflito.

A noção de repertório acabou se consolidando dentro das teorias das ações coletivas, sendo utilizada para observar a evidência de que a produção de demandas se concentra em uma quantidade limitada de formas, que se repetem com variações mínimas e constituem a coleção (ou repertório) dentro das quais os potenciais atores selecionam de maneira mais ou menos deliberada (Bridgel, 2012, p. 46)

A ideia de repertório de ação coletiva evoluiu para se tornar uma ferramenta analítica central nas teorias das ações coletivas. Conforme argumentado por Bridgel (2012), cada época histórica possui estruturas de relações específicas que influenciam quais repertórios estão disponíveis e quais formas organizacionais tornam uma ação coletiva mais ou menos eficaz. Portanto, os repertórios de ação não pertencem exclusivamente a uma comunidade, grupo ou associação específica, mas representam uma estrutura comum de conflito compartilhada por diversos atores sociais.

A noção de repertório ajuda a entender que a produção de demandas sociais e políticas tende a se concentrar em um conjunto limitado de formas de ação, as quais se repetem com variações mínimas ao longo do tempo. Essas formas de ação, ou repertórios, constituem uma espécie de coleção da qual os potenciais atores sociais podem escolher, de maneira mais ou menos deliberada, as formas de ação que julgam mais apropriadas para seus objetivos.

Essa perspectiva é essencial para analisar como as ações coletivas se desenvolvem e se adaptam às mudanças no contexto social e político. O repertório de ação, sendo uma estrutura comum de conflito, reflete tanto a continuidade quanto a inovação nas formas de mobilização social. Ele permite que se observe como certas formas de ação, como greves, manifestações e boicotes, se perpetuam e se transformam, adaptando-se às novas circunstâncias e necessidades dos atores envolvidos.

Por exemplo, a greve, que é uma forma clássica de ação coletiva, pode se manifestar de maneiras diferentes dependendo do contexto histórico e social. Enquanto a greve industrial clássica pode ter sido uma forma dominante de ação no início do século XX, outras formas de greve, como as greves digitais ou greves climáticas, surgiram em resposta às mudanças tecnológicas e às novas prioridades sociais.

Além disso, a noção de repertório destaca a importância da aprendizagem coletiva e da tradição na ação coletiva. Os atores sociais não operam em um vácuo; eles aprendem com as experiências passadas e com as ações de outros grupos, ajustando suas estratégias com base em sucessos e fracassos anteriores. Isso cria uma continuidade nas formas de ação, ao mesmo tempo em que permite a inovação e a adaptação.

Em suma, a consolidação da noção de repertório nas teorias das ações coletivas oferece uma lente poderosa para analisar a dinâmica da mobilização social. Ele sublinha a importância das estruturas de relações históricas, da aprendizagem coletiva e da

adaptação estratégica na escolha das formas de ação, proporcionando uma compreensão mais profunda e nuançada de como as demandas sociais são articuladas e perseguidas ao longo do tempo.

O conceito de “repertório” trata de interações e relacionamentos entre atores e grupos de atores, e não de ações isoladas. É estruturado e estruturante, compreendendo formas de pensar, desejos, valores, crenças e variações dos mesmos. Consequentemente, “é a construção do conhecimento social, que consiste em memórias e acordos compartilhados”. (Tilly, 1995, p. 30). Tem sido utilizado para explicar a ação coletiva, o leque limitado de opções nos confrontos políticos, em determinados períodos históricos, em processos culturais de longa duração e nas suas correspondentes mudanças sociais (Alonso, 2012).

Repertório, portanto, remete a um “conjunto de formas de ação” (Tilly, 1978, p. 156). A ideia de repertório compreende que os sujeitos possuem um conjunto limitado de técnicas, modelos e formas de agir em movimentos políticos e pressupõe que cada repertório é composto pelos saberes dos sujeitos, as experiências de movimentos políticos anteriores e o contexto sociopolítico do confronto (Tilly, 1995; 2009; Alonso, 2009; McAdam, Tarrow, Tilly, 2009). O caráter “limitado” dos repertórios não deve ser lido, no entanto, como uma condição estática. Pelo contrário, os repertórios são dinâmicos, pois, os agentes sociais, os movimentos sociais, no contexto mesmo dos confrontos políticos, podem redefinir suas estratégias de ação, bem como os valores políticos, culturais que orientam suas ações. Assim, o próprio confronto é um espaço importante de avaliação, de modificação, de criação e de recriação dos repertórios.

Em seus estudos históricos, Tilly percebeu que a ação coletiva é dinâmica, implicando inovações, adaptações que se colocam como necessárias em virtude da própria dinâmica histórica. Os operários do século XVIII desenvolveram repertórios de ação relacionados àquele contexto, como greves e ocupação das fábricas; no contexto do século XIX essas mesmas táticas se desenvolveram para a instrumentalização dos sindicatos, grandes greves e a formação de partidos políticos. Da mesma maneira, os repertórios de ação criados no século XIX (panfletos, abaixo-assinado, mobilizações direcionadas etc.) foram incorporados pelas lutas sociais do século XX. Ou seja, os repertórios de ação estão em constante mudança, adaptando-se ao contexto dos territórios e aos objetivos da ação coletiva, sem abandonar suas relações históricas com os movimentos do passado. Segundo Tilly (2010), a modernização dos repertórios de ação

está relacionada às mudanças do processo político da época, às estruturas de poder e organização política e ao fortalecimento do Estado nacional como organizador da produção. A centralização do poder no Estado e a concentração de capital pela burguesia, por exemplo, deslegitimaram os repertórios de ação do século XVIII, ao tempo em que legitimaram os repertórios de ação menos agressivos do século XIX.

Tilly, já em seus últimos trabalhos, retomou o debate sobre repertórios em um contexto no qual a cultura ganhou destaque dentro dos estudos sociológicos globais. O terrorismo islâmico impulsionou pesquisas sobre os confrontos políticos, saindo da esfera regional e desenvolvendo-se em teorias globais sobre o confronto político (Fonseca; Fiúza, 2015). É neste momento que a ideia de *performance* se destacou, ao servir para interpretar o uso dos repertórios de ação, em uma conjuntura marcada pela disseminação da informação de forma instantânea, contínua e impossível de conter (Alonso, 2012). Através das mídias digitais e das redes sociais virtuais, os movimentos sociais, de diferentes lugares do planeta, têm a oportunidade de expor suas narrativas e projetos políticos para outros movimentos e sujeitos, rompendo as barreiras geográficas de sua atuação. Além disso, os meios eletrônicos aproximaram sujeitos com reivindicações ou visões de mundo similares, transformando o planeta em uma “aldeia global” de movimentos sociais (McAdam, Tarrow, Tilly, 2009, p. 36).

A possibilidade de compartilhar reivindicações com grupos ou sujeitos, em tempo real e sem barreiras espaciais, traz uma nova relação entre os sujeitos e o confronto político. Estas novas relações vêm consolidando pautas globais e estratégias de luta, disseminadas especialmente por coletivos e/ou sujeitos ligados a luta feminista, ambientalista, antirracista ou às reivindicações identitárias. Um exemplo da força e alcance destas “aldeias globais”, capazes de aproximar os movimentos sociais de sujeitos em diferentes lugares do mundo, aconteceu em junho de 2020, quando o movimento social “Black Lives Matter” ganhou destaque mundial após promover uma série de protestos contra o racismo nos EUA. Estes protestos foram replicados em dezenas de países, envolvendo atores sociais, partidos políticos e indivíduos do mundo todo, identificados com a luta contra ao racismo.

Ao considerar o conceito de repertórios para a análise das dinâmicas de pensamento e de ação educativos do movimento sindical no meio rural, pretende-se destacar que a educação promovida pelo movimento sindical no meio rural não se limita

apenas à transmissão de conhecimentos teóricos, mas também envolve a capacitação para a ação, a mobilização e a conscientização.

As práticas educativas protagonizadas pelo movimento sindical compreendem diferentes estratégias, programas e iniciativas, que os sindicatos desenvolvem para capacitar seus membros, trabalhadores e comunidades em questões relacionadas aos direitos trabalhistas, cidadania, organização sindical e temas sociais considerados relevantes. Essas ações educativas, não raras vezes, contribuem para o fortalecimento do movimento sindical e na promoção de uma maior conscientização entre os trabalhadores.

Os sindicatos promovem programas de formação, abordando tópicos como negociação coletiva, direitos, estratégias de organização de liderança, defesa sindical e sindical. Essa formação é essencial para capacitar os a representar a seus colegas de trabalho de forma eficaz. Muitos sindicatos fornecem informações e orientações sobre os direitos trabalhistas, incluindo leis trabalhistas, regulamentos de segurança no trabalho, direitos à greve e outros aspectos relacionados ao emprego.

A formação contínua oferecida pelos sindicatos é fundamental para que os trabalhadores rurais compreendam e defendam seus direitos, além de se tornarem mais aptos a negociar e organizar suas demandas. Por meio de cursos de capacitação, os sindicatos promovem o aprendizado sobre aspectos essenciais como leis trabalhistas, segurança no trabalho, e estratégias de organização sindical. Esse tipo de educação fortalece o papel dos sindicatos na representação dos trabalhadores e contribui diretamente para a sua emancipação.

Como destaca o Entrevistado 7 (10/01/2025), "Acho que os cursos de formação de lideranças sindicais, os próprios cursos profissionalizantes, propostos também nas mais diversas áreas da agricultura. Muitas vezes a gente busca para promover, inclusive, lá no meio rural, às vezes na casa de um agricultor. Mas também acho que todo tipo de informação que a gente leva para o agricultor sobre o dia a dia, sobre mudanças que acontecem, por exemplo, em questões de CAR, de CAEPF, de imposto de renda, mais diversas informações, acho que são muito importantes." Essa busca por informação e capacitação é essencial, pois não só atualiza os trabalhadores rurais sobre as mudanças legais e econômicas, mas também fortalece a comunicação e a cooperação entre os trabalhadores e os sindicatos, promovendo um desenvolvimento mais justo e sustentável para o meio rural

Os sindicatos organizam campanhas de conscientização sobre questões específicas, como a luta por salários justos, melhores condições de trabalho, segurança no trabalho e igualdade de gênero. Essas campanhas visam mobilizar os trabalhadores e a opinião pública em torno de questões sindicais. Os sindicatos frequentemente fornecem informações sobre questões políticas relevantes para os trabalhadores, ajudando os membros a entender como as políticas públicas afetam suas vidas e a participar ativamente no processo político.

O movimento sindical promove programas de solidariedade para ajudar trabalhadores em situações de crise, como greves ou demissões em massa. Esses programas podem incluir assistência financeira, alimentos e serviços de aconselhamento, concomitantemente muitos sindicatos acreditam na importância da educação cidadã e promovem programas que capacitam os trabalhadores a participar ativamente na sociedade, exercendo seus direitos e deveres como cidadãos. A segurança no local de trabalho é uma preocupação central para os sindicatos, e eles frequentemente oferecem programas educativos sobre prevenção de acidentes, primeiros socorros e direitos dos trabalhadores em relação à saúde e segurança.

Os sindicatos dos trabalhadores rurais frequentemente organizam mobilizações sociopolíticas, como greves, manifestações, ocupações de terras e outras ações para pressionar por melhorias nas condições de trabalho e na legislação trabalhista. Essas mobilizações são uma parte fundamental da educação sindical, pois capacitam os trabalhadores a agirem coletivamente. Note-se, também que a ação sindical compreende também o diálogo com outros atores, como organizações não governamentais, governos, comunidades locais e regionais. Essas interlocuções também podem fortalecer as ações do movimento sindical. Além de questões trabalhistas, a educação promovida pelo movimento sindical no meio rural pode incluir tópicos relacionados a políticas públicas, direitos humanos, questões agrícolas e ambientais, capacitando os trabalhadores a se envolverem em questões políticas mais amplas.

O que se pretende argumentar, portanto, é que a ação sindical, por natureza, é uma ação educativa. O que não implica em concluir que suas ações educativas resultem de um movimento espontâneo. Pelo contrário, há uma racionalidade na organização do movimento sindical, que compreende o reconhecimento de padrões de ação e de pensamento, mas que também se coloca de modo dinâmico, sendo transformado a partir dos conflitos sociais nos quais o movimento sindical atua e participa.

Quando se busca no conceito de repertório uma lente teórica para entender a dinâmica de atuação educativa, pretende-se colocar em questão a dinâmica dos projetos educativos, das concepções pedagógicas, das estratégias educacionais, dos sujeitos em educação, da educação no campo, enquanto processos e dinâmicas que se definem e se redefinem no contexto de mobilizações, de lutas, dos confrontos políticos nos quais o movimento sindical no meio rural atua, considerando as diferentes conjunturas histórias que constituem a própria história de mobilizações, de lutas, de confrontos políticos do movimento sindical no meio rural.

Os repertórios educativos, portanto, que remetem a diferentes dimensões do pensar e agir do movimento sindical no meio rural, como indicado no parágrafo acima, sinalizam ações que não são improvisadas (ainda que, no confronto político, o imprevisto é uma aparente estratégia de resposta dos movimentos sociais), que remetem a roteiros, scripts estabelecidos pelos próprios sujeitos do movimento, mas sujeitos em ação e relação, em contextos históricos contenciosos.

As dinâmicas de mobilizações sociopolíticas e os repertórios educativos na educação protagonizada pelo movimento sindical no meio rural se entrelaçam de maneira complexa e estratégica. Essas ações não ocorrem de forma isolada; elas são parte de um conjunto mais amplo de práticas e estratégias que visam não apenas a melhoria das condições de trabalho, mas também a transformação social e política das comunidades rurais.

As mobilizações sociopolíticas organizadas pelo movimento sindical no meio rural também são fundamentais para a promoção de mudanças estruturais. Greves, manifestações, ocupações de terras e outras formas de protesto são utilizadas para pressionar por melhores condições de trabalho, políticas públicas mais justas e o reconhecimento dos direitos dos trabalhadores rurais. Essas ações servem para trazer à tona questões muitas vezes ignoradas, forçando o debate público e a ação governamental. Participar de ações coletivas reforça a solidariedade entre os trabalhadores, promovendo um senso de comunidade e de objetivo comum. Através da participação em mobilizações, os trabalhadores aprendem sobre seus direitos e desenvolvem habilidades de organização e liderança, fundamentais para a cidadania ativa.

Os repertórios educativos do movimento sindical abrangem uma vasta gama de práticas pedagógicas que vão além da simples transmissão de conhecimento teórico. Esses repertórios incluem: Programas que abordam negociação coletiva, direitos

trabalhistas, estratégias de organização e liderança. Esses programas são essenciais para capacitar representantes sindicais e fortalecer a base sindical. Iniciativas focadas em questões específicas, como igualdade de gênero, segurança no trabalho e direitos trabalhistas, que visam mobilizar os trabalhadores e a opinião pública. Ações de apoio em situações de crise, como greves ou demissões, que incluem assistência financeira, alimentos e serviços de aconselhamento, fortalecendo a rede de apoio comunitário. Programas que capacitam os trabalhadores a participar ativamente na sociedade, exercendo seus direitos e deveres como cidadãos, e compreendendo como as políticas públicas afetam suas vidas.

A ação sindical também se caracteriza por um constante diálogo com diversos atores, governos e comunidades locais. Essa interlocução é crucial para as colaborações com diferentes organizações podem potencializar as ações sindicais, oferecendo recursos e conhecimentos adicionais. O diálogo com o governo e outros atores políticos permite que os sindicatos influenciem a formulação de políticas públicas que atendam às necessidades dos trabalhadores rurais. Através do diálogo, os sindicatos podem ampliar suas agendas de luta, incluindo temas como direitos humanos, questões ambientais e desenvolvimento sustentável.

A educação sindical no meio rural é um processo dinâmico, constantemente reavaliado e adaptado às novas realidades e desafios. Essa capacidade de adaptação é fundamental para a eficácia do movimento sindical. Os repertórios educativos, embora baseados em roteiros e scripts estabelecidos, são flexíveis e podem ser ajustados conforme as necessidades emergem. A capacidade de ajustar estratégias e programas educativos em resposta a novas demandas e desafios é um indicativo da resiliência do movimento sindical. As práticas educativas são contextualizadas, levando em consideração as especificidades culturais, sociais e econômicas das comunidades rurais. A participação ativa dos trabalhadores na definição e implementação das práticas educativas garante que essas sejam relevantes e eficazes.

Em conclusão, as dinâmicas de mobilizações sociopolíticas e os repertórios educativos do movimento sindical no meio rural brasileiro são elementos interdependentes que fortalecem a luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e trabalho. A educação promovida pelo movimento sindical é, por natureza, uma ferramenta de emancipação, capacitando os trabalhadores a se tornarem agentes de mudança em suas comunidades e na sociedade como um todo.

SEGUNDA PARTE:

OS REPERTÓRIOS EDUCATIVOS NAS AÇÕES EDUCATIVAS DO SINDICATO DOS TRABALHADORES AGRICULTORES FAMILIARES DE SANTA CRUZ DO SUL, SINIMBU, VALE DO SOL E HERVEIRA



Não há neutralidade possível no processo educativo. O educador deve assumir uma postura política, e não apolítica (Paulo Freire).

4 O SINDICATO DOS TRABALHADORES FAMILIARES DE SANTA CRUZ DO SUL, SINIMBU, VALE DO SOL E HERVEIRAS

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Sul foi fundado em 01 de julho de 1962, a partir de 1993 com a emancipação dos municípios de Vale do Sol, Sinimbu e Herveiras, passou a denominar-se de Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol e Herveiras, no ano de 2016 a entidade mudou o estatuto adequando-se ao código civil e deliberações de congressos da FETAG e CONTAG, e por questões legais, mudou sua nomenclatura passando a denominar-se, Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares de Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol e Herveiras.

Os agricultores que vinham de caminhão, cavalo e carroça, de diversas regiões, se reuniam em locais demarcados para realizarem suas reuniões para a criação do Sindicato, principalmente pela busca por assistência médica e odontológica. As reuniões geralmente ocorriam no porão da Mitra Diocesana em Santa Cruz do Sul e assim, no dia 01 de julho de 1962 foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores rurais de Santa Cruz do Sul, conforme consta no Livro ATAS. nº 1, 1962, que está preservado na estrutura da entidade em Santa Cruz do Sul.

No início, havia dois sindicatos que representavam praticamente a mesma categoria, em que os dois sindicatos foram fundados em 1º de julho de 1962. Um sindicato pertencia aos Trabalhadores Rurais da Lavoura e da Pecuária, o outro era dos Trabalhadores Autônomos de Santa Cruz do Sul. O primeiro englobava os trabalhadores rurais, meeiros, arrendatários e filhos de agricultores. No Sindicato Autônomo, a participação unicamente dos pequenos proprietários de Santa Cruz do Sul. A fundação ocorreu no mesmo dia e em 23 de julho de 1963 houve a fusão dos dois sindicatos. O dos Autônomos fez uma Assembleia extraordinária e, neste momento, foi criado um só sindicato, o atual Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR.

Os dois sindicatos continuaram funcionando até chegar a carta sindical do Ministério do Trabalho, o que ocorreu em outubro de 1965, indicando o nome de Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Sul. Na época, havia uma portaria, a de número 40, onde só poderia existir um sindicato em cada cidade, daí a necessidade da unificação.

A entidade possui por objetivo, organizar, coordenar, mobilizar e defender a categoria representada, buscando a melhoria das condições de vida e de trabalho, centrando ação na construção de um modelo alternativo de desenvolvimento, tendo presente a organização e o crescimento da consciência de classe, cujo objetivo maior é uma sociedade mais justa, igualitária e solidária.

O Sindicato iniciou os seus trabalhos com o apoio da antiga Caixa Rural de Santa Cruz do Sul, hoje Sicredi. O funcionamento era numa sala dos fundos da Caixa. O apoio das igrejas foi essencial para fortalecer os primeiros passos do sindicalismo no meio rural, criando um ambiente propício para o debate e a conscientização dos trabalhadores sobre seus direitos. Além da atuação religiosa, a participação de lideranças comunitárias e a transmissão de valores dentro das famílias também desempenharam um papel fundamental na formação de novas gerações de sindicalistas. Assim, muitos daqueles que hoje integram o movimento tiveram seu primeiro contato com a luta sindical ainda na infância, acompanhando seus pais ou participando de atividades promovidas pelas entidades sindicais.

A trajetória de muitos dos que ingressaram no movimento sindical está fortemente ligada à igreja, influência familiar e ao envolvimento precoce com a organização. Como relatado por alguns membros, "sempre gostei da participação, fui convidada pelo presidente e comecei a participar, já estou há vários anos" (Entrevistado 01, 10/01/2025). Outros, por sua vez, mencionam que "a minha participação no movimento sindical iniciou desde criança. Meu pai era sindicalista e sempre participava das atividades do movimento sindical" (Entrevistado 02, 10/01/2025).

Esses relatos evidenciam como a formação sindical muitas vezes se inicia no seio familiar e comunitário, reforçando a importância das redes de apoio na construção da consciência coletiva. Paralelamente a essas vivências individuais, iniciativas organizadas em nível estadual também desempenharam um papel essencial na consolidação do movimento sindical. Um exemplo disso foi a atuação da Frente Agrária Gaúcha, que, nos anos de 1960 e 1961, promoveu encontros estratégicos para fortalecer a mobilização dos pequenos agricultores.

Em 1960 e 61, a Frente Agrária Gaúcha, uma entidade constituída por religiosos com a finalidade de incentivar a criação de movimentos de pequenos agricultores que pudesse, através da união, representar a classe, completamente desamparada na época, promoveu dois congressos estaduais, envolvendo lideranças comunitárias e religiosas do

interior do Estado. O arcebispo de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer e o bispo auxiliar Edmundo Kunz, lideravam as mobilizações, na época.

Assim, pela ajuda das demais pessoas, se originaram os sindicatos rurais, que mais tarde assumiram sua verdadeira representatividade, Sindicato dos Trabalhadores Rurais que representa os pequenos produtores e Sindicatos Rurais, que representam produtores médios e grandes, empregadores, no caso.

Essa distinção entre as representações sindicais evidenciou a necessidade de organização específica para os pequenos produtores, garantindo que suas demandas fossem devidamente atendidas. Nesse contexto, a participação ativa dos trabalhadores rurais tornou-se essencial para fortalecer o movimento sindical, e muitos encontraram no sindicato um espaço de acolhimento e engajamento. Isso se deu, sobretudo, por meio de eventos e convites diretos, que incentivaram novos membros a se aproximarem e se envolverem com a causa.

Muitos dos sindicalistas destacam que sua aproximação com o sindicato se deu através de participação em eventos e convites diretos: "Entrei no movimento sindical em 2014, quando participei de uma atividade sobre políticas públicas de fomento à agricultura familiar" (Entrevistado 03, 10/01/2025). Outro membro destaca que "desde nova comecei a participar no Sindicato e nas reuniões" (Entrevistado 04, 10/01/2025), reforçando o impacto da participação desde a juventude.

Essa participação ativa, desde a juventude ou por meio de convites diretos, contribuiu para a expansão do movimento sindical, proporcionando maior adesão e fortalecimento das ações. Com o crescimento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, os agricultores passaram a se engajar ainda mais nas campanhas realizadas no interior, o que levou a diretoria a percorrer diversas localidades, espalhando mensagens otimistas e de incentivo ao sindicalismo.

Com o crescimento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, os agricultores aderiram às campanhas que eram realizadas no interior todo o final de semana, com a diretoria percorrendo as localidades, levando as mensagens otimistas e de incentivo ao sindicalismo. Com o crescimento do quadro social houve a necessidade de ocupação de um novo local. O andar térreo do Centro Social Diocesano da Mitra foi alugado. No mesmo local foi instalada a farmácia veterinária, que desde a época até hoje, se constituiu em mais uma fonte de receita do sindicato.

O Sindicato foi se consolidando ao longo do tempo, incorporando novas iniciativas e ampliando os serviços oferecidos. Para muitos, a entrada no sindicato foi impulsionada pela busca por serviços essenciais, como destaca um associado: "A minha associação ao sindicato, logo ao completar os 18 anos, foi muito na questão da assistência médica odontológica, que era uma carência na época, e menos pela consciência sindical" (Entrevistado 05, 10/01/2025).

No início de nossa trajetória eram poucos os serviços oferecidos, apenas médicos, dentistas, organização do fichário e documentação dos associados e agendamento de reuniões nas localidades do interior, para motivar os sócios e não sócios a participar das reuniões, as atuações dos líderes foi decisiva neste processo.

Um dia chegou a notícia de que em Estrela o sindicato trabalhava com uma fórmula diferenciada de benefícios. Com a informação em mãos se promoveu um estudo para ampliação da gama de serviços oferecidos aos sócios da entidade santa-cruzeense. O primeiro passo foram os convênios com hospitais da região, para atendimento em ambulatorios e assistência maternidade, mediante um acréscimo na anuidade; gradativamente outros benefícios foram agregados.

No começo o Sindicato se mantinha somente através da contribuição dos associados, mais tarde, cobrando por alguns serviços prestados. O surgimento da contribuição sindical causou um impacto maior na economia do sindicato. A luta foi muito grande porque outras entidades diziam que não era necessário o agricultor pagá-la. O Ministério do Trabalho arbitrou a polemica instituindo uma portaria exigindo que o agricultor, quando fosse fazer um empréstimo no Banco do Brasil obrigatoriamente precisava apresentar as guias de recolhimento do imposto sindical. Considerando arbitrária a medida se iniciou uma batalha direta, com algumas instituições, inclusive, colocando artigos em jornais firmando posição sobre o assunto. Nesta época, foi contratado o advogado Antônio Manoel de Borba, para defender os interesses dos agricultores. Garantido o direito, começou a entrar um grande volume de recursos, que foram investidos na assistência direta aos associados, o que permanecem até hoje.

A comunicação da entidade com seus associados, praticamente desde sua fundação, sempre se deu através de programas de rádio e que continua até os dias atuais. Está no ar a mais de sessenta anos, mas não mais no mesmo dia e horário que era aos domingos, às 11h30min na rádio Santa Cruz, agora aos sábados às 12 horas.

Essa continuidade na utilização do rádio como meio de comunicação demonstra a importância desse veículo para manter os agricultores informados e engajados nas pautas sindicais. Mesmo com as mudanças nos dias e horários de transmissão, o programa segue sendo uma ferramenta essencial para fortalecer o vínculo entre a entidade e seus associados, garantindo que as informações cheguem de forma acessível a todos, assim cita o entrevistado 2: “O sindicato contribui de várias formas, seja nas reuniões de base, assembleias ou atividades educativas, como o programa de rádio. O rádio é um veículo muito poderoso para disseminar informações e engajar os agricultores, pois eles se sentem mais próximos e buscam informações diretamente no sindicato. O sindicato tem um poder de mobilização que muitos outros sindicatos perderam, e essa força ainda é muito admirada por outras entidades (Entrevistado 02, 10/01/2025).”

Por cerca de quatro anos o STR funcionou na Mitra Diocesana, só saindo de lá para se instalar definitivamente, no prédio na Ramiro Barcelos, 1054, onde permanece até hoje. Neste local funcionava a Camisaria Swarowski, sendo que, conforme os associados e associadas do sindicato, procurado seu proprietário, senhor Arcádus Swarowski, este de imediato prontificou-se a vendê-lo. Os contatos iniciais foram feitos pelo presidente Orlando Paulo Schaefer e doutor Antônio Manoel de Borba, advogado do sindicato. Demorou muito até que o sindicato se transferisse para o novo endereço, uma vez que a nova unidade da Arcal estava sendo construída no Distrito Industrial.

A primeira diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Lavoura e da Pecuária era composta por Orlando Paulo Schaefer na presidência; secretário Sílvio José Backes, de Sinimbu; tesoureiro Harry Vogt; suplentes, Olívio Morsch, Guido Rabuske e Júlio João Giehl. Já no Sindicato dos Trabalhadores Autônomos, o primeiro presidente foi Antônio Vunibaldo Eick; tesoureiro, Pedro Sehnem e secretário, Emílio Machado. Com a fusão a primeira diretoria oficialmente registrada no Ministério do Trabalho e que concorreu como chapa única, tinha na presidência Orlando Paulo Schaefer; secretário, João Sebastião Wagner e tesoureiro, Emílio Machado. Os efetivos do conselho fiscal eram Albino Pedro Sehnem, Otmar Iserhard e Arlindo Goldschmidt. Na suplência, estavam Eufrásio de Melo, Guido Lauermann e Roque Paulus. A delegação federativa era composta por Orlando Schaefer, João Sebastião Wagner e Emílio Machado.

Quadro: Histórico das Diretorias do Sindicato

Inicialmente havia dois Sindicatos, cada um respectivamente com sua diretoria.

DE 01.07.1962 ATÉ 12.02.1966

1ª Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores rurais da lavoura e da pecuária:

Presidente: Orlando Paulo Schaefer

Secretário: Silvio José Backes

Tesoureiro: Harry Vogt

1ª Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores rurais e autônomos:

Presidente: Antonio Vunibaldo Eidt

Tesoureiro: Pedro Sehnem

Secretário: Emilio Machado

2ª GESTÃO 13.02.1966 A 12.02.1968

Presidente: Orlando Paulo Schaefer

Secretário: João Sebastião Wagner

Tesoureiro: Emilio Machado

3ª GESTÃO 13.02.1968 A 12.02.1970

Presidente: Orlando Paulo Schaefer

Secretário: Licenio Renato Dick

Tesoureiro: Domínigos Hochscheidt

4ª GESTÃO 13.02.1970 A 12.02.1973

Presidente: Orlando Paulo Schaefer

Secretário: Domínigos Hochscheidt

Tesoureiro: Pedro Osvino Etges

5ª GESTÃO 13.02.1973 A 1976

Presidente: Pedro Oswino Etges

Secretário: Orlando Paulo Schaefer

Tesoureiro: Selmo Watte

Em 1976 foi instalada a Junta Governativa, formada por:

Presidente: Maurino Lauro Muller

Secretário: João Sebastião Wagner

Tesoureiro: Atanásio José Mees

6ª GESTÃO 12.08.1978 A 11.08.1981

Presidente: Maurino Lauro Muller

Secretário: João Sebastião Wagner

Tesoureiro: Atanásio José Mees

7ª GESTÃO 12.08.1981 A 11.08.1984

Presidente: Maurino Lauro Muller

Secretário: Henrique Muller

Tesoureiro: José Eduardo Eich

8ª GESTÃO 12.08.1984 A 11.08.1987

Presidente: Maurino Lauro Muller
Secretário: Henrique Muller
Tesoureiro: José Eduardo Eich

9ª GESTÃO 12.08.1987 A 11.08.1990

Presidente: Pedro Oswino Etges
Secretário: Heitor José Schuch
Tesoureiro: Henrique Reckers

10ª GESTÃO 12.08.1990 A 11.08.1994

Presidente: Heitor José Schuch
Secretário: Pedro Oswino Etges
Tesoureiro: Henrique Reckers

11ª GESTÃO 12.08.1994 A 11.08.1998

Presidente: Pedro Oswino Etges
Secretário: Roque Paulus
Tesoureiro: Henrique Reckers

12ª GESTÃO 12.08.1998 A 11.08.2002

Presidente: Pedro Oswino Etges
Secretário: Roque Paulus
Tesoureiro: Henrique Paulus

13ª GESTÃO 12.08.2002 A 11.08.2006

Presidente: Pedro Oswino Etges
Secretário: Roque Paulus
Tesoureiro: Dalvo Inácio Schmidt

14ª GESTÃO 12.08.2006 A 11.08.2010

Presidente: Pedro Oswino Etges
Secretário: Roque Paulus
Tesoureiro: Dalvo Inácio Schmidt

15ª GESTÃO 12.08.2010 A 11.08.2014

Presidente: Pedro Oswino Etges
Secretário: Gerson Morsch
Tesoureiro: Renato Goerck

16ª GESTÃO 12.08.2014 A 11.08.2018

Presidente: Renato Goerck
Secretário: Gerson Morsch
Tesoureiro: Sergio Luiz Reis

17ª GESTÃO 12.08.2018 A 11.08.2022

Presidente: Renato Goerck
Vice-presidente: Gerson Morsch
Secretária: Salete Faber
Vice-secretário: Ruben Preuss

Tesoureiro: Sergio Luiz Reis
 Vice-tesoureira: Marieli Elena Muller

18ª GESTÃO 12.08.2022 A 11.08.2026

Presidente: Sérgio Luiz Reis
 Vice-presidente: Ruben Preuss
 Secretária: Salete dos Passos Faber
 Vice-secretária: Salete dos Passos Faber
 Tesoureira: Marieli Elena Muller
 Vice-tesoureiro: Gerson Morsch

Fonte: Atas de Reuniões da Diretoria do Sindicato. Dados organizados pela autora.

Conforme os dados apresentados no quadro, nota-se que a presença das mulheres na diretoria efetiva do Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares de Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol e Herveiras aconteceu somente na 17ª gestão, ou seja, no ano de 2018. Antes, as mulheres participam das gestões somente como: coordenadoras da comissão municipal de mulheres e começaram a se associar ao Sindicato períodos mais tarde.

Na década de 60 e 70, as mulheres não tinham o direito de se sindicalizar: ficavam vinculadas aos homens da família, sendo reconhecidas, para fins de filiação sindical, como dependentes de seus maridos, pais e filhos. Somente a partir dos anos 80 é que as mulheres começaram a participar do Sindicato, sendo convidadas a frequentar as reuniões e, aos poucos, conquistaram o direito de se associar: Assim, iniciava-se a participação das mulheres no movimento sindical (Monticelli et al, 2021, p. 20).

Nas décadas de 1960 e 1970, as mulheres enfrentavam severas restrições em diversos aspectos de suas vidas, incluindo a participação em movimentos sindicais. Durante esse período, as normas sociais e legais predominantemente patriarcais mantinham as mulheres subordinadas aos homens de suas famílias. Elas eram consideradas dependentes de seus maridos, pais ou filhos para fins de filiação sindical, o que efetivamente excluía as mulheres da participação direta e ativa nos sindicatos.

Essa exclusão refletia a visão dominante da época, que relegava as mulheres ao espaço doméstico e negava a elas a capacidade de agir como agentes autônomos na esfera pública e política. A luta por direitos trabalhistas e melhores condições de trabalho, portanto, era uma área predominantemente masculina, e as necessidades e demandas específicas das trabalhadoras muitas vezes não eram representadas ou consideradas.

A partir dos anos 1980, no entanto, começaram a surgir mudanças significativas. O contexto social e político global, marcado por movimentos de direitos civis, feministas

e outras lutas por igualdade, influenciou uma transformação nas estruturas sindicais. As mulheres começaram a ser convidadas a participar das reuniões sindicais, marcando o início de sua integração no movimento sindical.

Essa inclusão não foi um processo simples ou rápido; exigiu esforço contínuo e persistência das mulheres para ganhar reconhecimento e espaço dentro das organizações sindicais. À medida que mais mulheres participavam das reuniões e se envolviam ativamente nas discussões e decisões, começaram a conquistar o direito de se associar formalmente aos sindicatos. Esse avanço representou não apenas uma vitória para as mulheres, mas também um fortalecimento do movimento sindical como um todo, que passou a ser mais inclusivo e representativo da força de trabalho diversificada.

A participação das mulheres nos sindicatos trouxe novas perspectivas e preocupações para a agenda sindical, como questões relacionadas a igualdade de gênero no local de trabalho, salários iguais, licença-maternidade, e políticas contra assédio e discriminação. As mulheres no movimento sindical não apenas buscaram seus direitos, mas também contribuíram para a democratização e humanização dos espaços de trabalho, promovendo uma visão mais equitativa e justa da sociedade.

Assim, a trajetória de inserção das mulheres no movimento sindical a partir dos anos 1980 representa um marco importante na luta por igualdade de gênero e direitos trabalhistas. Essa conquista não apenas melhorou as condições de trabalho para as mulheres, mas também fortaleceu a solidariedade e a justiça social dentro do movimento sindical, apontando para um futuro mais inclusivo e igualitário.

Uma das grandes lutas do movimento sindical na década de 90 era a aposentadoria rural, sendo que a mulher, inicialmente não podia participar das atividades do movimento sindical e também não recebia o benefício de aposentadoria.

No dia 1º de maio de 1972 o primeiro agricultor recebeu seu benefício previdenciário. Olivio Furlan, residente na época no município de Sobradinho, recebeu em Belo Horizonte, das mãos do então ministro da previdência, seu primeiro salário como aposentado rural. Em 1971 foi aprovado a lei complementar nº 11 que instituiu o Funrural e criava a aposentadoria por velhice ao trabalhador rural aos 65 anos. Era direcionada apenas para o ‘chefe de família’, o homem, e tinha o valor de meio salário mínimo. Da mesma forma, foi criado o auxílio, acidente de trabalho, assim como a pensão por morte deixada para as mulheres, também ao valor de meio salário. O primeiro benefício pago a uma trabalhadora rural ocorreu em 12 de fevereiro de 1992, somente após uma mobilização no INSS por trabalhadores e trabalhadoras rurais que durou 51 dias. (Oliveira, Gehlen, 2024, p. 11).

Naquele período se iniciou uma grande luta do STR pela primeira aposentadoria do trabalhador rural, através do FUNRURAL. As localidades do interior foram organizadas em grupos para encaminhamento da documentação, daqueles que reuniam condições para aposentadoria (homens aos 65 anos) meio salário mínimo. Também na época, as mulheres, viúvas ou solteiras, com mais de 65 anos, graças ao trabalho da organização sindical, se habilitaram ao benefício. A consolidação deste direito se deu com a Constituição do País em 1988, estabelecendo um salário mínimo integral para os homens aos 60 anos e as mulheres aos 55 anos, mas devia-se comprovar a função de agricultor nos últimos 5 anos, assim destaca o jornal Gazeta do Sul (maio,1992):



Jornal Gazeta do Sul. 07 de maio de 1992.

Outra luta importante, o reconhecimento da mulher como trabalhadora rural e a inclusão de seu nome no bloco do produtor do marido; esta inclusão a habilitou aos benefícios previdenciários como aposentadoria, auxílio doença, acidentes de trabalho e salário maternidade.

Um marco muito importante ocorreu quando Oswino Etges era o presidente e Heitor Schuch secretário, foi lançada a campanha para a mulher ser sócia. Para facilitar, o valor da unidade foi rateado entre o casal e deste de então muitas mulheres passaram a integrar o quadro social. Os associados do Sindicato tinham muitos direitos e deveres, como se vê na imagem a baixo:

Regulamento do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Sul

DIREITOS E DEVERES DO ASSOCIADO

- 1.º — DEVERES: — pagar pontualmente as suas mensalidades.
— participar nas assembléias e reuniões do Sindicato.
— prestigiar o Sindicato por todos os meios ao seu alcance.
- 2.º — DIREITOS: — quem paga somente a Mensalidade:
— consultas médicas na sede do Sindicato.
— dentista na sede do Sindicato.
— assistência jurídica.
— serviços de escritório.
— bolsas de estudo.
— quem paga a Mensalidade e o Faomch (Fundo de Assistência Odontológica, Médica e Hospitalar):
— consultas médicas na sede do Sindicato e pela Unimed.
— dentista na sede do Sindicato e em qualquer lugar do interior.
— assistência veterinária.
— assistência jurídica.
— reembolso de 75% em pequenas cirurgias.
— reembolso de 75% em Raio X — Exames Laboratoriais — Eletrocardiogramas e Encefalogramas.
— serviços de escritório.
— bolsas de estudo.
- 3.º — ASSISTÊNCIA JURÍDICA (advogado): se dois associados têm um problema, um processo, uma briga, divisas de terras, seja o que for; o que vamos fazer nestes casos? Os associados têm o mesmo direito. A nossa proposta, nesses casos, é chamar os dois associados e tentar fazer um acordo. Se não aceitarem o acordo, automaticamente o Sindicato cai fora. Os dois, então, terão que contratar seus advogados. Não podemos dar assistência a um associado e ao outro não.

ASSISTÊNCIA VETERINÁRIA: quais são os animais que recebem assistência a domicílio em casos de doenças? bovinos — suínos — mulas e cavalos. Chamados para atendimento de galinhas ou cachorros nas residências, não será atendido. Nestes casos o associado poderá consultar o veterinário e pedir uma receita.

ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA: (dentistas): extrações e restaurações de dentes. Gabinetes próprios do Sindicato. Na sede do Sindicato na parte da manhã e de tarde todos

ASSISTÊNCIA MÉDICA: convênio com a UNIMED, com todos os médicos filiados a esta Cooperativa. O associado cada vez que for consultar, pagará a importância equivalente a 50% da consulta particular.

- 4.º — SOBRE AS CARTEIRAS:
- a — carteira de sócio do Sindicato.
 - b — carteira dos dependentes para a esposa e filhos.
 - c — carteira da Unimed.
 - d — carteira do Inamps (para baixar no hospital).
- Todas estas carteiras devem ser renovadas anualmente na hora do pagamento da Mensalidade e Faomch.
- 5.º — QUEM É DEPENDENTE: a esposa — rapazes até completarem 19 anos e moças enquanto estiverem trabalhando em casa com os pais. Quem estiver trabalhando com Carteira de Trabalho não tem mais direito pelo Sindicato.
- 6.º — Sobre Benefícios e Assistência do Funrural e a Documentação Necessária para Encaminhamento:
- a — para baixar no hospital: carteira do Sindicato e a carteira do Inamps.
 - b — aposentadoria por velhice: registro de casamento para os casados. Registro de Nascimento para solteiros. Título Eleitoral — Recibo do Incra — Bloco Modelo 15 do último ano e fotografias 3/4.
 - c — aposentadoria por invalidez: os mesmos documentos e mais o atestado médico e fotografias 3/4.
 - d — pensão para viúva: os mesmos documentos e mais a certidão de óbito, notas das despesas do enterro e fotografias 3/4.
 - e — acidente de trabalho para o chefe da família e rapazes de maior idade. Prazo para encaminhamento no Funrural = 8 dias após o acidente e trazer um documento do acidentado, o recibo do Incra e o Bloco Modelo 15.

Ao longo da história, as mulheres tinham apenas deveres e não direitos, sendo que não votavam, não participavam das reuniões e muito menos poderiam dar sua opinião, concomitantemente não podiam se associar. Foi somente nos anos 90 que a participação das mulheres no movimento sindical foi reconhecida e então começaram a se associar.

A participação das mulheres na vida política e social foi marcada por uma profunda desigualdade, especialmente no contexto rural e sindical. Durante muitos anos, as mulheres eram vistas apenas como responsáveis pelas tarefas domésticas e pela manutenção da família no campo, sendo excluídas dos espaços de decisão política, sindical e até mesmo da participação ativa nas esferas públicas. Este cenário estava enraizado em uma cultura patriarcal que relegava às mulheres um papel secundário e submisso, limitando suas ações e direitos em muitas esferas da sociedade.

Durante o período colonial e imperial, as mulheres no Brasil, assim como em grande parte do mundo ocidental, eram tratadas como cidadãs de segunda classe, sem direito a voto, sem voz nas discussões políticas e, na maioria dos casos, sem acesso à educação formal. Essa realidade foi ainda mais acentuada nas zonas rurais, onde as mulheres eram vistas predominantemente como trabalhadoras do lar e responsáveis pela produção de alimentos, cuidando da lavoura e do rebanho, mas sem o reconhecimento do valor de seu trabalho. Essas mulheres estavam, portanto, distantes da participação no movimento sindical, que era amplamente dominado por homens, a maioria deles em posições de liderança e influência. Era impensável para muitas pessoas, naquela época, que as mulheres tivessem o direito de expressar suas opiniões ou influenciar as decisões que afetavam suas vidas.

Esse quadro de exclusão foi perpetuado ao longo das décadas, com as mulheres sendo tratadas como figuras invisíveis nos movimentos sindicais, que em sua maioria eram compostos por homens que tomavam as decisões em nome dos trabalhadores rurais. A ausência das mulheres nas reuniões sindicais e sua exclusão das estruturas de poder dentro dos sindicatos eram evidências claras de uma sociedade que não reconhecia a igualdade de gênero como um valor fundamental. Mesmo nas poucas ocasiões em que as mulheres podiam se reunir, suas vozes eram frequentemente ignoradas, e suas questões, como a dupla jornada de trabalho, a violência doméstica e o direito à saúde e educação, eram deixados de lado.

Foi somente a partir dos anos 1990 que essa realidade começou a mudar, impulsionada por um movimento global de reconhecimento dos direitos das mulheres e

pela crescente mobilização das próprias mulheres dentro dos movimentos sociais. A década de 1990, especialmente no contexto pós-ditadura, foi um período de fortalecimento da luta pelos direitos das mulheres no Brasil. A sociedade brasileira, após o fim do regime militar, passou a vivenciar um processo de redemocratização, que também se refletiu no campo dos direitos civis e das políticas públicas voltadas para a inclusão das mulheres. Foi nesse contexto que o movimento sindical rural começou a perceber a importância da inclusão das mulheres em sua estrutura e a reconhecer as especificidades das questões de gênero no campo.

Durante esse período, o movimento sindical passou a ser questionado e reconfigurado, com as mulheres exigindo a construção de um espaço próprio para discutir suas necessidades e para atuar como líderes. As mulheres, que antes eram meras coadjuvantes nas ações sindicais, começaram a se organizar em grupos femininos e a reivindicar seu espaço na luta pela reforma agrária, pelos direitos trabalhistas e pelas melhorias nas condições de vida no campo. A criação de núcleos femininos dentro dos sindicatos e a organização de mulheres no campo passaram a ser uma realidade concreta. Elas começaram a exigir a inclusão de suas demandas nas pautas sindicais, com destaque para a igualdade de gênero, o reconhecimento do trabalho feminino na agricultura e a participação ativa nas tomadas de decisão.

A partir de então, as mulheres passaram a ser mais do que simples associadas, mas protagonistas de suas próprias lutas. Em muitos sindicatos, como o Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares de Santa Cruz do Sul, Sinimbu, vale do Sol e Herverias e regiões vizinhas, elas começaram a conquistar representações formais e a ocupar cargos de liderança. As mulheres se uniram e fortaleceram sua voz, criando um movimento sindical mais plural e mais justo, que refletia as diversas realidades enfrentadas pelos trabalhadores rurais, incluindo as especificidades do trabalho feminino e as desigualdades de gênero.

Uma das principais vitórias desse movimento feminino foi a conquista do direito de participar ativamente das assembleias sindicais e de votar e ser votada para cargos de liderança, algo que era impensável nas décadas anteriores. Além disso, as mulheres sindicalistas passaram a articular políticas públicas voltadas para suas necessidades específicas, como o acesso à saúde e à educação, a redução da jornada de trabalho para as mulheres rurais e a criação de programas de capacitação voltados para a liderança feminina.

Para entender esse processo, é importante fazer referência a trabalhos de autores que estudaram as lutas das mulheres no campo e seu papel no movimento sindical, com que aborda o processo de inclusão das mulheres no movimento sindical rural nos anos 1990 e sua contribuição para a luta pela reforma agrária e pela igualdade de gênero. As mulheres no campo começaram a perceber que a luta por direitos trabalhistas não poderia ser dissociada das questões de gênero, e que sua participação ativa no movimento sindical era essencial para garantir que suas demandas fossem reconhecidas e atendidas.

A partir desse momento, as mulheres se tornaram figuras indispensáveis nos sindicatos, trazendo suas próprias lutas e demandas, que antes não eram consideradas ou, muitas vezes, sequer reconhecidas pelos sindicatos dominados por homens. A transformação dos sindicatos rurais, que passaram a incorporar as questões de gênero em sua agenda, foi um reflexo de um movimento mais amplo de transformação social e política, que buscava garantir a igualdade de direitos para todos os cidadãos, independentemente de seu sexo, classe ou origem. Esse processo de inclusão das mulheres no movimento sindical não só alterou a dinâmica interna dos sindicatos, mas também ajudou a fortalecer as pautas de justiça social, ampliando a luta pela reforma agrária para abarcar as demandas específicas das mulheres no campo.

Portanto, a participação das mulheres no movimento sindical rural, que até os anos 1990 era praticamente inexistente, se consolidou como uma conquista fundamental para a construção de um movimento mais justo e representativo. As mulheres, que antes eram vistas apenas como colaboradoras no trabalho agrícola, tornaram-se líderes e agentes de transformação, tanto nas suas comunidades quanto nas estruturas sindicais, contribuindo para o fortalecimento da luta por direitos no campo e para a promoção de uma sociedade mais igualitária.

O regime militar no Brasil, vigente de 1964 a 1985, teve um impacto profundo e repressivo sobre o movimento sindical, afetando significativamente tanto a organização dos trabalhadores quanto a participação das mulheres nos sindicatos. A intervenção autoritária do governo militar buscava controlar e suprimir qualquer forma de resistência ou oposição, resultando em uma série de medidas que restringiram a liberdade sindical e marginalizaram ainda mais as mulheres no contexto sindical.

Durante o regime militar, o governo implementou uma série de medidas destinadas a controlar e reprimir os sindicatos. A intervenção direta nas organizações sindicais foi uma prática comum, com o governo nomeando interventores para substituir

líderes sindicais eleitos e garantir a lealdade ao regime. Além disso, a legislação repressiva, como a Lei de Segurança Nacional, limitou drasticamente a capacidade de organização e mobilização dos trabalhadores. Greves, protestos e qualquer forma de manifestação foram frequentemente reprimidos com violência, resultando em prisões, torturas e exílios de líderes sindicais.

A situação das mulheres no movimento sindical foi ainda mais complicada durante o regime militar. Antes mesmo de 1964, as mulheres já enfrentavam barreiras significativas para a participação nos sindicatos, sendo muitas vezes vistas apenas como dependentes dos homens de suas famílias. Durante o regime militar, essa exclusão foi intensificada. A estrutura patriarcal da sociedade brasileira, reforçada pelo regime autoritário, perpetuou a marginalização das mulheres, mantendo-as afastadas das decisões e das atividades sindicais.

As preocupações das mulheres trabalhadoras rurais, como discriminação de gênero, assédio e licença-maternidade, raramente eram abordadas pelos sindicatos dominados por homens. O ambiente repressivo do regime militar dificultava ainda mais a organização das mulheres em torno dessas questões, pois qualquer tentativa de mobilização ou demanda por direitos era vista como subversiva e rapidamente reprimida.

No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, começaram a surgir sinais de abertura política e enfraquecimento do regime militar. Inspiradas pelos movimentos feministas globais e pelas lutas por direitos civis, as mulheres começaram a se mobilizar de forma mais organizada. Aos poucos, elas foram convidadas a participar das reuniões sindicais e começaram a conquistar o direito de se associar formalmente aos sindicatos.

Essa inclusão inicial permitiu que as mulheres comesçassem a influenciar a agenda sindical, trazendo à tona questões de igualdade de gênero e condições de trabalho justas. A participação ativa das mulheres transformou os sindicatos, tornando-os mais inclusivos e representativos. Elas lutaram para que suas demandas específicas fossem reconhecidas e abordadas, contribuindo para a democratização das organizações sindicais.

A propósito do regime militar, sua relação com os sindicatos era extremamente truculenta, porque na visão do regime todo o líder ou militante sindical era comunista. Os sindicatos receberam intervenção dos militares que passaram a perseguir e até prender lideranças e militantes sindicais. Destituiu diretorias e elegeram novas, no entanto, por

conveniência disfarçou sua vontade, usando para isso órgãos que seguiam fielmente a cartilha do regime, porém, de maneira sutil para enganar a opinião pública.

Foi criado em 1963 o FUNRURAL com a denominação de Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural, com o objetivo, através da contribuição de 2% dos produtores, de formação de um Sistema de previdência específica para o trabalhador da área rural. Na época o fundo era mais paternalista, destinando recursos para compra de gabinetes dentários e ambulatorios médicos e contratação de profissionais para atendê-los. Em 1977 o Funrural foi incorporado pelo Sistema Nacional de Previdência Assistência- SIMPAS que passou a receber a contribuição sobre a produção para fins de concessão de benefícios previdenciários. Em 1990, com a fusão do SIMPAS e IAPAS (Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social) foi criado Instituto Nacional de Previdência Social, o nosso conhecido INSS.

A entidade, como já colocado aqui, se denominava até as emancipações dos distritos de Gramado Xavier, Trombudo hoje Vale do Sol, Sinimbu e Herveiras de Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Sul. Com as emancipações formou extensão de base nos novos municípios, com exceção de Gramado Xavier, passando a denominar-se Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol, e Herveiras.

Em meados da década de 1960 já existia o sub escritório no 4º distrito de Santa Cruz do Sul. Em abril de 1993, com a emancipação de Sinimbu, os associados deste novo município em assembleia decidiram em continuar a pertencer ao mesmo sindicato e foi criado a extensão de base de Sinimbu. Em 2001 o STR fez um investimento em seu patrimônio de aproximadamente R\$ 200 mil reais. Foi adquirido o prédio próprio do sub-escritório de Sinimbu e construída a nova loja da Farmácia Veterinária.

Também em meados da década de 1960 foi criada o sub escritório em Trombudo, 7º distrito de Santa Cruz do Sul, como era chamado na época. Com sua emancipação foi mudado o nome para o município de Vale do Sol, quando os associados deste novo município em assembleia decidiram em continuar a pertencer ao mesmo sindicato de origem e em abril de 1993 foi criado a extensão de base de Vale do Sol. Em 2005 foi construído a sede do sub-escritório de Vale do Sol e em Santa Cruz foi feita uma ampliação na sede.

A extensão de base de Herveiras foi criada em abril do ano de 1997, até então já havia o sub escritório que na época era o 5º distrito de Santa Cruz do Sul, com a emancipação os associados deste novo município em assembleia decidiram em continuar a pertencer ao mesmo sindicato e foi criado a extensão de base de Herveiras.

No ano de 2007 ocorreu a implantação da Lei do Protetor Solar, sendo que foi uma grande conquista do movimento sindical, dos sindicatos dos trabalhadores rurais e da Fetag juntamente com o deputado Heitor Schuch, Essa lei faz com os agricultores receberam protetores solares grátis por meio do governo de quatro em quatro meses, em que todos os membros da família tem direito de retirar o mesmo. Para ter acesso a esta política pública é necessário a inscrição no sindicato de seu município e pode-se retirar o protetor no sindicato de seu município. Este pedido foi feito inicialmente pela comissão estadual de mulheres trabalhadoras rurais da FETAG, em que foi apresentado na assembleia legislativa, em que este projeto é de fundamental importância para a proteção à saúde do trabalhador e trabalhadora rural, em que almeja prevenir o câncer de pele na classe rural, sendo que são os mais expostos ao sol. O direito foi garantido pela lei número 13.469 de autoria do deputado Heitor Schuch em que a partir da lei da secretaria estadual da saúde, se iniciou a distribuição de protetores solares do fator 30. Conforme o Instituto Nacional de Câncer (Inca), o Rio Grande do Sul, tem a maior incidência de câncer maligno de pele no Brasil. Os agricultores não tem como fugir do sol, sendo que trabalham diariamente expostos ao sol, dependem sempre da natureza para suas produções.

Em 2010 foi adquirido um depósito para insumos e fertilizantes com 1.000 metros de área construídos. Em 2018 foi comprado o antigo Hotel Kloch em Monte Alverne e feito sua reforma e assim o sindicato chegou mais perto dos associados de Monte Alverne também, sendo que anteriormente os atendimentos estavam acontecendo em uma estrutura alugada. No ano de 2019 foi comprado uma casa na rua principal em Sinimbu e realizado sua reforma, como também a construção da nova farmácia agropecuária no mesmo local.

Tatagiba, Abers e Silva (2016) afirmam que os movimentos sociais podem ser entendidos como um tipo particular de ator/rede que se integra nos processos interativos e inovadores de política pública, competindo por seus resultados. Essa inserção permite que os movimentos sociais desempenhem um papel crucial na formação e na reformulação das políticas públicas, ao trazerem à tona demandas e preocupações que

muitas vezes são negligenciadas pelos atores institucionais tradicionais. Através da mobilização coletiva, esses movimentos conseguem criar um espaço de diálogo e confronto onde questões relevantes para diferentes segmentos da sociedade são discutidas e negociadas.

Além disso, a capacidade dos movimentos sociais de se organizarem em redes lhes confere uma flexibilidade e uma adaptabilidade significativas, permitindo-lhes responder rapidamente às mudanças no cenário político e social. Essas redes não são apenas formas de organização interna, mas também meios de criar alianças estratégicas com outros atores sociais e políticos, potencializando assim seu impacto e sua influência.

A participação ativa dos movimentos sociais nos processos de política pública também implica uma democratização desses processos, ao envolver diretamente cidadãos comuns na tomada de decisões que afetam suas vidas. Isso pode resultar em políticas mais inclusivas e sensíveis às necessidades da população, fortalecendo a legitimidade e a eficácia das ações governamentais.

Ao disputarem os resultados das políticas públicas, os movimentos sociais não só pressionam por mudanças imediatas, mas também contribuem para a construção de um ambiente político mais aberto e participativo a longo prazo. Este processo contínuo de disputa e negociação é fundamental para o dinamismo e a evolução das democracias contemporâneas, onde a participação cidadã é vista como um componente essencial para a realização de uma governança mais justa e equitativa.

Os movimentos sociais são conjuntos de pessoas que se unem em torno de uma causa social ou política específica, com o objetivo de promover mudanças significativas na sociedade (Carlos, Dowbor, Albuquerque, 2017). Essas iniciativas coletivas frequentemente surgem em resposta a questões percebidas como injustiças sociais, desigualdades ou falta de representação dentro dos processos políticos tradicionais. Ao mobilizarem-se, esses grupos não apenas buscam promover mudanças em políticas públicas, mas também aspiram a transformações mais amplas na estrutura e na dinâmica da sociedade.

A participação dos movimentos sociais no cenário político é essencial para ampliar o debate público e garantir que diferentes perspectivas e interesses sejam considerados na formulação de políticas. Ao desafiar o status quo e ao questionarem

decisões governamentais, esses movimentos contribuem para o aprimoramento da democracia, aumentando a transparência e a responsabilidade das instituições públicas.

Além disso, os movimentos sociais muitas vezes funcionam como um contraponto às forças dominantes na sociedade, representando vozes marginalizadas ou excluídas dos processos decisórios. Ao fazerem isso, não apenas fortalecem a representação e a participação dos grupos sociais menos privilegiados, mas também incentivam a reflexão crítica sobre as estruturas de poder existentes.

Assim, os movimentos sociais não são apenas agentes de mudança política, mas também catalisadores de transformações sociais mais amplas, buscando não apenas corrigir injustiças percebidas, mas também construir sociedades mais justas, inclusivas e democráticas.

Dessa forma, na década de 1970 emergiu um movimento sindical rural renovado, ou seja, um “novo sindicalismo rural” (Favareto, 2006), impulsionado por uma combinação de elementos que incluíram os conflitos agrários no Brasil e a resistência dos trabalhadores rurais às injustiças sociais, promovendo um projeto político de crítica ao sistema capitalista.

O “novo sindicalismo rural” representou uma mudança significativa no movimento sindical brasileiro, pois buscou não apenas melhores condições de trabalho e salariais para os trabalhadores rurais, mas também uma transformação social mais profunda. Ele destacou-se por sua capacidade de organizar e mobilizar camponeses e trabalhadores rurais em todo o país, unindo esforços para enfrentar as estruturas de poder econômico e político que perpetuavam as desigualdades (Graziano da Silva, 2002).

Esse movimento não se restringiu apenas ao âmbito sindical tradicional, mas expandiu-se para englobar uma crítica mais ampla ao modelo de desenvolvimento agrícola adotado no Brasil, que muitas vezes marginalizava pequenos agricultores e favorecia grandes latifundiários e interesses corporativos (Stedile, 2012). Por meio de suas ações coletivas e estratégias de resistência, o novo sindicalismo rural contribuiu para a conscientização política das comunidades rurais e para a construção de uma identidade coletiva entre os trabalhadores do campo.

Assim, o surgimento do “novo sindicalismo rural” na década de 1970 não apenas marcou uma fase importante na história do movimento sindical brasileiro, mas também exemplificou como os movimentos sociais podem desempenhar um papel crucial na

contestação das estruturas de poder estabelecidas e na busca por uma sociedade mais justa e equitativa.

O surgimento do "novo sindicalismo rural" na década de 1970 foi um marco transformador para o movimento sindical brasileiro. Esse período correspondeu a um momento crucial da história do Brasil, marcado pelo regime militar e pela crescente repressão aos movimentos sociais. No entanto, apesar da repressão e da censura, esse novo sindicalismo se estabeleceu como uma forma de resistência, transformando a maneira como os trabalhadores rurais se organizavam e se articulavam para defender seus direitos.

O "novo sindicalismo" reflete uma ruptura com os modelos tradicionais de organização sindical, que até então estavam centrados em grandes entidades que muitas vezes estavam mais distantes das reais necessidades e das especificidades dos trabalhadores rurais. O movimento sindical rural da década de 1970, inspirado por novas correntes de pensamento e influências internacionais, passou a adotar formas de mobilização mais inclusivas, organizando os trabalhadores a partir de suas próprias bases, com uma maior autonomia em relação aos interesses do Estado e de outras estruturas de poder.

A década de 1970 foi marcada por uma série de mobilizações no campo, com um foco claro na reforma agrária, na melhoria das condições de trabalho dos camponeses e no acesso a direitos básicos como saúde, educação e previdência. No entanto, a luta pela reforma agrária não era apenas uma questão de redistribuição de terras. Ela se tornou uma bandeira que unia trabalhadores rurais, movimentos sociais, acadêmicos e setores da igreja, todos comprometidos com a transformação das desigualdades históricas no campo brasileiro. Apesar da repressão do regime militar, esses movimentos se fortaleceram, criando novas formas de articulação e estratégias de resistência.

Autores como Carlos Walter Porto-Gonçalves e Heleieth Saffioti são fundamentais para a compreensão dessa dinâmica do "novo sindicalismo rural" no Brasil. Porto-Gonçalves, em sua obra *A geografia do social: Uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina*, analisa como o Brasil, especialmente no campo, passou por transformações estruturais que impulsionaram movimentos de contestação. Porto-Gonçalves destaca que a estrutura fundiária desigual e a concentração de terras nas mãos de poucos latifundiários eram fatores essenciais para as desigualdades enfrentadas pelos camponeses. O

movimento sindical rural, então, emergiu como uma resposta a essa realidade, buscando não só a distribuição das terras, mas também a promoção de um novo modelo de organização e participação política.

Heleieth Saffioti, em “Genero, Patriarcado e violência”, também aborda as estruturas de poder que afetavam a classe trabalhadora rural, embora seu foco seja principalmente sobre a mulher e as dinâmicas de gênero. A autora argumenta que as formas de exploração no campo não afetam apenas os homens, mas têm implicações específicas para as mulheres, cujos direitos eram sistematicamente ignorados. Assim, o movimento sindical rural, ao se fortalecer nas décadas de 1970 e 1980, precisou se adaptar e incorporar as questões de gênero em sua agenda, reconhecendo a importância da participação das mulheres na luta por um campo mais justo.

O "novo sindicalismo" também se destacou por suas estratégias de resistência criativas, como a organização de mobilizações clandestinas e o apoio a outras formas de mobilização que não dependiam exclusivamente da presença em espaços públicos, muitas vezes monitorados pela repressão. Armando Boito Jr. em *O Sindicalismo na Política Brasileira* (2005), analisa como o sindicalismo se reconfigurou nas décadas de 1970 e 1980. Para Boito, o "novo sindicalismo" se caracterizou pela resistência ativa ao regime militar, sendo uma força política essencial para a defesa de direitos sociais e políticos, incluindo a participação no processo de democratização do país. Ele ressalta que, além da luta econômica, o sindicalismo dessa época tornou-se uma das principais ferramentas de contestação política e de articulação das classes trabalhadoras contra a opressão do regime ditatorial.

Esse movimento sindical também foi fundamental para o fortalecimento de um projeto de inclusão social no campo, que procurou dar voz a quem até então estava à margem da sociedade. Durante a década de 1970, o movimento sindical rural se baseou na autossuficiência e na organização direta dos trabalhadores, o que o diferenciou de outros modelos sindicalistas mais tradicionais. Além disso, as organizações rurais começaram a adotar uma postura mais agressiva nas suas reivindicações, seja por meio de greves, ocupações ou protestos, como forma de pressionar o governo militar a tomar medidas em favor da reforma agrária e das condições de vida no campo.

Em sua análise sobre os movimentos de resistência no Brasil, Rogério Haesbaert (2004) também ressalta que, embora o movimento sindical rural tenha surgido em resposta às condições adversas e ao contexto de repressão, ele desempenhou um papel

fundamental na contestação das estruturas de poder e na busca por uma sociedade mais justa e igualitária. A resistência dos trabalhadores rurais foi vista como uma forma de desafio à ordem social e política, e ao longo das décadas seguintes, essa luta teve como resultado não apenas avanços na legislação trabalhista, mas também a criação de novas formas de mobilização social.

Assim, o surgimento do "novo sindicalismo rural" nos anos 1970 foi muito mais do que uma resposta aos problemas de classe no campo. Ele representou um movimento de transformação, que influenciou não apenas a estrutura política, mas também o modo como a sociedade brasileira compreendia as questões agrárias e as desigualdades estruturais que existiam no meio rural. O movimento sindical rural se consolidou como uma ferramenta fundamental de contestação social, contribuindo para a mudança das relações de poder no Brasil e abrindo caminho para uma luta mais ampla por uma sociedade mais justa, igualitária e democrática.

A crise dos anos 1990 teve um impacto significativo na esfera do trabalho rural no Brasil, afetando tanto os segmentos assalariados quanto os não-assalariados. A dificuldade na representação sindical se intensificou nesse período, levando os representantes sindicais a não apenas reivindicarem direitos, mas também a colaborarem e mediarem a elaboração de políticas públicas. Essas ações visavam gerar alternativas de desenvolvimento para o meio rural brasileiro, em um contexto de profundas transformações econômicas e sociais.

Conforme destacado por Favareto (2006), essa crise exigiu dos movimentos sociais rurais uma verdadeira redefinição no conteúdo de seu projeto político. Os sindicatos e organizações precisaram ajustar suas agendas para não apenas defender direitos trabalhistas, mas também para influenciar nas políticas públicas que poderiam impactar diretamente as condições de vida e trabalho no campo. Esse processo inaugurou uma nova etapa na história dos movimentos sociais rurais no Brasil, caracterizada pela busca por soluções integradas e sustentáveis para os desafios enfrentados pelas populações rurais.

A partir dos anos 1990, os sindicatos e movimentos sociais rurais passaram a desempenhar um papel cada vez mais relevante na cena política e social do Brasil, especialmente no que diz respeito à articulação e implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural. Esse período marcou uma fase de renovação nas formas de organização e atuação dessas entidades, que deixaram de ser simples

defensoras de direitos específicos para se tornar protagonistas na luta por um modelo de desenvolvimento rural mais justo e sustentável.

Com a Constituição de 1988, que assegurou direitos fundamentais à população rural, e o contexto de democratização que o Brasil vivia, os movimentos sociais rurais ganharam mais visibilidade e força, criando um ambiente propício para o engajamento coletivo em demandas mais amplas. A partir de então, os sindicatos, associações e outros grupos organizados passaram a ocupar um espaço mais ativo no cenário político, influenciando a formulação de políticas públicas que tivessem como objetivo não apenas a defesa dos interesses da classe trabalhadora, mas também a promoção do desenvolvimento social, econômico e ambiental nas áreas rurais.

A participação desses movimentos sociais na formulação e implementação das políticas públicas se intensificou especialmente nas questões que envolvem a agricultura familiar, o acesso à terra, a segurança alimentar e as condições de trabalho no campo. A década de 1990 e o início dos anos 2000 foram marcados pela institucionalização de políticas públicas que, muitas vezes, surgiram a partir de propostas vindas diretamente desses movimentos. As pautas levantadas por esses grupos, como a reforma agrária, o fortalecimento da agricultura familiar e a garantia de direitos trabalhistas para os trabalhadores rurais, passaram a ser mais ouvidas e incorporadas nas agendas do governo.

Os sindicatos rurais, em particular, tiveram um papel central nesse processo, funcionando não apenas como entidades que prestam serviços aos trabalhadores, mas como verdadeiros interlocutores entre a população rural e o Estado. A atuação desses sindicatos se expandiu para além das questões relacionadas às condições de trabalho, envolvendo também questões estruturais, como o acesso à terra, à educação e à saúde, buscando garantir a inclusão das populações rurais nas políticas públicas mais amplas do país.

Esse protagonismo dos sindicatos e movimentos sociais rurais também se refletiu na criação de canais de diálogo com o governo, como conselhos e comissões que permitem a participação ativa das organizações rurais na construção das políticas públicas. A partir dessa interação, foi possível a criação de programas que visam melhorar as condições de vida e trabalho no campo, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que proporcionou crédito e assistência técnica para pequenos agricultores, além de programas de habitação rural e acesso a serviços básicos como saúde e educação.

A participação ativa dos sindicatos e movimentos sociais na formulação de políticas públicas, por meio de conselhos e comissões, tem sido um mecanismo essencial para garantir que as demandas e necessidades dos trabalhadores rurais sejam ouvidas e atendidas. Esses espaços de diálogo não apenas contribuem para a criação de programas como o Pronaf, mas também fortalecem o movimento sindical, promovendo a inclusão das questões rurais na agenda política nacional. Nesse contexto, as atividades de incentivo realizadas pelos sindicatos, como reuniões de comissão, se destacam como uma estratégia eficaz para aproximar os associados e fortalecer o movimento. Como destaca o Entrevistado 1 (10/01/2025), "As atividades de incentivo, como reuniões de comissão, pois aproximam os associados e ajudam a fortalecer o movimento." Esses momentos de interação contribuem para a consolidação de uma base sindical mais unida e engajada nas lutas por direitos e melhores condições de vida no campo.

Os movimentos sociais rurais também desempenharam um papel fundamental na defesa de uma agricultura sustentável, com um enfoque mais ecológico e menos dependente dos grandes modelos agrícolas baseados em monocultura e uso intensivo de agrotóxicos. Nesse sentido, movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Via Campesina e a FETAG, entre outros, passaram a defender políticas públicas que promovessem o uso de técnicas agrícolas mais sustentáveis, com práticas de cultivo que respeitassem o meio ambiente e os saberes tradicionais dos povos do campo. Essa proposta foi, ao longo dos anos, se consolidando como um dos pilares da luta por um modelo de desenvolvimento rural mais equilibrado e sustentável.

Além disso, a atuação dos sindicatos e movimentos sociais também teve impacto na transformação das relações de poder no campo. O engajamento das lideranças rurais, muitas vezes articuladas em redes de solidariedade entre diversas organizações, contribuiu para a ampliação da voz das populações rurais nos processos decisórios, levando a uma maior conscientização sobre os direitos e deveres dos trabalhadores e camponeses. Ao se organizarem em torno de uma agenda comum de direitos sociais, os movimentos conseguiram criar um ambiente favorável para a realização de conquistas significativas, como a ampliação do acesso ao crédito agrícola, a reforma agrária, a regularização fundiária e o reconhecimento de novas formas de trabalho no campo.

A década de 1990 e os primeiros anos do século XXI também marcaram a crescente internacionalização das lutas dos movimentos sociais rurais brasileiros. Organizações como a Via Campesina, que é uma rede global de movimentos sociais

rurais, ampliaram suas ações no Brasil, criando uma rede de solidariedade internacional para fortalecer as lutas no campo. Nesse contexto, a articulação das demandas locais com as agendas globais de justiça social, combate à fome e promoção da soberania alimentar trouxe novas perspectivas e apoio externo para a luta por uma agricultura mais justa e sustentável no Brasil.

Além do mais, a mobilização social e a articulação dos sindicatos e movimentos rurais contribuíram para o fortalecimento da rede de proteção social no campo. Programas como o Bolsa Família e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) passaram a incluir mais explicitamente as populações rurais, garantindo que os benefícios das políticas sociais chegassem de maneira mais equitativa a essas regiões. Esses avanços não apenas melhoraram a qualidade de vida de milhões de pessoas no meio rural, mas também ajudaram a reduzir as desigualdades históricas entre o campo e a cidade.

Apesar de todos esses avanços, é importante reconhecer que o processo de transformação no campo brasileiro ainda está longe de ser completo. O Brasil rural continua a enfrentar desafios significativos, como a persistente concentração de terras, a falta de acesso universal a serviços públicos essenciais e as dificuldades econômicas que ainda afligem muitos trabalhadores rurais. Nesse sentido, a luta dos sindicatos e movimentos sociais permanece essencial, não apenas para garantir o acesso aos direitos básicos, mas também para promover uma agenda mais ampla de justiça social e desenvolvimento sustentável.

A atuação dos sindicatos e movimentos sociais rurais, portanto, foi e continua sendo fundamental para o fortalecimento das políticas públicas voltadas ao meio rural. Esses movimentos têm demonstrado a capacidade de influenciar as decisões políticas, ampliando a inclusão e a participação das populações rurais na vida política e social do Brasil. A partir desse papel ativo, as organizações rurais têm contribuído para a construção de um campo mais inclusivo, que promova a justiça social, a sustentabilidade e melhores condições de vida para seus habitantes. O desafio agora é consolidar essas conquistas e garantir que as políticas públicas atendam de forma mais ampla e eficaz as necessidades da população rural, para que todos os brasileiros, independentemente de onde vivam, possam desfrutar dos direitos e oportunidades garantidos pela Constituição de 1988.

Assim, a partir dos anos 1990, observa-se uma evolução no papel dos sindicatos e movimentos sociais rurais, que passaram a atuar não apenas como defensores de direitos

específicos, mas como agentes ativos na formulação e implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural, contribuindo para a construção de um campo mais inclusivo e com melhores condições de vida para seus habitantes.

As políticas públicas reivindicadas pelos movimentos sociais rurais a partir dos anos 1990 tinham como objetivo central a melhoria da qualidade de vida no meio rural brasileiro. Antes dessa década, o acesso a bens e serviços essenciais muitas vezes era limitado ou inexistente no campo, exacerbando as desigualdades entre o rural e o urbano.

Segundo Gehlen (2004), as políticas públicas com foco social devem ser desenhadas para beneficiar de maneira diversificada aqueles que possuem necessidades específicas e diferenciadas. Isso significa que é essencial proporcionar condições para a superação das desigualdades estruturais que historicamente afetam o meio rural, garantindo acesso equitativo a recursos básicos como saúde, educação, infraestrutura e oportunidades econômicas.

No entanto, o objetivo final dessas políticas não é perpetuar vantagens específicas para determinados grupos sociais, mas sim evoluir em direção a uma política pública igualitária. Isso implica em criar condições para que todos os cidadãos, independentemente de sua localização geográfica ou condição social, tenham acesso aos mesmos direitos e oportunidades básicas para o pleno desenvolvimento humano e econômico.

As reivindicações e a atuação dos movimentos sociais rurais e sindicatos não se limitaram apenas à defesa de direitos trabalhistas, mas também à promoção de políticas públicas que fossem capazes de transformar estruturalmente as condições de vida no campo, buscando reduzir as disparidades históricas entre o meio rural e urbano e construindo um caminho rumo à igualdade social e econômica no Brasil.

A Constituição Federal de 1988 representou um marco importante ao reconhecer e garantir uma ampla gama de direitos sociais, como educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência social, entre outros. Esses direitos constituem a base para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, comprometida com o bem-estar de todos os seus cidadãos.

A Constituição Federal de 1988 foi um marco histórico para o Brasil, representando uma nova era para a democracia e para o reconhecimento dos direitos

humanos no país. Ela não apenas reestabeleceu a ordem democrática após um longo período de ditadura militar, mas também consolidou um modelo de Estado democrático de direito, fundamentado na justiça social, na cidadania e no respeito à dignidade da pessoa humana. Nesse contexto, a Carta Magna se destacou pela inclusão de direitos sociais que abrangem áreas fundamentais para a qualidade de vida dos cidadãos, como a educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, e a proteção à maternidade e à infância.

Esses direitos sociais, expressos no texto constitucional, configuram-se como a base para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária. Antes de 1988, muitos desses direitos eram tratados de forma precária ou nem sequer estavam formalmente garantidos, o que resultava em uma realidade de desigualdade e exclusão para grande parte da população. A inclusão desses direitos na Constituição de 1988 representou uma tentativa de corrigir essas distorções, garantindo que todos, sem exceção, pudessem usufruir das condições mínimas necessárias para uma vida digna.

A educação, por exemplo, foi reconhecida como um direito fundamental, com a Constituição estabelecendo que o ensino será ministrado com base em princípios como a gratuidade, a laicidade, a obrigatoriedade e a qualidade. A educação não é mais vista apenas como uma ferramenta de capacitação, mas como um mecanismo para a promoção da cidadania e da emancipação social. Isso implica no compromisso do Estado em oferecer acesso igualitário à educação básica e superior, sem discriminação de qualquer natureza.

Da mesma forma, o direito à saúde foi consagrado como um direito de todos e um dever do Estado. Com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), estabeleceu-se que a saúde deveria ser universal e gratuita, com acesso a serviços médicos e hospitalares de qualidade para a população. O objetivo era proporcionar a todos os cidadãos, especialmente os mais vulneráveis, as condições necessárias para garantir uma vida saudável e a proteção contra doenças, algo que era frequentemente negado nas décadas anteriores.

Outro direito que se destaca na Constituição de 1988 é o direito à alimentação. A preocupação com a segurança alimentar e nutricional ganhou visibilidade, com a inclusão de políticas públicas para combater a fome e a desnutrição, garantindo que todos tenham acesso a uma alimentação adequada e suficiente. Esse direito é uma das bases para o

desenvolvimento de uma população saudável e produtiva, essencial para o progresso do país.

O direito ao trabalho, à moradia e ao lazer também figuram entre os direitos sociais assegurados pela Constituição. O trabalho não deve ser visto apenas como uma forma de subsistência, mas como uma atividade digna, com direitos garantidos como a proteção contra o trabalho infantil, condições de segurança e a promoção da igualdade de oportunidades no mercado de trabalho. Já a moradia deve ser assegurada como um direito básico, com políticas públicas voltadas para a habitação popular e o acesso à moradia digna. O lazer, por sua vez, é compreendido como um direito fundamental para o desenvolvimento integral da pessoa humana, sendo essencial para a qualidade de vida e o bem-estar social.

Nesse contexto, a efetivação dos direitos sociais, como o trabalho digno, a moradia e o lazer, depende diretamente da implementação de políticas públicas que garantam essas condições à população, especialmente às comunidades mais vulneráveis. Programas como o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) desempenham um papel fundamental ao assegurar o acesso à moradia digna para os agricultores familiares, contribuindo para a melhoria das condições de vida no meio rural. A relevância dessas iniciativas fica evidente na experiência do Entrevistado 2 (10/01/2025), que relata:

O impacto foi grande tanto pessoal quanto profissional. Profissionalmente, me abriu para a realidade dos agricultores e a importância de políticas públicas como o PNHR. Pessoalmente, me apaixonei pela temática e comecei a defender com mais ênfase esses programas. Eu cresci muito como pessoa, especialmente ao entender a realidade de grupos invisíveis nas políticas públicas. A experiência me fez compreender a necessidade de incluir todos, especialmente os mais vulneráveis (Entrevistado 02. Entrevista realizada no dia 10 de janeiro de 2025).

Esse depoimento reforça como a vivência prática e o contato direto com as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores rurais são fundamentais para fortalecer a defesa de políticas públicas que assegurem os direitos sociais e promovam a inclusão de todos os segmentos da sociedade.

A proteção dos direitos sociais está diretamente ligada à garantia de segurança para a população, especialmente para os grupos mais vulneráveis, como os trabalhadores rurais. Sem um ambiente seguro, a efetivação de direitos como moradia, trabalho e lazer se torna ainda mais desafiadora. A segurança pública não deve ser compreendida apenas

como o combate à criminalidade, mas como um conjunto de políticas que visam a proteção integral dos cidadãos, garantindo que possam viver e trabalhar com dignidade. Dessa forma, a atuação do Estado na promoção da segurança deve ir além da repressão e incluir estratégias de prevenção, como investimentos em educação, infraestrutura e desenvolvimento social, assegurando um meio rural mais seguro e protegido.

Em termos de segurança, a Constituição de 1988 reconhece a importância de garantir a integridade física e moral dos cidadãos, criando mecanismos de proteção contra a violência e a criminalidade. Isso inclui a promoção de políticas de segurança pública que busquem prevenir o crime e garantir a paz social, ao mesmo tempo em que respeitam os direitos humanos.

Além disso, a proteção à maternidade e à infância ganhou um destaque especial na Constituição, com a criação de políticas públicas voltadas para a assistência social, o cuidado com a saúde da mãe e do bebê, e o amparo às crianças e adolescentes, garantindo seus direitos à educação, ao lazer e à proteção contra qualquer tipo de violência.

A previdência social, com a garantia de aposentadoria e assistência em caso de incapacidade para o trabalho, também foi estabelecida como um direito, buscando proporcionar um mínimo de segurança econômica para os trabalhadores e suas famílias, especialmente após a aposentadoria.

Esses direitos, garantidos pela Constituição Federal de 1988, são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, que busque atender às necessidades de todos os seus cidadãos, independentemente de classe social, gênero, etnia ou qualquer outra condição. No entanto, a efetivação desses direitos ainda enfrenta desafios, como a falta de recursos para a implementação de políticas públicas adequadas, a desigualdade de acesso a serviços básicos em diferentes regiões do país e a persistência de desigualdades estruturais. Contudo, o simples fato de esses direitos estarem expressos na Constituição representa um avanço significativo na luta por uma sociedade mais democrática e equitativa.

Porém, a verdadeira concretização desses direitos exige um esforço contínuo e a atuação de todos os segmentos da sociedade, incluindo os governos, a sociedade civil e o setor privado, em um compromisso coletivo para garantir que todos os brasileiros possam efetivamente desfrutar de seus direitos fundamentais. A Constituição de 1988, portanto, não é apenas um conjunto de normas jurídicas, mas uma diretriz para a construção de um

Brasil mais justo, solidário e inclusivo, que respeite os direitos humanos e promova o bem-estar de toda a população.

No contexto rural brasileiro, a promulgação da Constituição de 1988 criou condições históricas para que as demandas por políticas públicas voltadas ao meio rural se intensificassem. Contudo, a implementação efetiva dessas políticas tem sido um processo gradual e muitas vezes limitado, especialmente no que diz respeito ao acesso equitativo dos habitantes rurais a esses direitos fundamentais.

O acesso às políticas sociais no meio rural tem enfrentado desafios significativos, como a falta de infraestrutura adequada, a dispersão geográfica das populações e a escassez de recursos públicos direcionados especificamente para essas áreas. Isso resulta em disparidades persistentes entre as condições de vida no campo em comparação com as áreas urbanas, apesar dos avanços normativos e das iniciativas governamentais.

Portanto, é crucial avaliar não apenas a existência dessas políticas, mas também sua efetividade e capacidade de inclusão da população rural. É necessário garantir que as políticas públicas sejam adequadas às especificidades e necessidades do meio rural, promovendo o acesso universal e igualitário aos direitos sociais estabelecidos pela Constituição. Isso implica em fortalecer a capacidade institucional e os recursos destinados ao desenvolvimento rural, assegurando que todas as pessoas que vivem no campo possam desfrutar plenamente dos direitos sociais e participar ativamente no processo de construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

A Constituição de 1988, ao reconhecer os direitos sociais como pilares fundamentais da cidadania, estabeleceu um compromisso com a inclusão de toda a população, incluindo as comunidades rurais. No entanto, o campo brasileiro, com sua grande diversidade e complexidade, continua a enfrentar desafios significativos na implementação de políticas públicas que realmente alcancem e beneficiem as populações que ali vivem. Apesar de ser um ponto de inflexão na luta por direitos no Brasil, a efetividade das políticas voltadas ao meio rural tem sido limitada, com avanços tímidos em alguns casos e retrocessos em outros.

O meio rural brasileiro é marcado por uma série de características que dificultam o acesso da população às políticas sociais e à implementação efetiva dos direitos estabelecidos pela Constituição. A principal dificuldade reside na infraestrutura precária de muitas regiões, o que limita o alcance das políticas públicas. A falta de estradas

adequadas, serviços de saúde e educação de qualidade, saneamento básico e acesso à eletricidade são exemplos de obstáculos que impedem o pleno acesso da população rural aos direitos fundamentais garantidos pela Constituição. A dispersão geográfica das comunidades rurais também agrava essa situação, dificultando o acesso aos serviços e a implementação de políticas públicas que possam atingir de maneira equânime todas as pessoas do campo.

Além disso, a escassez de recursos destinados ao meio rural é uma questão premente. Embora existam políticas específicas para a agricultura familiar, para a promoção da saúde rural e para a educação do campo, essas iniciativas muitas vezes são insuficientes para atender às necessidades de toda a população rural, especialmente nas regiões mais remotas e empobrecidas. Em muitas áreas, o orçamento destinado ao desenvolvimento rural é reduzido, o que compromete a capacidade do Estado de levar adiante projetos que realmente transformem a realidade das comunidades.

A desigualdade entre o campo e a cidade, que persiste ao longo das últimas décadas, é uma das maiores provas das limitações das políticas públicas voltadas para o meio rural. Enquanto as áreas urbanas, especialmente as grandes cidades, concentram investimentos em infraestrutura, saúde, educação e serviços públicos em geral, as áreas rurais continuam a sofrer com a falta de acesso a esses mesmos direitos. A qualidade da educação nas escolas rurais, por exemplo, é muitas vezes inferior à das escolas urbanas, o que contribui para o ciclo de pobreza e a exclusão social. O acesso à saúde também é desigual, com a população rural frequentemente tendo que percorrer longas distâncias para receber atendimento médico, além de enfrentar a falta de profissionais qualificados e serviços especializados.

A dificuldade de acesso à terra também é um problema crônico no Brasil rural. Embora a Constituição de 1988 tenha consagrado o direito à terra como um direito social, a concentração fundiária permanece uma realidade no país, com grandes latifúndios e um número significativo de trabalhadores rurais sem terra ou em condições precárias de posse. O agronegócio, em muitos casos, predomina sobre as necessidades da agricultura familiar, o que impede o desenvolvimento sustentável e a geração de renda nas pequenas propriedades rurais. A reforma agrária, que poderia ser um instrumento para corrigir as desigualdades no campo, ainda é uma agenda incompleta, com pouca efetividade na distribuição de terras para aqueles que realmente necessitam de acesso à terra para garantir sua subsistência e dignidade.

Outro aspecto relevante que merece ser abordado é a questão do trabalho rural. Embora o direito ao trabalho seja garantido pela Constituição, muitas vezes os trabalhadores rurais enfrentam condições de trabalho extremamente precárias, sem proteção adequada e sem acesso a direitos trabalhistas fundamentais, como aposentadoria, licença-maternidade, férias e seguros sociais. A informalidade e a precarização do trabalho rural são realidades que afetam principalmente os pequenos produtores, trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar, que não têm acesso a redes de proteção social de forma universal e igualitária.

Neste contexto, é essencial que as políticas públicas voltadas para o meio rural se adaptem às particularidades e necessidades das populações que ali vivem. As soluções devem ser pensadas de forma a respeitar a diversidade das realidades locais, levando em consideração a cultura, os modos de produção, a organização social e a estrutura familiar que predominam nas comunidades rurais. A promoção de uma agricultura sustentável, com ênfase na valorização da agricultura familiar, é um caminho crucial para garantir a inclusão social no campo. Além disso, a melhoria das condições de vida e trabalho no meio rural deve ser acompanhada por investimentos substanciais em infraestrutura, como a construção de estradas, a ampliação do acesso à energia elétrica, a ampliação de redes de saúde e educação e a garantia de água potável para todas as comunidades.

É necessário também que os governantes, em todos os níveis, reconheçam a importância de políticas públicas que promovam a cidadania e a participação política das populações rurais. A criação de espaços de diálogo, onde as demandas do meio rural possam ser ouvidas e atendidas de forma adequada, é uma medida essencial para que a população rural tenha a oportunidade de se fazer representar e de influenciar as políticas que impactam sua vida. A implementação de conselhos municipais, estaduais e nacionais de desenvolvimento rural, com a participação efetiva de representantes dos trabalhadores rurais e das organizações sociais, pode ser uma forma importante de garantir que as políticas públicas atendam, de fato, às necessidades dessa população.

A efetiva implementação das políticas públicas no meio rural também exige uma maior descentralização das ações do Estado, com a criação de mecanismos que possibilitem maior autonomia e participação dos municípios e comunidades no planejamento e execução das políticas públicas. A descentralização permite que as políticas sejam mais sensíveis às realidades locais e que as decisões sejam tomadas de

forma mais próxima das pessoas que serão diretamente afetadas pelas ações governamentais.

Por fim, é fundamental que o Brasil assuma um compromisso com a redução das desigualdades entre o campo e a cidade, criando um modelo de desenvolvimento rural inclusivo e sustentável, que assegure a todos os habitantes do campo o pleno gozo dos direitos sociais estabelecidos pela Constituição de 1988. A luta por um Brasil mais justo e igualitário passa, necessariamente, pela implementação de políticas públicas que garantam aos cidadãos rurais os mesmos direitos e oportunidades que são oferecidos aos cidadãos urbanos, promovendo a inclusão social e o bem-estar de todos os brasileiros, independentemente de onde vivam.

Tatagiba, Albers e Silva (2016) oferecem uma análise importante sobre as dinâmicas de inserção e atuação dos movimentos sociais no contexto da construção e implementação das políticas públicas. Segundo os autores, essas oportunidades são profundamente condicionadas às estruturas de poder e às relações políticas estabelecidas entre os movimentos sociais e outros atores relevantes na arena política.

Os movimentos sociais interagem com diferentes projetos políticos defendidos por partidos, governos, e outros grupos organizados. A forma como essas relações são configuradas determina o grau de influência e acesso que os movimentos sociais terão na formulação e na implementação das políticas públicas. Dependendo das alianças e do alinhamento político, os movimentos sociais podem encontrar maior ou menor receptividade e capacidade de impacto nas decisões políticas.

As estruturas internas e aos modelos predominantes dentro do sistema de formulação e implementação das políticas públicas. Existem padrões estabelecidos de interação, que podem favorecer certos grupos de interesse em detrimento de outros. Os modelos dominantes de governança e os interesses consolidados influenciam diretamente a capacidade dos movimentos sociais de moldar agendas políticas e influenciar decisões.

Nesse sentido, as oportunidades e os desafios enfrentados pelos movimentos sociais são moldados pela interação dinâmica entre esses dois elementos. A capacidade de os movimentos sociais impactarem as políticas públicas depende não apenas de sua capacidade de mobilização e de articulação, mas também da capacidade de negociar e de se posicionar estrategicamente dentro dessas estruturas mais amplas.

A resistência dos movimentos sociais e sindicais desempenha um papel crucial na dinâmica dos subsistemas de políticas públicas. Tatagiba, Abers e Silva (2006) ressaltam que a principal distinção desses movimentos é proporcionar às pessoas comuns a oportunidade de se organizarem coletivamente para influenciar os processos de tomada de decisão.

Nos subsistemas de políticas públicas, onde se definem as diretrizes e os programas que afetam diretamente a vida das pessoas, os movimentos sociais e sindicais atuam como contrapontos às estruturas dominantes de poder. Eles representam os interesses e as necessidades das comunidades marginalizadas e muitas vezes negligenciadas pelo Estado e pelos atores políticos tradicionais.

A capacidade de resistência dos movimentos sociais reside na sua capacidade de mobilização, articulação e pressão política. Ao unirem indivíduos em torno de causas comuns, esses movimentos conseguem ampliar suas vozes e tornar visíveis questões que, de outra forma, poderiam ser ignoradas ou minimizadas pelos formuladores de políticas públicas.

Além disso, a resistência não se limita apenas à oposição a medidas ou políticas prejudiciais; ela também implica na proposição de alternativas e na participação construtiva nos processos decisórios. Os movimentos sociais e sindicais frequentemente oferecem propostas inovadoras e soluções baseadas na experiência e nas necessidades reais das comunidades que representam.

A resistência desses movimentos é essencial para a promoção de políticas públicas mais inclusivas, democráticas e sensíveis às demandas populares. Ela fortalece a democracia ao ampliar a participação cidadã nos processos políticos e contribui para a construção de sociedades mais justas e igualitárias, onde todos têm a oportunidade de influenciar as decisões que impactam suas vidas.

A desarticulação dos sindicatos pelo governo reflete uma estratégia que vai além da simples gestão econômica; é uma tentativa de reconfigurar as relações de poder e de trabalho dentro da sociedade. Ao enfraquecer ou desorganizar os sindicatos, o governo pode reduzir a capacidade dos trabalhadores de se organizarem coletivamente para defender seus direitos e interesses.

Historicamente, os sindicatos desempenharam um papel crucial na conquista de direitos trabalhistas básicos, como jornadas de trabalho limitadas, salários justos,

condições de trabalho seguras e benefícios sociais. Eles são essenciais para equilibrar o poder entre empregadores e empregados, garantindo que os trabalhadores não sejam explorados ou marginalizados em nome do lucro corporativo.

No entanto, a política neoliberal adotada por alguns governos favorece uma abordagem que valoriza a autonomia do mercado e a redução da intervenção estatal nas relações de trabalho. Isso muitas vezes se traduz em políticas que flexibilizam as leis trabalhistas, enfraquecem a proteção social e aumentam a precariedade do emprego. A desarticulação dos sindicatos pode ser vista como parte dessa agenda, buscando eliminar ou reduzir obstáculos à implementação de tais medidas.

O trabalho integrado entre instituições, organizações e movimentos que resistem a essas políticas é fundamental para contrabalancear essa tendência. Esses grupos não apenas defendem a necessidade de proteger os direitos trabalhistas conquistados, mas também propõem uma visão alternativa que coloca a vida digna e a justiça social no centro das políticas públicas. Eles desafiam a ideia de que a maximização do lucro deve ser o principal objetivo das políticas econômicas, argumentando que é possível conciliar crescimento econômico com a promoção de direitos humanos e sociais.

Portanto, a luta pela preservação dos sindicatos e pela resistência às políticas de desarticulação não é apenas uma questão técnica ou econômica, mas uma batalha ideológica sobre o tipo de sociedade que desejamos construir. É uma chamada para fortalecer as vozes dos trabalhadores e das comunidades vulneráveis, garantindo que suas necessidades e aspirações sejam respeitadas e atendidas em um contexto econômico globalizado e frequentemente desigual.

5 OS CICLOS DE MOBILIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES AGRICULTORES FAMILIARES DE SANTA CRUZ DO SUL, SINIMBU, VALE DO SOL E HERVEIRAS

Os sindicatos de trabalhadores rurais desempenham um papel crucial na defesa dos direitos e interesses dos agricultores familiares, atuando como agentes de mobilização e transformação social. No contexto do Rio Grande do Sul, o Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares de Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol e Herveiras tem sido um exemplo notável de organização e luta em prol dos pequenos produtores rurais. Este sindicato tem passado por diversos ciclos de mobilização sociopolítica que refletem as mudanças nas demandas e contextos sociopolíticos ao longo das décadas.

Os sindicatos de trabalhadores rurais, como o Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares de Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol e Herveiras, desempenham uma função essencial na defesa dos direitos dos agricultores familiares, atuando como um elo entre a base rural e as esferas políticas e sociais. Esses sindicatos são fundamentais na construção de um movimento sindical que não apenas busca garantir melhores condições de trabalho, mas também promove a inclusão social e econômica dos trabalhadores do campo. O Sintraf, ao longo de sua história, tem sido uma referência de organização e mobilização, refletindo a capacidade de adaptação às mudanças no campo e no cenário político do Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul, um estado com forte tradição agrícola e um significativo número de pequenos produtores.

Ao longo das décadas, o sindicato passou por diversos ciclos de mobilização que refletiram as transformações no campo e a evolução das demandas da agricultura familiar. No início de sua trajetória, o foco principal estava na luta por direitos básicos, como a regularização fundiária e o acesso à terra, questões fundamentais para os agricultores familiares que, muitas vezes, se viam à margem do processo de reforma agrária. A representatividade desses trabalhadores no contexto político era mínima, o que exigia uma ação mais direta do sindicato, que se posicionava como uma voz forte nas reivindicações por uma reforma agrária justa, garantindo a sobrevivência da agricultura familiar em uma estrutura de grandes latifúndios e de concentração de terras.

O movimento sindical não se limitava apenas a questões econômicas, mas também abordava questões sociais e culturais, sempre com o objetivo de garantir um campo mais

justo e igualitário. Em um momento de grande desigualdade social e econômica, o sindicato se tornou um espaço importante de resistência e luta. Em particular, a conscientização sobre os direitos trabalhistas e as condições de vida no campo passou a ser uma das bandeiras do SINTRAF. Essa atuação buscava não só a melhoria das condições de trabalho dos agricultores, mas também a valorização da vida no campo, que, muitas vezes, era vista como inferior à vida urbana. A luta pela dignidade do trabalhador rural tornou-se, portanto, uma das principais lutas do sindicato, que buscava, com isso, garantir melhores condições de saúde, educação e infraestrutura para os pequenos produtores e suas famílias.

A atuação dos sindicatos no meio rural não se restringia apenas à defesa de melhores condições de trabalho, mas também ao fortalecimento da identidade e da valorização do trabalhador do campo. Ao longo dos anos, essas entidades se tornaram espaços de debate e formação, onde os agricultores puderam compreender seus direitos e se organizar coletivamente para reivindicações mais amplas. Além de garantir melhorias salariais e estruturais, os sindicatos passaram a desempenhar um papel educativo e político, contribuindo para a formação de lideranças e para o empoderamento das comunidades rurais. Nesse contexto, a influência sindical foi além das reivindicações imediatas e se consolidou como um canal essencial para a promoção de debates sobre a realidade do meio rural e suas necessidades.

Conforme destaca o entrevistado (Entrevistado 03, 10/01/2025): "O Sindicato é um grande formador de opinião no meio rural, promovendo ações que discutem tanto questões práticas, como gestão da propriedade rural, quanto questões políticas, como o fortalecimento das leis trabalhistas no campo." Isso demonstra que, além de representar os trabalhadores, o sindicato desempenha um papel ativo na disseminação de conhecimento e no incentivo à participação política dos agricultores.

Com o passar dos anos, o sindicato foi ampliando seu campo de atuação, especialmente a partir dos anos 1990, quando as mudanças políticas e econômicas no Brasil trouxeram novos desafios. A globalização e a inserção do Brasil no mercado internacional de commodities trouxeram, por um lado, novas oportunidades, mas também colocaram em risco a sobrevivência da agricultura familiar, que passou a competir com grandes produtores e empresas do agronegócio. Nesse cenário, o Sintraf se adaptou ao novo contexto, passando a atuar de forma mais estratégica na promoção de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar, como o acesso a crédito

rural, a assistência técnica e o apoio à comercialização de produtos. A diversificação da produção, a incorporação de tecnologias adequadas ao pequeno produtor e a sustentabilidade passaram a ser questões prioritárias na agenda sindical, com a proposta de tornar a agricultura familiar mais competitiva, sem perder seu caráter de desenvolvimento local e sustentável.

Nesse contexto de transformações e desafios, torna-se essencial compreender a importância do sindicato não apenas como um mediador de políticas públicas, mas também como um espaço de luta e representação dos trabalhadores rurais. A trajetória histórica do movimento sindical revela o quanto sua atuação foi fundamental para garantir direitos e consolidar conquistas ao longo das décadas. Para entender melhor essa evolução, é importante resgatar a memória daqueles que estiveram à frente dessa luta, como destaca o entrevistado a seguir.

Sem o sindicato os políticos não iriam escutar os anseios da base. Tem como papel fundamental defender e lutar pelos direitos dessa classe social que está inserido no campo. E estão representados por dirigentes que são do neosindicalismo, é uma dinâmica totalmente diferente, tem que defender o agricultor familiar, papel de representar. Lá na década de 60, nós conseguimos as primeiras cartas sindicais com o Ministério do Trabalho, nós tivemos o papel de defender os agricultores na mediação, com a classe patronal, de mediar a relação social de acesso à saúde, até mesmo pelo antigo fundo rural, depois que evoluíram, na década de 80, com a Constituição, a gente tinha o papel de fazer essa mediação de diálogo com a política militar, e de 60 até o início da década de 80, era uma mediação de ter uma representação para ter acesso à saúde, e fazer a mediação dos militares. A partir da década de 80, já era mais reivindicatório, porque a gente precisou levar outra rotatória de toda a década de 80 para, só na década de 90, a gente conseguir ter os acessos às políticas sociais, como a aposentadoria integral, como a questão de auto conferência, acesso às políticas agrícolas. Tudo isso se dá na década de 90, mas teve que ter um trabalho. Isso, por um lado, fez que nós nos acomodássemos, que nós já tínhamos quase tudo. Então, agora, nosso papel é ser o mantenedor daquilo que a gente conquistou. A movimento sindical tem, dentro dessas várias atribuições, defender os interesses e direitos agrícolas, a entidade representativa, porque é ela que vai mediar com o poder público, legislativo, executivo, as relações nos municípios, no Estado e no Brasil, e também de lutar por direitos que a gente ainda não possui. Então, tem várias funções. Essas são as principais funções em síntese que a gente tem. E a gente está lutando. E tem ainda o neo-sindicalismo que ainda está por vir, que é o retorno das pessoas do meio urbano ao meio rural. Nós temos mais outros atores sociais, como disse, que nem entrei ainda na diversidade. A pura atividade de atores sociais que tem no meio rural. O Brasil, que é a nossa relação que construiu uma coisa muito mais aplicada, questão de informação de espaço colonial, através da colonização europeia, para ser mais específica. Mas também tem outros atores sociais, população indígena, quilombola, que a gente vê também que está muito mais ativa em outros estados no movimento sindical. (Entrevistado 05. Entrevista realizada no dia 10 de janeiro de 2025).

Esse histórico de lutas e conquistas demonstrou a necessidade constante de adaptação e renovação das estratégias sindicais, garantindo que os agricultores familiares continuassem tendo voz e espaço no cenário político e econômico. A partir da consolidação dos direitos adquiridos na década de 1990, o movimento sindical precisou se reinventar para enfrentar novos desafios e buscar formas mais eficazes de organização e representatividade. Com a crescente competitividade no setor agrícola e as mudanças nas políticas públicas, tornou-se fundamental fortalecer estruturas que garantissem a autonomia e a sustentabilidade dos pequenos produtores. Nesse contexto, o sindicato passou a investir na criação de alternativas coletivas, como cooperativas e associações, que permitissem aos agricultores familiares ampliar sua capacidade produtiva, melhorar suas condições de comercialização e fortalecer seu poder de negociação no mercado. Essa nova fase marcou uma transição do sindicalismo tradicional, focado na conquista de direitos, para um sindicalismo voltado à manutenção e ampliação desses direitos por meio da organização coletiva e do fortalecimento da economia solidária.

A década de 2000 também trouxe um novo impulso à mobilização política do sindicato, com o fortalecimento das cooperativas agrícolas e a busca por novos mecanismos de comercialização, que permitissem aos pequenos produtores alcançar mercados mais amplos e justos. As cooperativas passaram a ser vistas como uma forma de agregar valor à produção e garantir uma maior segurança econômica para os agricultores familiares. O Sintraf, então, começou a trabalhar para incentivar a formação e o fortalecimento dessas cooperativas, promovendo a troca de experiências e o fortalecimento de redes de solidariedade entre os produtores. A luta por um modelo de desenvolvimento mais inclusivo e solidário no campo também passou a ser uma marca registrada do sindicato, que passou a valorizar a união e a cooperação entre os agricultores familiares como uma forma de resistência frente ao poder do agronegócio.

Além disso, a defesa da sustentabilidade ambiental e a adaptação às mudanças climáticas passaram a ser questões centrais nas pautas do sindicato. A busca por formas de produção mais ecológicas e a promoção de práticas agrícolas sustentáveis tornaram-se desafios do Sintraf, que buscava garantir que os agricultores familiares não fossem impactados negativamente pelos efeitos das mudanças climáticas, como secas prolongadas, enchentes e a escassez de água. O sindicato passou a defender a adoção de tecnologias que ajudassem na preservação do meio ambiente, como o uso de sistemas

agroflorestais, a rotação de culturas e a agricultura orgânica, sempre com a intenção de garantir a perenidade da agricultura familiar no longo prazo.

Nos últimos anos, o Sintraf também tem enfrentado novos desafios em relação à política e à economia brasileira, com o enfraquecimento das políticas públicas voltadas ao campo e o impacto das políticas de austeridade que afetam diretamente os pequenos produtores. O sindicato, entretanto, não perdeu sua força de mobilização, mantendo-se como uma voz ativa na defesa dos direitos dos agricultores familiares e na luta por uma agricultura mais justa e sustentável. A mobilização continua sendo uma das principais ferramentas do Sintraf, que se utiliza de novas tecnologias e das redes sociais para ampliar seu alcance e engajamento com os trabalhadores rurais. As formas de organização comunitária também têm sido intensificadas, com o objetivo de fortalecer a solidariedade entre os agricultores e garantir que as demandas do campo sejam ouvidas e atendidas.

O Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares de Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol e Herveiras foi fundado em um período de grande efervescência política e social, quando os trabalhadores rurais começaram a se organizar para reivindicar melhores condições de vida e trabalho. Nos anos iniciais, a mobilização focava na consolidação da entidade, recrutando membros e estabelecendo uma base sólida de apoio. As principais demandas incluíam a luta pelo assistencialismo:

Na década de 1970 os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais fortaleceram sua ação na área assistencial, incentivados a prestar importantes serviços para o quadro social, como por exemplo, atendimentos odontológicos e médicos, o que ainda pode ser encontrado atualmente em alguns sindicatos (Oliveira, Gehlen, 2024, p. 8).

A citação de Oliveira e Gehlen (2024), que aborda o fortalecimento da atuação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) na década de 1970, evidencia uma mudança significativa no papel dessas organizações. Inicialmente voltados para a defesa dos direitos trabalhistas, os sindicatos passaram a assumir também uma função assistencial, motivados pela necessidade de oferecer serviços básicos de saúde, como atendimentos odontológicos e médicos, para os trabalhadores rurais. Esse movimento aconteceu em um contexto onde o acesso a serviços públicos essenciais era limitado nas áreas rurais, o que dificultava a vida dos agricultores e suas famílias.

Naquela época, a falta de infraestrutura e o isolamento das zonas rurais tornavam esses serviços ainda mais escassos, e foi aí que os sindicatos se tornaram peças

fundamentais para suprir essa lacuna. Ao assumir essa função assistencial, os STRs não só aumentaram sua importância na vida cotidiana das comunidades rurais, mas também ampliaram seu papel como agentes de transformação social, promovendo o bem-estar dos trabalhadores e suas famílias. A citação, portanto, destaca como os sindicatos, ao oferecer esses serviços de saúde, fortaleceram sua presença e legitimidade entre os trabalhadores rurais, e como esse legado assistencialista permanece em alguns sindicatos até os dias atuais, refletindo a continuidade da sua atuação em áreas além da defesa de direitos trabalhistas.

Pelo que se percebe, os sindicatos... foram criados lá na década de 60, foram criados muito em cima da questão assistencialista, ou talvez o intuito não era esse, era já da organização, da busca pelos direitos, mas talvez para conquistar o associado, para fidelizar ele, se trabalhou no sentido de oferecer para ele uma assistência. na área da saúde, que foi muito reconhecida e muito buscada na época. E na época não se tinha tanto o entendimento da luta de classe. E durante o passar do tempo, com o trabalho realizado, parece que nos dias de hoje se busca já um pouco mais a participação nas entidades sindicais pela consciência de classe e não mais tanto... ou não mais somente pela questão de assistencialismo. Então vejo que houve uma evolução nesse sentido do agricultor ter esse sentimento de pertencimento, de categoria, de classe e junto ao sindicato promover suas lutas (Entrevistado 07. Entrevista realizada no dia 10 de janeiro de 2025).

Essa evolução na atuação dos sindicatos dos trabalhadores rurais, de um modelo assistencialista para uma atuação mais voltada para a consciência de classe, é confirmada pela entrevista com o Entrevistado 7 (10/01/2025), que destaca como, na década de 1960 e 1970, os sindicatos foram inicialmente criados com um foco em oferecer assistência à saúde para conquistar e fidelizar os associados. Com o tempo, no entanto, houve uma transformação, e hoje a participação nas entidades sindicais é cada vez mais impulsionada pela consciência de classe, refletindo um amadurecimento na compreensão do papel do sindicato como agente de luta pelos direitos dos trabalhadores rurais e pela promoção de uma identidade de classe mais forte e unificada. A década de 1970 foi também marcada pela intensificação das relações entre os sindicatos e a sociedade civil, promovendo debates sobre a reforma agrária e formas de melhorar a qualidade de vida no meio rural.

A FETAG-RS, fundada em 1963, continuou a desempenhar um papel fundamental na organização e mobilização dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul durante a década de 1970. A luta pela reforma agrária e melhores condições de trabalho e vida para os agricultores familiares foi intensificada. Os trabalhadores rurais enfrentavam dificuldades como a concentração de terras, falta de acesso a crédito agrícola,

precariedade nas condições de trabalho e ausência de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural.

Durante esse período, as primeiras alianças com movimentos urbanos também começaram a se consolidar. Essas alianças eram estratégicas, pois conectavam os interesses rurais aos debates nacionais sobre justiça social, fortalecendo a visibilidade do movimento rural no cenário político mais amplo.

Apesar da repressão do regime militar, a FETAG-RS conseguiu organizar e mobilizar os trabalhadores rurais através de estratégias criativas e resilientes. Encontros clandestinos, redes de solidariedade e alianças com outros movimentos sociais e sindicais foram algumas das formas de resistência adotadas. A federação também se empenhou em formar lideranças rurais, oferecendo capacitação e promovendo a conscientização sobre direitos trabalhistas e agrários.

Apesar das duras condições impostas pelo regime militar, que se estendeu por grande parte da década de 1960 até o final da década de 1980, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (FETAG-RS) demonstrou uma impressionante capacidade de resistência, organização e adaptação. Em um período marcado por censura, repressão e vigilância, o movimento sindical rural, com suas raízes profundamente ligadas às necessidades dos trabalhadores rurais, encontrou maneiras criativas de se manter ativo e mobilizado, desafiando as tentativas do regime de silenciar suas vozes.

A repressão do regime militar atingiu diversos setores da sociedade, mas o movimento sindical rural, em especial, enfrentou desafios adicionais devido à sua atuação em um ambiente rural distante dos grandes centros urbanos. No entanto, a FETAG-RS, com a liderança de seus representantes e a solidariedade dos próprios trabalhadores, não se deixou abater e continuou a lutar pelos direitos das famílias agricultoras, ainda que com estratégias mais discretas e criativas. Os encontros clandestinos se tornaram uma das principais formas de articulação nesse período, já que as reuniões abertas eram proibidas e vigiadas pelas forças de segurança. Esses encontros, muitas vezes realizados em locais secretos ou isolados, tinham como objetivo discutir as necessidades urgentes dos trabalhadores rurais e organizar ações de resistência contra as políticas do governo militar.

Nesses encontros clandestinos, os sindicalistas e líderes rurais discutiam estratégias para garantir que as lutas por direitos trabalhistas, agrários e sociais

continuassem, mesmo sob forte repressão. O medo da prisão, da tortura e da violência era constante, mas a determinação dos líderes sindicais e dos trabalhadores rurais era ainda mais forte. As reuniões se tornaram espaços de resiliência e de fortalecimento da consciência política dos agricultores familiares, que, embora enfrentassem riscos, sabiam da importância da luta pela terra, pela justiça social e pelo reconhecimento de seus direitos como trabalhadores.

Além dos encontros clandestinos, uma rede de solidariedade entre os trabalhadores rurais e outros movimentos sociais foi formada, criando um ambiente de apoio mútuo. Essas redes eram fundamentais para garantir a continuidade das ações, já que, diante da repressão, a mobilização aberta era praticamente impossível. A troca de informações e a construção de alianças com outros movimentos sindicais e sociais, mesmo que discretas, foram vitais para o fortalecimento da luta. Essa solidariedade era uma forma de resistência política que transcendeu as fronteiras do campo, conectando o movimento sindical rural com outras lutas sociais, como os movimentos urbanos e os movimentos estudantis, além de outras categorias de trabalhadores.

Essa dinâmica de resistência e solidariedade evidencia a relevância do movimento sindical, que vai além das ações políticas e jurídicas, sendo essencial também para a organização local das comunidades rurais. Em tempos de repressão, o movimento sindical se tornou o principal meio para que os trabalhadores rurais se mantivessem informados sobre seus direitos e as políticas públicas que os afetavam, além de atuar como um pilar fundamental na mobilização social.

Conforme o Entrevistado 2 (10/04/2025): “O movimento sindical é essencial no meio rural, pois está presente nas comunidades levando as demandas e soluções. Ele tem um papel fundamental em informar sobre direitos e políticas públicas, além de levar à mobilização social. O movimento sindical é a forma mais eficaz de representar os trabalhadores rurais, levando conhecimento onde ele não chega, e ainda precisa estar presente fisicamente em locais onde as tecnologias ainda não alcançam totalmente.” Essas palavras ressaltam que, mesmo com os desafios tecnológicos e a distância dos grandes centros urbanos, o movimento sindical permanece um elo fundamental entre os trabalhadores rurais e os direitos que lhes são devidos, cumprindo um papel insubstituível na defesa de suas necessidades e na promoção da justiça social.

A FETAG-RS, como organização central, também desempenhou um papel estratégico na manutenção da luta, promovendo a conscientização e a educação política

entre os trabalhadores rurais. Em um contexto em que o regime militar buscava, através da censura, neutralizar qualquer tipo de mobilização organizada, a formação de lideranças rurais se tornou uma das principais ferramentas de resistência. A federação se empenhou em formar esses líderes, oferecendo capacitação política e sindical, mas também educativa. Os trabalhadores rurais eram orientados sobre seus direitos trabalhistas e agrários, sendo ensinados a entender suas condições de trabalho e a importância de lutar por uma distribuição mais justa da terra e por condições melhores de vida no campo.

A conscientização sobre os direitos trabalhistas, que muitas vezes estavam sendo violados ou ignorados, foi um dos pilares centrais desse processo. A maioria dos trabalhadores rurais na época ainda não tinha acesso a informações sobre seus direitos, como salários mínimos, jornada de trabalho e aposentadoria rural, e isso limitava a capacidade de organização e resistência. Ao promover a educação política e sindical, a FETAG-RS ajudou a construir um movimento mais forte, capaz de reivindicar essas condições, mesmo em um cenário de forte repressão. Além disso, a conscientização sobre as questões agrárias também era uma prioridade, uma vez que a luta pela terra e pela reforma agrária continuava a ser um dos principais focos do movimento.

O empenho da FETAG-RS na formação de lideranças foi um passo crucial para a continuidade do movimento sindical rural, mesmo diante das adversidades impostas pelo regime militar. A criação de um quadro de lideranças conscientes e politicamente engajadas contribuiu para a construção de uma base sólida que seria fundamental para as mobilizações posteriores, especialmente após a redemocratização do Brasil. Essas lideranças não apenas representaram os interesses dos trabalhadores rurais durante o período da ditadura, mas também se tornaram os pilares do movimento sindical nos anos seguintes, sendo essenciais para as vitórias conquistadas nas décadas de 1980 e 1990.

Além da formação de lideranças, outro aspecto importante da atuação da FETAG-RS nesse período foi a promoção da unidade entre os trabalhadores rurais. A unidade interna foi fundamental para garantir que o movimento sindical se mantivesse coeso e forte diante da repressão. A federação buscou reforçar a ideia de que, apesar das dificuldades, a união entre os trabalhadores era essencial para enfrentar os desafios e garantir que suas reivindicações fossem ouvidas. Isso se traduziu em um movimento sindical que, mesmo atuando de forma discreta, continuou a pressionar o governo por mudanças significativas nas políticas agrárias e trabalhistas.

Em termos de estratégias de resistência, a FETAG-RS também procurou inovar em sua abordagem, utilizando formas alternativas de comunicação, como boletins informativos clandestinos, panfletos e cartazes. Essas formas de comunicação eram utilizadas para disseminar informações importantes para os trabalhadores rurais, como os avanços nas lutas por direitos e as ações de resistência contra as injustiças. Embora a censura fosse uma realidade constante, essas estratégias permitiram que o movimento mantivesse sua presença e continuasse a mobilizar os trabalhadores, mesmo diante de um cenário de forte repressão.

A capacidade de adaptação da FETAG-RS às circunstâncias do regime militar, utilizando táticas criativas e resilientes, foi fundamental para a sobrevivência e a continuidade do movimento sindical rural no Rio Grande do Sul. O regime militar, apesar de sua tentativa de erradicar qualquer forma de resistência, não conseguiu quebrar a força do movimento sindical, que, mesmo sob ameaças constantes, manteve-se firme em sua luta por justiça social, reforma agrária e pelos direitos dos trabalhadores rurais. A história da FETAG-RS é, portanto, uma história de resistência, de luta e de superação, que se manteve viva graças à coragem e determinação de seus líderes e militantes, que, mesmo nas condições mais difíceis, continuaram a acreditar na importância da união e da solidariedade para transformar a realidade dos trabalhadores rurais.

Mesmo diante de um ambiente adverso, a FETAG-RS obteve importantes conquistas durante a década de 1970. A luta incessante dos trabalhadores rurais levou à implementação de algumas políticas públicas que beneficiaram a agricultura familiar. Além disso, a federação conseguiu aumentar sua base de apoio, consolidando-se como uma voz representativa e legítima dos interesses dos trabalhadores rurais no estado.

O reconhecimento da importância do movimento sindical na época também resultou em maior participação de jovens e mulheres nas discussões sobre reforma agrária e direitos sociais, ampliando a diversidade de vozes nas tomadas de decisão.

Também foi no período de 1970 que a Fetag-RS através de convenio com o governo do estado, contratou técnicos agrícolas para prestar serviços no interior do Rio Grande do Sul e atender as demandas dos agricultores em relação a assistência técnica. Um período em que o movimento sindical atuou em várias frentes, entre elas a educação do campo, saúde e previdência social, já que em 1972 foram pagas as primeiras aposentadorias rurais. Atualmente, o movimento sindical luta constantemente na defesa do sistema único de saúde – SUS- pois é uma ferramenta que permite acesso universal a sociedade. Pós pandemia, a importância do SUS é reforçada. (Oliveira, Gehlen, 2024, p. 5).

A década de 1970 foi um período de grandes desafios e importantes conquistas para a FETAG-RS. A federação demonstrou resiliência e capacidade de organização, fortalecendo a luta dos trabalhadores rurais em um contexto político adverso. No ano de 1970, conforme OLIVERIA E GEHLEN (2024) o movimento sindical realizou diversas mobilizações de rua e reivindicações, tendo como tema central a assistência médico-hospitalar.

A década de 1970 foi um período crucial na história da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (FETAG-RS), marcada por uma série de desafios políticos e sociais, mas também por importantes conquistas que evidenciaram a resiliência e a força do movimento sindical rural no estado. Em um contexto de regime militar, com forte repressão e censura, as organizações sindicais enfrentaram um ambiente de muitas dificuldades para garantir direitos e expressar suas demandas. Contudo, a FETAG-RS soube se adaptar e resistir, mantendo viva a luta por melhores condições de vida e trabalho para os trabalhadores rurais, mesmo diante da repressão política e das limitações impostas pelo governo.

A resistência do movimento sindical rural foi essencial durante esse período, e a FETAG-RS, apesar das adversidades, conseguiu se reorganizar e fortalecer suas bases. A década de 1970 foi marcada por uma mobilização crescente dos trabalhadores rurais, que buscavam alternativas para enfrentar as dificuldades impostas pelo regime. Nesse contexto, uma das principais bandeiras do movimento foi a luta pela assistência médico-hospitalar, um tema central das reivindicações da época. A saúde no campo era um problema histórico, e os trabalhadores rurais enfrentavam sérias dificuldades para acessar serviços médicos e hospitalares, devido à distância das unidades de saúde, à falta de recursos e à precariedade das condições de trabalho. A FETAG-RS então se mobilizou para garantir que os trabalhadores tivessem acesso a serviços de saúde dignos, especialmente em um momento em que o país vivia um regime que pouco ou nada oferecia de apoio ao setor rural.

Conforme Oliveira e Gehlen (2024), o ano de 1970 foi marcado por diversas mobilizações de rua que cobravam uma melhoria nos serviços de saúde para os trabalhadores rurais. As manifestações ocorreram em várias cidades do estado, trazendo à tona a urgência da questão da assistência médico-hospitalar para os trabalhadores no campo. A mobilização foi um reflexo do crescente descontentamento com a falta de políticas públicas que atendiam às necessidades específicas da população rural, e a

FETAG-RS, em sua atuação, buscava pressionar as autoridades para que medidas fossem tomadas em relação a esse tema.

Essas mobilizações foram fundamentais para sensibilizar a sociedade e as autoridades sobre a realidade do campo, onde os trabalhadores estavam sujeitos a doenças e acidentes de trabalho, mas tinham um acesso extremamente limitado a cuidados médicos. A reivindicação por uma saúde mais acessível e de qualidade no campo se tornou, portanto, uma prioridade para a FETAG-RS, que passou a incluir o tema em sua agenda de lutas. Além disso, as mobilizações em 1970 também visaram chamar atenção para outras questões de extrema importância para os trabalhadores rurais, como o direito à aposentadoria rural, melhores condições de trabalho, e a luta por melhores salários.

Essas mobilizações e reivindicações representaram uma estratégia importante da FETAG-RS para fortalecer a união e a organização dos trabalhadores rurais, algo essencial em um período em que o movimento sindical estava sendo fortemente vigiado e reprimido pelo regime militar. Mesmo sob forte repressão, o movimento conseguiu se manter ativo, utilizando da solidariedade e da organização comunitária para garantir que as pautas dos trabalhadores não fossem silenciadas. A década de 1970, embora desafiadora, foi, portanto, um período de afirmação do movimento sindical rural, e a FETAG-RS foi uma das principais protagonistas dessa resistência, conseguindo trazer visibilidade para as questões que afetavam diretamente os trabalhadores rurais.

Além disso, é importante destacar que, ao longo dessa década, o movimento sindical rural começou a perceber a necessidade de expandir suas pautas para além das questões estritamente econômicas e trabalhistas. A luta por condições de saúde dignas no campo, em especial, fez com que o sindicato começasse a enxergar a conexão entre as questões de trabalho e as condições de vida dos trabalhadores rurais. Isso contribuiu para um fortalecimento da identidade do movimento, que passou a se caracterizar não apenas como uma entidade que lutava por direitos econômicos, mas também como um agente de transformação social no campo, focando em um conjunto mais amplo de demandas que envolviam a dignidade, a saúde, a educação e o bem-estar das famílias rurais.

À medida que a década de 1970 avançava, a FETAG-RS também foi se consolidando como uma voz importante na construção de políticas públicas voltadas para a melhoria das condições de vida no campo. A luta por uma assistência médico-hospitalar mais eficaz e acessível para os trabalhadores rurais, por exemplo, foi um tema que mobilizou a base sindical, mas também teve um impacto positivo na construção de uma

agenda mais ampla de políticas de saúde pública voltadas para o campo. A década de 1970, portanto, se tornou um marco não apenas para o movimento sindical, mas também para o fortalecimento das reivindicações dos trabalhadores rurais, que começaram a conquistar visibilidade e reconhecimento, mesmo em um cenário de repressão política e dificuldades econômicas.

Essas mobilizações, baseadas na solidariedade e na unidade dos trabalhadores rurais, foram fundamentais para o crescimento da FETAG-RS e para o estabelecimento de uma base de apoio sólida para os anos seguintes. Embora o caminho fosse árduo, a FETAG-RS, a partir de sua luta pela assistência médica, estabeleceu as bases para uma atuação sindical mais ampla, que incluiria outros direitos fundamentais para os trabalhadores rurais, como a educação, o acesso à aposentadoria e a valorização do trabalho rural em geral. A década de 1970, portanto, foi um período de resistência, mas também de construção, que contribuiu para o fortalecimento do movimento sindical rural no Rio Grande do Sul e para a conquista de direitos fundamentais que até hoje são defendidos pela FETAG-RS.

As ações e estratégias desenvolvidas durante a década de 70 deixaram um legado duradouro e continuam a inspirar a luta por justiça social e melhores condições de vida para os agricultores familiares no Rio Grande do Sul.

No ano de 1975, entendeu-se que para um melhor atendimento dos (as) associados (as) dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais seria necessário dividir o Estado em regiões. Naquela época o território gaúcho foi dividido em nove regiões e dezessete sub-regiões, de acordo com as suas culturas, mão-de-obra, população rural, uso da terra, hábitos e origens comuns. Essas sub-regiões serviram de base para a criação das Regionais Sindicais, onde cada regional possuía dois ou três coordenadores que eram os responsáveis por receber . (Oliveira, Gehlen, 2024, p. 7).

Esse modelo organizacional permitiu um atendimento mais eficiente e personalizado, fortalecendo os laços entre as comunidades rurais e os sindicatos. Ele também promoveu a descentralização das ações, possibilitando maior autonomia para os líderes regionais e uma resposta mais ágil às demandas locais.

O ano de 1975, uma significativa reestruturação foi implementada na organização dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais no Rio Grande do Sul, com o objetivo de proporcionar um atendimento mais eficaz e próximo às necessidades dos associados. Compreendendo a diversidade e as especificidades de cada região do estado, foi decidido

que seria necessário dividir o território gaúcho em regiões, de modo a tornar o trabalho sindical mais eficiente e direcionado às realidades locais. Essa divisão, que abrangeu o estado em nove regiões e dezessete sub-regiões, baseou-se em fatores como as características culturais, a mão de obra disponível, a população rural, o uso da terra, os hábitos locais e as origens comuns da população de cada área.

Essa nova organização foi um marco importante para a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (FETAG-RS) e seus sindicatos, pois permitiu que a estrutura sindical se adequasse melhor às realidades diversas do campo gaúcho, tornando a atuação sindical mais próxima e mais eficaz. A divisão do estado em regiões e sub-regiões levou em consideração a diversidade de práticas agrícolas, as necessidades de cada localidade e as diferenças nas condições de vida dos trabalhadores rurais. Cada região apresentava características particulares, como o tipo de cultivo predominante, a forma de organização do trabalho, os desafios econômicos e sociais enfrentados, o acesso a serviços e infraestruturas, entre outros aspectos. Dessa forma, as necessidades dos trabalhadores rurais em diferentes partes do estado podiam ser abordadas de maneira mais personalizada e estratégica.

Com essa divisão regional, foram criadas as Regionais Sindicais, que passaram a ser responsáveis pela gestão e coordenação das atividades e demandas dos trabalhadores em cada uma dessas áreas. Cada Regional Sindical era composta por dois ou três coordenadores, que desempenhavam um papel crucial na comunicação entre os associados e as instâncias superiores do sindicato. Esses coordenadores eram as figuras de referência nas regiões, responsáveis por receber as demandas dos trabalhadores rurais, organizar as mobilizações locais e representar os interesses da base no âmbito estadual.

Os coordenadores das Regionais Sindicais desempenhavam funções essenciais, pois eram responsáveis por transmitir as necessidades e dificuldades específicas dos trabalhadores rurais de suas respectivas áreas para a FETAG-RS e outras esferas políticas e sociais. Essa proximidade com a base permitiu que o sindicato agisse de maneira mais eficiente na solução de problemas locais, além de ser uma forma de fortalecer o movimento sindical no interior do estado. Ao ter representantes locais, o sindicato conseguiu se tornar mais próximo dos trabalhadores rurais, ouvindo suas preocupações de maneira mais direta e desenvolvendo estratégias mais adequadas para cada realidade regional.

Além disso, a divisão em sub-regiões e regiões também possibilitou uma maior integração e troca de experiências entre as diferentes áreas do estado. Trabalhadores rurais de regiões com características semelhantes podiam compartilhar vivências, discutir suas questões comuns e buscar soluções conjuntas para os desafios enfrentados no campo. Essa articulação regional foi fundamental para fortalecer a coesão do movimento sindical e criar uma rede de apoio mútuo entre as diferentes partes do estado. A troca de experiências também permitiu que as soluções adotadas em uma região, que apresentava bons resultados, fossem replicadas em outras áreas, ampliando o alcance das conquistas e da luta sindical.

Além de ser uma estratégia para melhorar a organização interna do movimento sindical, essa reestruturação também se mostrou uma resposta às necessidades de maior visibilidade e reconhecimento da realidade rural gaúcha nas instâncias políticas e governamentais. Ao adotar uma estrutura mais regionalizada, a FETAG-RS conseguiu ganhar mais força política, pois passou a representar melhor as especificidades de cada território e as demandas locais dos trabalhadores rurais. As Regionais Sindicais tornaram-se, então, uma plataforma de fortalecimento da luta dos trabalhadores, tanto no plano local quanto no estadual.

A divisão do estado em regiões e sub-regiões também trouxe implicações importantes na forma de atuar nas políticas públicas voltadas para o campo. Ao ter uma representação mais específica e organizada de cada região, o sindicato pôde pressionar por políticas públicas mais eficazes e adequadas à realidade de cada localidade. As demandas por serviços de saúde, educação, transporte e infraestrutura, por exemplo, podiam ser mais facilmente articuladas e levadas ao conhecimento das autoridades competentes, com base nas especificidades de cada área. As Regionais Sindicais passaram a ser, portanto, um elo fundamental entre os trabalhadores rurais e as esferas políticas, sendo responsáveis por garantir que as necessidades do campo fossem consideradas nas políticas públicas.

A reorganização do movimento sindical, em 1975, também foi uma forma de resistência política e social, especialmente em um período em que o Brasil ainda vivia sob um regime militar. A descentralização do poder dentro do movimento sindical, com a criação das Regionais Sindicais, possibilitou que o sindicato se mantivesse ativo e eficaz mesmo diante da repressão do regime. As Regionais funcionaram como núcleos de

resistência localizados, onde os trabalhadores rurais podiam continuar sua luta por direitos, buscando apoio nas coordenadorias locais e nos sindicatos regionais.

A partir dessa reorganização, o movimento sindical rural no Rio Grande do Sul foi capaz de se fortalecer, ampliar sua base de apoio e tornar sua atuação mais efetiva e direcionada. A FETAG-RS, com sua nova estrutura regionalizada, passou a ser uma organização mais forte, mais próxima das necessidades dos trabalhadores rurais e mais apta a enfrentar os desafios do campo. Esse processo de divisão e descentralização foi, portanto, uma estratégia decisiva para o crescimento e a eficácia do movimento sindical rural no estado, sendo um passo importante para garantir que as demandas dos trabalhadores rurais fossem ouvidas e atendidas com mais agilidade e precisão. A história da FETAG-RS e a criação das Regionais Sindicais, portanto, representam um marco na luta pela melhoria das condições de vida e trabalho dos agricultores familiares no Rio Grande do Sul.

Durante as décadas de 1980 e 1990, o sindicato intensificou sua atuação em prol da reforma agrária, um dos temas centrais para os agricultores familiares. Este período foi marcado por grandes mobilizações, marchas e ocupações de terras. A luta por direitos sociais, como a previdência rural e o acesso à saúde e educação, também ganhou destaque. Os sindicatos se aliaram a outras organizações e movimentos sociais para fortalecer sua capacidade de pressão sobre o governo e conseguir avanços significativos para os trabalhadores rurais. “O ano era 1999 quando pela primeira vez as agroindústrias familiares participaram do maio feira a céu aberto da América Latina. Naquela época, a estrutura era mínima, mas as famílias agricultoras tiveram uma importante participação” (Oliveira, Gehlen, 2024, p. 6).

Durante as décadas de 1980 e 1990, o movimento sindical rural no Rio Grande do Sul passou por um período de intensificação de suas lutas, refletindo não apenas as necessidades locais, mas também as grandes transformações e desafios que o Brasil enfrentava no contexto político e social. Nesse período, o sindicato, com foco na Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul (FETAG-RS), abraçou com vigor a causa da reforma agrária, um tema central para os agricultores familiares e um dos pilares das mobilizações sindicais. A luta pela reforma agrária visava não apenas a distribuição mais justa das terras, mas também o fortalecimento da agricultura familiar, que desempenhava papel fundamental na economia rural do estado.

A década de 1980, especialmente após a redemocratização do Brasil, foi marcada por um ambiente de mobilização política crescente, no qual os sindicatos rurais, agora mais organizados e com maior capacidade de articulação, passaram a pressionar ativamente por mudanças nas políticas agrárias. A luta pela reforma agrária não era apenas uma reivindicação por terras, mas também uma demanda por condições mais justas de trabalho e de vida no campo. Nesse período, as ocupações de terras, marchas e grandes mobilizações tornaram-se estratégias comuns para chamar atenção para as injustiças sociais que afligiam a população rural. As ocupações de terras foram uma forma de resistência e de pressão sobre o governo, exigindo que a questão agrária fosse tratada com a seriedade e urgência que merecia.

Essas ações eram vistas como uma forma de enfrentar a concentração de terras nas mãos de poucos latifundiários, o que gerava uma desigualdade profunda no campo e mantinha milhões de trabalhadores rurais à margem da sociedade. A reforma agrária defendida pelos sindicatos não se limitava a um simples movimento de redistribuição de terras, mas visava a construção de um novo modelo de desenvolvimento rural, baseado na justiça social e na sustentabilidade. A luta pela terra estava intrinsecamente ligada à luta por direitos básicos, como educação, saúde, e previdência, direitos esses que, ao longo das décadas, se tornaram temas cada vez mais centrais para as mobilizações sindicais.

A previdência rural, por exemplo, passou a ser uma das grandes bandeiras de luta no período. Trabalhadores rurais, especialmente os mais idosos, enfrentavam uma realidade de escassez de direitos e de condições mínimas de segurança social. A luta pela inclusão da categoria no sistema de previdência social foi uma conquista histórica, que envolveu uma série de negociações e pressões, mas que resultou em avanços significativos para os trabalhadores rurais. A obtenção da aposentadoria rural foi um grande passo na garantia de direitos para as famílias agricultoras, permitindo que o trabalhador rural tivesse algum tipo de seguridade social após uma vida dedicada ao campo.

Além disso, a luta pelo acesso à saúde também se intensificou, dado que as condições de atendimento médico no campo eram extremamente precárias. O sindicato, em parceria com outras entidades sociais, passou a pressionar por melhorias no sistema de saúde, lutando por postos de saúde no interior e pela ampliação do acesso ao atendimento médico de qualidade para as famílias rurais. A construção de políticas

públicas de saúde rural foi, portanto, uma das vitórias mais importantes alcançadas pelo movimento sindical nos anos 1980 e 1990.

Na área da educação, a mobilização dos sindicatos também se fez presente, com a pressão por um sistema educacional que atendesse às demandas das comunidades rurais e que garantisse o direito à educação para os filhos dos trabalhadores rurais. A escolarização no campo, na época, ainda era um grande desafio, uma vez que a educação era centralizada nas zonas urbanas, e as áreas rurais careciam de infraestrutura adequada. A luta por escolas no campo, transporte escolar e uma educação que valorizasse as culturas e saberes locais foi uma das frentes de batalha mais importantes do movimento sindical rural.

Em meio a essas mobilizações, o ano de 1999 se tornou um marco importante para o movimento sindical rural, quando as agroindústrias familiares passaram a participar pela primeira vez da maior feira a céu aberto da América Latina. Esse evento representou um grande avanço para as famílias agricultoras, que, até então, tinham poucas oportunidades de divulgar e comercializar seus produtos de forma organizada e em grande escala. A participação das agroindústrias familiares na feira foi um passo significativo para a inserção dos pequenos produtores no mercado, permitindo-lhes apresentar suas produções e fortalecer sua presença no comércio regional e nacional. Embora a estrutura na época fosse mínima, a participação das agroindústrias familiares foi um símbolo da capacidade de organização do movimento sindical rural e de como a luta pela melhoria das condições de vida no campo também passava pela inclusão das famílias no mercado econômico.

Esse evento de 1999, citado por Oliveira e Gehlen, (2024), foi mais do que uma simples participação em uma feira, foi uma forma de visibilizar o trabalho das famílias agricultoras e demonstrar que a agricultura familiar, além de ser uma forma de sustento, tinha um enorme potencial de desenvolvimento econômico e social. As agroindústrias familiares não apenas começaram a se destacar como um setor econômico promissor, mas também deram um passo importante para fortalecer sua identidade e consolidar uma rede de cooperação entre os trabalhadores rurais.

As décadas de 1980 e 1990 foram, portanto, um período de grande mobilização, conquistas e desafios para o sindicato. O movimento sindical rural não apenas lutou pela reforma agrária e pelos direitos básicos dos trabalhadores, mas também trabalhou para garantir que a agricultura familiar fosse reconhecida como uma parte fundamental da

economia e da sociedade. Ao se aliar a outras organizações e movimentos sociais, os sindicatos fortaleceram sua capacidade de pressão sobre o governo e conseguiram conquistar avanços importantes, que moldaram o futuro do campo no Rio Grande do Sul. O movimento sindical, nos anos 1980 e 1990, não foi apenas uma luta por terras e direitos, mas também uma luta por dignidade, reconhecimento e inclusão das famílias agricultoras no desenvolvimento econômico do país.

Nos anos 2000, o sindicato diversificou suas áreas de atuação, abordando não apenas questões agrárias, mas também temas como sustentabilidade ambiental, diversificação da produção agrícola e inserção de tecnologias no campo. Este período também viu um aumento na participação política dos agricultores familiares, com o sindicato incentivando e apoiando candidaturas de líderes rurais para cargos públicos.

Essa ampliação de áreas de atuação refletiu a adaptação do sindicato às mudanças nas necessidades e desafios enfrentados pelos agricultores familiares. Ao integrar temas como sustentabilidade ambiental e diversificação da produção agrícola, a organização passou a promover práticas mais responsáveis e resilientes, focando em preservar o meio ambiente enquanto assegurava a rentabilidade das atividades rurais. A inserção de tecnologias no campo, por sua vez, visava melhorar a eficiência produtiva e garantir que os agricultores familiares não ficassem para trás no avanço das inovações tecnológicas do setor.

O aumento da participação política dos agricultores familiares foi um ponto crucial desse processo. Ao apoiar a candidatura de líderes rurais para cargos públicos, o sindicato buscou fortalecer a representatividade do campo nas esferas de decisão, o que possibilitou uma maior inclusão das demandas e desafios da agricultura familiar nas políticas públicas. Esse apoio à participação política também se traduziu em uma maior consciência sobre a importância do voto consciente e da construção de um projeto coletivo que fosse capaz de enfrentar os desafios econômicos, sociais e ambientais que impactavam a vida no campo.

Nesse contexto, o sindicato não só fortaleceu o movimento sindical, mas também se posicionou como um ator fundamental na construção de uma agricultura mais moderna e sustentável, conectando a base com as transformações políticas e sociais do Brasil. Esse novo direcionamento estratégico consolidou o sindicato como um importante aliado na busca por direitos e na promoção do bem-estar da população rural, além de abrir espaço para um diálogo mais amplo entre o campo e a cidade.

Atualmente, o sindicato enfrenta novos desafios, como as mudanças climáticas, a globalização e as políticas de austeridade que afetam diretamente os pequenos produtores. A mobilização continua sendo uma ferramenta essencial, agora incorporando estratégias digitais e novas formas de organização comunitária. A luta por políticas públicas que favoreçam a agricultura familiar, o fortalecimento das cooperativas agrícolas e a defesa dos direitos humanos no campo permanecem no centro da agenda sindical.

Nos dias atuais, o sindicato enfrenta uma série de desafios inéditos que exigem não apenas adaptação, mas também inovação nas formas de luta e mobilização. As mudanças climáticas, por exemplo, estão afetando diretamente as colheitas e a produção agrícola, tornando o trabalho no campo mais incerto e arriscado. A variação climática imprevisível, com secas prolongadas, chuvas intensas e eventos extremos, tem afetado a produtividade e a sustentabilidade das lavouras. Nesse cenário, o sindicato tem se empenhado em promover alternativas como o uso de tecnologias mais adequadas ao clima, a diversificação das atividades rurais e o fortalecimento de práticas agrícolas sustentáveis que ajudem os pequenos produtores a lidar com os impactos das mudanças climáticas.

Além disso, a globalização trouxe consigo um aumento na concorrência externa, que muitas vezes coloca os pequenos agricultores em desvantagem frente a grandes conglomerados e multinacionais do setor agropecuário. A abertura dos mercados e a pressão por uma produção em larga escala podem dificultar a permanência dos pequenos produtores no mercado, que se veem obrigados a competir com preços baixos e condições de trabalho desiguais. O sindicato tem atuado como um defensor da agricultura familiar, lutando por políticas públicas que garantam uma maior competitividade dos pequenos produtores no mercado global, sem comprometer a qualidade de vida no campo.

As políticas de austeridade adotadas em vários níveis de governo também afetam de maneira direta os pequenos agricultores. O corte de investimentos em programas de apoio à agricultura familiar, a redução de recursos para a assistência técnica e o enfraquecimento das políticas de crédito rural dificultam a manutenção e o crescimento das pequenas propriedades. Nesse contexto, o sindicato segue sendo uma voz forte na cobrança por investimentos adequados para o setor, buscando assegurar que os agricultores familiares possam contar com o suporte necessário para enfrentar as dificuldades econômicas e manter suas atividades de forma sustentável.

Em resposta a esses desafios, a mobilização continua sendo uma ferramenta essencial, mas agora incorporando novas estratégias digitais e formas inovadoras de organização comunitária. A digitalização tem permitido ao sindicato ampliar seu alcance, permitindo que mais agricultores possam participar de ações coletivas, mesmo em localidades distantes ou de difícil acesso. O uso de redes sociais, aplicativos e plataformas de comunicação tem facilitado a troca de informações, a realização de mobilizações em tempo real e a disseminação de conhecimentos técnicos e jurídicos, além de permitir a organização de campanhas de sensibilização e de lobby junto aos gestores públicos. A inserção das novas tecnologias no trabalho sindical tem permitido também a formação de redes de apoio e o fortalecimento de parcerias com outras entidades, ampliando a capacidade de articulação do movimento.

A organização comunitária, por sua vez, continua sendo uma das bases mais sólidas do movimento sindical. A criação de grupos de apoio mútuo, a promoção de reuniões comunitárias e o fortalecimento das redes de solidariedade têm se mostrado formas eficientes de garantir que as demandas dos agricultores familiares sejam atendidas, mesmo diante das dificuldades. O modelo de organização que valoriza o coletivo, o apoio e a cooperação entre os trabalhadores rurais é fundamental para fortalecer a luta por direitos e a busca por soluções para os desafios do campo.

O sindicato, nesse sentido, mantém no centro de sua agenda a luta por políticas públicas que favoreçam a agricultura familiar. Isso envolve desde a busca por mais recursos para a assistência técnica até a defesa de políticas de crédito rural favoráveis aos pequenos produtores. Além disso, o fortalecimento das cooperativas agrícolas tem sido uma prioridade, já que essas organizações podem proporcionar aos agricultores familiares maior poder de negociação, acesso a mercados mais amplos e, principalmente, a possibilidade de trabalhar de forma colaborativa, compartilhando conhecimentos e recursos.

A defesa dos direitos humanos no campo também permanece uma bandeira fundamental. O sindicato tem se dedicado a combater a violência no campo, o trabalho escravo e o desrespeito aos direitos trabalhistas, além de atuar na promoção da igualdade de gênero e no apoio a iniciativas que visem à inclusão das mulheres, jovens e pessoas negras nas atividades rurais. O foco na construção de um campo mais justo e igualitário permeia todas as ações do sindicato, com o objetivo de garantir que todos os trabalhadores

rurais tenham as mesmas oportunidades e direitos, independentemente de sua origem, gênero ou etnia.

Em síntese, o sindicato segue se adaptando e inovando, mas sem perder de vista seus princípios e seu compromisso com a luta por uma agricultura familiar mais forte, justa e sustentável. A mobilização continua sendo sua principal ferramenta, mas agora ela é mais inclusiva e dinâmica, integrando novas tecnologias e formas de organização, com o objetivo de enfrentar os desafios do século XXI e garantir um futuro melhor para os pequenos produtores rurais. A luta por políticas públicas que atendam às necessidades do campo, o fortalecimento das cooperativas e a defesa dos direitos humanos são os pilares sobre os quais o sindicato constrói suas ações, sempre com o objetivo de garantir um campo mais digno, justo e resiliente para todos.

O Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares de Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol e Herveiras tem uma rica história de mobilização sociopolítica que reflete as lutas e conquistas dos agricultores familiares ao longo das décadas. Desde a sua fundação até os dias atuais, a entidade tem sido um pilar na defesa dos direitos dos trabalhadores rurais, adaptando-se aos novos tempos e desafios sem perder de vista seus objetivos centrais de justiça social e melhoria das condições de vida no campo.

Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares de Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol e Herveiras, foi fundado com a missão de representar e fortalecer a classe trabalhadora rural da região, em um contexto onde os pequenos agricultores enfrentavam uma série de dificuldades econômicas e sociais. Desde seus primeiros anos de atuação, o sindicato teve como principal objetivo a busca por melhores condições de trabalho, acesso à terra, a melhorias na qualidade de vida e a defesa dos direitos dos trabalhadores rurais, em um momento em que o campo brasileiro ainda era marcado por práticas injustas e por uma grande desigualdade social.

Nos primeiros anos, a atuação do Sindicato foi fortemente focada na organização e mobilização dos trabalhadores rurais para a luta por seus direitos, especialmente no que diz respeito ao acesso à terra, que era um dos maiores desafios enfrentados pela agricultura familiar. O sindicato se tornou uma referência na defesa da reforma agrária e na luta contra o latifúndio, além de ser um ator importante na criação de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar e ao reconhecimento do valor do trabalho rural.

Ao longo das décadas seguintes, o Sindicato soube se adaptar às transformações da sociedade brasileira e às mudanças nas condições econômicas e políticas do país. A década de 1990, por exemplo, foi marcada por um período de intensas transformações no campo, com a adoção de novas tecnologias agrícolas e a crescente presença do agronegócio. Nesse período, o sindicato, sem perder seu foco na luta pela justiça social, começou a ampliar sua atuação para questões que envolviam a sustentabilidade ambiental e a diversificação da produção rural. O objetivo era garantir que os agricultores familiares não ficassem à margem do processo de modernização agrícola, mas que isso fosse feito de maneira que respeitasse o meio ambiente e as condições de vida dos trabalhadores rurais. A sustentabilidade, então, passou a ser um pilar importante nas pautas do sindicato, que começou a promover práticas agrícolas que buscavam integrar a produção com a preservação ambiental.

Nos anos 2000, a entidade também passou a se envolver mais diretamente com questões políticas, incentivando e apoiando a participação dos trabalhadores rurais nas esferas públicas. A eleição de representantes do sindicato para cargos públicos locais e estaduais foi uma conquista importante, pois permitiu que as demandas da agricultura familiar fossem levadas diretamente aos espaços de decisão política. Esse fortalecimento da representação política dos agricultores familiares também se refletiu em um aumento significativo da participação do sindicato em discussões e fóruns sobre políticas públicas voltadas ao meio rural, com ênfase na luta por mais recursos para a agricultura familiar, melhorias na infraestrutura do campo e a defesa do fortalecimento das cooperativas agrícolas.

Além disso, o Sindicato foi um importante ator nas lutas por direitos trabalhistas e na defesa da dignidade dos trabalhadores rurais, combatendo práticas como o trabalho escravo e a exploração infantil no campo. A luta por melhores condições de saúde, educação e segurança no campo também foi sempre uma prioridade para o sindicato, que buscava garantir que os trabalhadores rurais tivessem acesso aos mesmos direitos e benefícios que os trabalhadores urbanos. A atuação do Sindicato foi essencial na promoção de uma maior conscientização sobre a importância de garantir o bem-estar dos trabalhadores rurais, não apenas em termos econômicos, mas também sociais e culturais.

Nos últimos anos, o sindicato tem enfrentado novos desafios, especialmente no que diz respeito às questões relacionadas às mudanças climáticas, que têm afetado diretamente a produção agrícola. O Sindicato tem se adaptado a essa nova realidade,

incorporando em sua agenda a necessidade de adotar práticas agrícolas mais sustentáveis, de diversificar a produção e de fortalecer a resiliência dos agricultores familiares frente aos desastres naturais e às oscilações climáticas. Além disso, a crescente globalização e a intensificação da presença do agronegócio no campo exigiram que o Sindicato passasse a atuar também em questões de competitividade no mercado global e de acesso a novas tecnologias para os pequenos produtores.

Ao longo de sua trajetória, o Sindicato se mostrou uma entidade flexível e resiliente, sempre disposta a adaptar suas estratégias às necessidades e desafios do momento, mas sem perder de vista seus objetivos fundamentais: a justiça social, a melhoria das condições de vida no campo e a defesa dos direitos dos trabalhadores rurais. A mobilização contínua, a articulação com outras entidades sindicais e sociais, o incentivo à participação política e a defesa da sustentabilidade e da inclusão social têm sido os alicerces sobre os quais o sindicato constrói sua luta.

Nos dias de hoje, o Sindicato continua sendo uma voz importante na defesa da agricultura familiar e na construção de um campo mais justo e igualitário. O sindicato tem se empenhado em buscar soluções inovadoras para os problemas do campo, utilizando as novas tecnologias e as redes sociais para ampliar sua capacidade de mobilização e articulação. Além disso, a defesa das cooperativas agrícolas, o apoio à diversificação da produção e a promoção de uma agricultura mais sustentável seguem sendo prioridades para o Sindicato que se mantém firme em seu compromisso de melhorar as condições de vida dos trabalhadores rurais e garantir um futuro mais digno e próspero para a agricultura familiar na região.

6. OS REPERTÓRIOS EDUCATIVOS NOS DIFERENTES CICLOS DE MOBILIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DO SINDICATO

O Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares de Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol e Herveiras tem sido historicamente um espaço de mobilização sociopolítica e de luta pelos direitos dos trabalhadores, desempenhando um papel central na organização e na representação dos interesses da classe trabalhadora. Nesse contexto, a educação emerge como uma importante dimensão das atividades sindicais, sendo entendida não apenas como transmissão de conhecimentos técnicos, mas também como instrumento de conscientização, formação política e empoderamento dos trabalhadores.

Este estudo busca analisar os repertórios educativos empregados pelo Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares em diferentes ciclos de mobilização sociopolítica, compreendendo a relação entre projetos educativos, concepções pedagógicas, estratégias educacionais, sujeitos em educação e a educação no contexto rural. A pesquisa se justifica pela importância de compreender como a educação se articula com as dinâmicas de mobilização e resistência dos trabalhadores, contribuindo para uma reflexão mais ampla sobre o papel dos sindicatos na promoção da transformação social.

Os projetos educativos desenvolvidos pelo Sindicato representam uma importante estratégia de mobilização e formação da base sindical. Esses projetos incluem cursos, palestras, oficinas, seminários e outras atividades voltadas para a capacitação técnica, política e organizativa dos trabalhadores. A escolha dos temas abordados nos projetos educativos muitas vezes está relacionada às demandas e necessidades específicas da categoria, bem como aos desafios e conflitos presentes no contexto sociopolítico local e nacional.

A atuação educativa do sindicato vai além da transmissão de conhecimento técnico, assumindo um papel fundamental na formação política e social dos trabalhadores rurais. As iniciativas promovidas, como cursos, palestras e reuniões de base, são espaços onde se discutem não apenas aspectos produtivos da agricultura familiar, mas também questões relacionadas aos direitos trabalhistas, à organização sindical e ao desenvolvimento rural sustentável. Esse caráter educativo fortalece a identidade da categoria e amplia a participação dos agricultores nos debates sobre políticas públicas que afetam diretamente suas vidas e suas atividades.

Além disso, a realização de reuniões e palestras permite que a informação circule entre um número maior de trabalhadores, fortalecendo a mobilização e a organização coletiva. Essas atividades contribuem para a criação de uma rede de conhecimento, onde os próprios agricultores tornam-se agentes multiplicadores das discussões e aprendizagens adquiridas. O impacto dessas ações é evidenciado na fala do entrevistado 8 (10/01/2025), que destaca a importância dessas iniciativas para a conscientização dos trabalhadores rurais: "O sindicato, ele, através até mesmo de palestras muitas vezes, acaba conscientizando e mostrando para muitos agricultores o que pode ser feito, então acredito que seja através de palestras, então que consegue reunir até um número maior de pessoas, reuniões de base, que nessa reunião de base geralmente vão mais pessoas e o que é tratado ali acaba sempre se multiplicando, então acaba que a informação chega para mais pessoas, então acredito que essa seja a forma boa de fazer a formação dos trabalhadores."

Essa fala evidencia o papel estratégico do sindicato na disseminação de informações e na promoção da consciência coletiva. A educação sindical, ao articular conhecimento técnico com debates sobre direitos e organização social, fortalece os trabalhadores para que possam reivindicar melhorias e atuar de forma mais ativa na defesa de seus interesses.

As concepções pedagógicas que orientam os projetos educativos do sindicato são influenciadas por diferentes correntes teóricas e práticas educacionais, como a pedagogia freireana, a educação popular, a pedagogia crítica e a pedagogia do campo. Essas concepções enfatizam a participação, a autonomia, a reflexão crítica e a valorização dos saberes e experiências dos trabalhadores, buscando uma educação libertadora e transformadora. O impacto desse tipo de abordagem pedagógica é visível nos projetos que priorizam a transformação social, como no Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), que proporcionou moradias de qualidade para muitos agricultores, promovendo não apenas uma melhoria nas condições de vida, mas também um forte sentimento de pertencimento. Como mencionado em uma das entrevistas, "O projeto de habitação foi muito importante, pois proporcionou casas boas para muitos agricultores. A oportunidade de estar conhecendo a realidade dos agricultores, visitando as casas, vendo como o programa promove a qualidade de vida dessas famílias. O processo de pertencimento que eles têm com a casa é algo impressionante. A política de habitação no meio rural é um grande desafio e tem um impacto direto na qualidade de vida das pessoas."

As estratégias educacionais adotadas pelo sindicato variam de acordo com o público-alvo, os objetivos específicos de cada projeto e as condições concretas de realização das atividades. Entre as principais estratégias educacionais utilizadas estão a metodologia participativa, o uso de recursos didáticos diversificados, a articulação com outras organizações e movimentos sociais, e o envolvimento dos próprios trabalhadores na elaboração e execução dos projetos. Esses aspectos são fundamentais para o sucesso das atividades educativas, especialmente quando se leva em consideração a importância da capacitação técnica. Por exemplo, o curso de capacitação em técnicas agrícolas promovido pelo sindicato não só equipou os trabalhadores com habilidades técnicas, mas também gerou um forte senso de comunidade e organização. Como foi compartilhado em uma das entrevistas, "Uma das atividades que mais marcaram minha trajetória foi o curso de capacitação em técnicas agrícolas, promovido pelo sindicato. Esse curso me proporcionou não apenas o conhecimento técnico para melhorar a produção, mas também me ajudou a entender a importância da organização coletiva. Além disso, participei de algumas caravanas para discutir políticas públicas no campo, que foram fundamentais para ampliar minha visão sobre a luta do movimento sindical."

Os sujeitos em educação nos projetos do sindicato incluem não apenas os trabalhadores diretamente envolvidos nas atividades, mas também os educadores populares, os dirigentes sindicais, os pesquisadores, os representantes de outras instituições e organizações parceiras, e a comunidade em geral. O protagonismo dos trabalhadores é valorizado, sendo incentivada sua participação ativa e sua contribuição para o processo educativo. Nesse contexto, o impacto das atividades do sindicato vai além do aprendizado técnico. Como afirmado com o entrevistado 8: "Acredito que todos os tipos de atividades que a gente participa, a gente sempre tem convívio com pessoas, conhece pessoas e então conhece lugares diferentes também, o que é muito válido e isso acaba com que a gente conheça também novas histórias, realidades e acaba que mexe com o próprio psicológico da gente muitas vezes, então acredito que seja dessa forma, o convívio com as pessoas e o fato de conhecer novos lugares são o que faz que isso impacte na nossa vida."

A educação no campo ocupa um lugar central nos projetos educativos do sindicato, considerando as especificidades e desafios enfrentados pelos trabalhadores rurais. Além da formação técnica, a educação no campo visa fortalecer a identidade e a cultura rural, promover a sustentabilidade ambiental, garantir o acesso à terra e aos

recursos naturais, e contribuir para o desenvolvimento das comunidades rurais de forma autônoma e solidária.

A análise dos repertórios educativos nos diferentes ciclos de mobilização sociopolítica do Sindicato dos Trabalhadores evidencia a importância da educação como instrumento de resistência, organização e transformação social. A partir da articulação entre projetos educativos, concepções pedagógicas, estratégias educacionais, sujeitos em educação e educação no campo, o sindicato contribui para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática, pautada na valorização do trabalho, na defesa dos direitos humanos e na promoção da dignidade e cidadania dos trabalhadores rurais.

A trajetória dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no Brasil é marcada por lutas históricas que visam garantir direitos e dignidade. A primeira fase desse movimento sindical, conforme definido pela FETAG, abrange o período de 1963 a 1980 e representa um momento crucial na institucionalização dessas lutas. Nesse contexto, os sindicatos emergiram como instrumentos de organização, embora com uma orientação assistencialista, refletindo as necessidades imediatas da população rural.

A criação do FUNRURAL e o estabelecimento do Programa de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural foram conquistas significativas, que trouxeram proteção social em um cenário de regime político autoritário. A atuação dos sindicatos se expandiu para áreas como saúde, assistência e educação, tornando-se espaços de vital importância para os trabalhadores rurais e suas famílias. Este texto examina como essa fase inicial moldou as bases para a luta por direitos e a construção da identidade dos trabalhadores rurais no Brasil.

A fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Sul ocorreu em 1º de julho de 1962, em uma reunião no Liceu São Luiz. Nesse encontro, os trabalhadores rurais discutiram a criação da entidade, conforme registrado na ata: "Aos um (1) dias do mês de julho de 1962, nesta cidade de Santa Cruz do Sul à Rua Marechal Floriano no Liceu São Luiz, reuniram-se os Trabalhadores Rurais em Lavoura e Pecuária...". Este momento foi crucial para a organização e mobilização da classe trabalhadora rural na região.

Na sequência, em 5 de julho de 1962, a diretoria do sindicato se reuniu para discutir a legalização da entidade e a participação no 1º congresso estadual dos trabalhadores rurais do Rio Grande do Sul. A ata desse encontro destaca a decisão de que

"o Sindicato se fará representar pelo Presidente, sr. Orlando Schaefer, no 1º congresso estadual...". Essa mobilização inicial foi fundamental para estabelecer vínculos com outras entidades e fortalecer a organização sindical.

Em 24 de outubro de 1962, a busca por uma estrutura organizacional mais sólida levou à proposta de nomeação de um secretário efetivo, evidenciando a necessidade de um apoio administrativo: "O sr. Leopoldo Morsch... recomendou que os presentes escolhessem um rapaz para servir de secretário efetivo dos Sindicatos." Essa decisão ilustra a crescente complexidade das atividades sindicais e a importância da comunicação interna.

A preocupação com a educação e a conscientização dos associados também se manifestou nas reuniões do sindicato. Em 11 de fevereiro de 1963, foi sugerido que o sindicato oferecesse cal aos agricultores, destacando a necessidade de assistência técnica e material: "Foi sugerido que o sindicato se interessasse em benefícios os agricultores com cal." Este exemplo reflete a tentativa da entidade de atender às demandas diretas de seus membros.

No dia 22 de abril de 1963, a assembleia discutiu o registro do sindicato em Porto Alegre, evidenciando a necessidade de legalidade e representação: "Após haver palestrado... obtive a promessa da vinda... a Santa Cruz do Sul... que se deve manter um contato maior com os cobradores e delegados do interior." Esse diálogo interno enfatizou a importância de uma rede de contatos entre as diferentes instâncias do movimento sindical.

As atas também registram momentos de solidariedade e apoio mútuo entre os membros, como em 26 de agosto de 1963, quando o sindicato intercedeu em favor de um agricultor em dificuldades: "O sr. José Armindo Kloch... apresentou à diretoria e delegados o sr. João Peiter... Pede que o Sindicato interfira ante o Prefeito Municipal para lhe conseguir a isenção do pagamento de imposto." Isso mostra a relevância do sindicato como um espaço de suporte e defesa dos interesses coletivos.

A necessidade de uma defesa jurídica dos direitos dos colonos emergiu em 1964, quando se discutiu a contratação de um advogado: "O Sr. Dr. Leopoldo Morsch fez notar aos presentes a necessidade da defesa do colono contra a Far-sul." Essa preocupação com a proteção legal é um aspecto crucial da atuação sindical.

O contexto político do Brasil em 1964 também impactou as discussões do sindicato. Em 27 de abril de 1964, os membros expressaram esperança de que a nova presidência facilitasse a legalização dos sindicatos: "Foi uma verdadeira revolução esta da meados de abril... esperamos que dentro em breve estará tudo legalizado e registrado." Este momento de transição política influenciou diretamente a estratégia de mobilização e organização.

A busca pela modernização agrícola foi abordada em 6 de julho de 1964, com a proposta de cursos de liderança para os membros: "Noticiam ainda, que para setembro iriam partir a primeira turma de 'Cem coloninhos' para a Alemanha...". Esse esforço para aprimorar conhecimentos e práticas é um indicativo da visão progressista do sindicato.

A luta pela assistência médica rural também se destacou em reuniões subsequentes, como em 19 de maio de 1966, quando se propôs a aplicação do imposto sindical em assistência médica: "O Sr. Otávio Klafke, Presidente do S.T.R. de Venâncio Aires, apresentou sugestão à aplicar o imposto sindical em assistência médica." Essa proposta reflete a preocupação contínua com a saúde e o bem-estar dos trabalhadores rurais.

A filiação à FETAG em 18 de setembro de 1966 representou um marco importante para o sindicato, conforme indicado na ata: "Em seguida, o Sr. Presidente concedeu a palavra ao Dr. Emiliano Limberger que fez uma ampla explanação sobre a ratificação de filiação do Sindicato local à FETAG." A integração com uma federação maior fortaleceu a voz e a atuação do sindicato.

Ao longo da década de 1970, as discussões sobre bolsas de estudo e assistência médica continuaram a ser temas centrais, evidenciando o compromisso do sindicato com a educação e o suporte aos seus membros. Em 4 de setembro de 1970, por exemplo, cheques foram distribuídos aos bolsistas: "Foram distribuídos os cheques para os bolsistas do PEBE e seis bolsas do sindicato." Esse foco em educação é um testemunho da visão a longo prazo da entidade.

Em 21 de novembro de 1972, durante uma assembleia geral ordinária, o presidente do sindicato apresentou propostas significativas para a melhoria da assistência aos associados. Entre as deliberações, destacou-se a autorização para a contratação de um técnico rural, cuja finalidade foi amplamente discutida pelos presentes. O resultado da votação demonstrou um apoio expressivo, com 472 votos favoráveis, 33 contrários e 32

em branco. Essa decisão reflete a crescente demanda por assistência técnica na agricultura e a valorização do conhecimento especializado como ferramenta para o desenvolvimento rural (Ata nº 21, Assembleia geral ordinária, 21 de novembro de 1972, pág. 45).

Além disso, na mesma assembleia, foi aprovada a contratação de médicos para o ambulatório médico, que começaria a funcionar em janeiro de 1973, com 448 votos a favor, 23 contra e 32 em branco. Essa iniciativa evidencia a preocupação do sindicato em garantir acesso à saúde para os trabalhadores rurais, um aspecto essencial para a manutenção da força de trabalho no campo. A proposta de aquisição de um veículo para o ambulatório dentário, aprovada com 433 votos favoráveis, também demonstra um compromisso com a saúde bucal dos associados, fundamental para o bem-estar geral (Ata nº 21, 1972).

Em 18 de dezembro de 1974, durante uma assembleia extraordinária, o presidente abordou a necessidade de aumentar as mensalidades em decorrência da contratação de novos profissionais e da implementação de planos assistenciais. Ele mencionou a proposta de doação de um ônibus com ambulatório médico e gabinete dentário, proveniente do FUNRURAL, que visava atender especialmente agricultores em áreas de difícil acesso. Essa estratégia revela a intenção do sindicato de ir além das demandas imediatas, buscando soluções que ampliem o acesso à saúde e à assistência (Ata nº 25, Assembleia geral extraordinária, 18 de dezembro de 1974, pág. 51).

A mesma assembleia tratou da ampliação do Fundo de Assistência Médico-Hospitalar, que passou a cobrir não apenas as despesas de participação dos pacientes, mas também os custos de diárias hospitalares, medicamentos e exames, ampliando consideravelmente os benefícios oferecidos aos associados. Essa mudança mostra um avanço significativo nas políticas assistenciais do sindicato (Ata nº 25, 1974).

As reuniões subsequentes, como a de 21 de julho de 1976, trouxeram à tona questões sobre preços justos para os produtores de leite e a qualidade do atendimento veterinário. Agricultores expressaram suas preocupações sobre o atendimento da inspetoria veterinária, especialmente em relação a um surto de febre aftosa nos bovinos (Ata de Assembleia geral extraordinária, 21 de julho de 1976, pág. 58). Essas reivindicações demonstram a vigilância contínua dos agricultores sobre os serviços que impactam diretamente suas atividades produtivas.

Em 21 de dezembro de 1977, foram discutidas a necessidade de admitir novos funcionários para atender demandas relacionadas ao imposto de renda e documentação para financiamento de habitação. Essa preocupação com a regularização e apoio aos agricultores reforça o papel do sindicato como um agente facilitador das políticas públicas voltadas para o campo (Ata de Assembleia geral extraordinária, 21 de dezembro de 1977, pág. 65).

Em 9 de novembro de 1978, o tema da assistência veterinária foi novamente levantado, com a diretoria se comprometendo a estudar profundamente as questões relacionadas a esse benefício, enfatizando a importância de manter um suporte adequado para os associados (Ata de Assembleia geral extraordinária, 09 de novembro de 1978, pág. 70).

Por fim, em 29 de novembro de 1979, as discussões sobre a insuficiência dos benefícios oferecidos aos trabalhadores rurais em hospitais do interior revelaram a continuidade de desafios enfrentados pela classe. A fala do presidente sobre a análise de casos e a busca por soluções adequadas demonstram a responsabilidade da diretoria em lidar com as dificuldades e em garantir que os associados recebam a assistência necessária (Ata de Assembleia geral extraordinária, 29 de novembro de 1979, pág. 72).

As atas assistencialistas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Sul não apenas documentam as decisões tomadas em assembleias, mas também ilustram o papel central da organização na promoção de políticas de assistência e suporte aos trabalhadores rurais. Através de um trabalho coletivo e do engajamento ativo dos associados, o sindicato se firmou como uma entidade fundamental na luta por direitos e melhorias nas condições de vida da população rural.

O lugar político ocupado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Sul, conforme registrado nas atas, evidencia não só a sua função assistencialista, mas também a importância da organização na promoção de políticas públicas e de suporte aos trabalhadores rurais. Esse trabalho coletivo, que envolve o engajamento ativo dos associados, se traduz em um sindicato cada vez mais fortalecido e alinhado com as necessidades da população rural. Além de lutar por direitos e melhorias nas condições de vida, o sindicato busca constantemente criar um vínculo de confiança e pertencimento entre seus membros, essencial para o fortalecimento do movimento e a garantia da mobilização.

A entrevista com o associado destaca essa mesma importância ao afirmar: "Acredito que é o fortalecimento do quadro social, é que as pessoas entendam o real motivo, a real, como é que posso dizer, a real importância que tem o sindicato, eu acho que é isso, as atividades que o sindicato realiza realmente é para que as pessoas venham e saibam da importância que tem o sindicato, a importância de ser associado. (ET4, 10/01/2025)" Esse testemunho reforça a relevância do trabalho desenvolvido pelo sindicato na construção de uma base sólida de apoio, que vai além das questões assistenciais, indo em direção ao fortalecimento da identidade sindical e à conscientização sobre a necessidade de participação ativa. A busca por atrair novos associados, incluindo jovens e mulheres, é fundamental para garantir que o sindicato continue a ser uma voz ativa na luta pelos direitos dos trabalhadores rurais, assegurando sua relevância nas próximas gerações.

Finalmente, as atas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Sul documentam não apenas a evolução da organização, mas também os desafios enfrentados pela classe trabalhadora rural. Através de decisões coletivas, o sindicato buscou melhorias para seus associados, solidificando seu papel como um agente de transformação social na região.

As atas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Sul são um reflexo não apenas das ações da entidade, mas também das necessidades e desafios da classe trabalhadora rural ao longo do tempo. Elas documentam as decisões coletivas e as estratégias adotadas para buscar melhorias, além de mostrar o papel fundamental do sindicato como um agente de transformação social na região. De acordo com o Entrevistado 1 (10/01/2025), "Com a participação ativa dos associados, o sindicato se fortalece, criando uma comunidade mais unida e bem informada." Essa participação ativa é crucial para o sucesso do movimento sindical, pois não só fortalece a coesão entre os trabalhadores rurais, mas também garante que suas demandas sejam ouvidas e atendidas de maneira eficaz, promovendo mudanças significativas na realidade do campo.

A fase assistencialista do sindicato, que se estendeu de 1963 a 1980, foi um período decisivo na história das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no Brasil. Nesse contexto, os sindicatos se tornaram protagonistas na busca por direitos, funcionando como verdadeiros alicerces para a organização da classe trabalhadora. A criação do FUNRURAL em 1963, que estabeleceu o Estatuto do Trabalhador Rural e, posteriormente, o Programa de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural em 1971,

representou conquistas fundamentais para a proteção social dos trabalhadores rurais, oferecendo-lhes acesso a benefícios que até então eram escassos.

Neste período, o regime político autoritário impôs desafios significativos, mas os sindicatos conseguiram se adaptar e se fortalecer. Eles tornaram-se espaços de assistência e acolhimento, onde os trabalhadores buscavam não apenas proteção previdenciária, mas também atendimento médico, odontológico e acesso a bolsas de estudo para seus filhos. Essa atuação foi crucial em um momento em que o governo militar promovia a modernização da agricultura, integrando os trabalhadores ao seu projeto de desenvolvimento econômico.

Apesar da orientação assistencialista, que muitas vezes limitava a ação sindical a uma lógica de atendimento imediato, essa fase também lançou as bases para futuras mobilizações e lutas por direitos. Os sindicatos, ao oferecer serviços essenciais, conquistaram a confiança da classe trabalhadora, fortalecendo seu papel como representantes legítimos dos interesses dos trabalhadores rurais.

Em suma, a fase assistencialista do sindicato entre 1963 e 1980 não apenas atendeu às necessidades imediatas dos trabalhadores, mas também foi um período de aprendizado e construção de identidade. Essa fase deixou um legado importante para as lutas futuras, ao mostrar que a organização coletiva é uma ferramenta poderosa para a conquista de direitos e para a promoção da dignidade no trabalho rural.

A segunda fase das lutas e mobilizações dos trabalhadores e trabalhadoras na agricultura, conforme delineada pela FETAG, abrange as décadas de 1980 e 1990 e representa um período de significativa transformação social e política no Brasil. Com a democratização do país, surgiu um caráter reivindicatório nas ações sindicais, refletindo a crescente demanda por políticas públicas que apoiassem a agricultura familiar. Esse momento foi marcado pela mobilização em torno da aposentadoria rural, buscando garantir aos trabalhadores e trabalhadoras rurais um salário mínimo, essencial para a dignidade e a segurança financeira das famílias no campo.

Além disso, as lutas por uma política agrícola diferenciada enfatizaram o reconhecimento dos povos do campo como sujeitos de direitos, que deveriam ser assegurados constitucionalmente. Nesse contexto, a identidade da agricultura familiar ganhou relevância, tanto nas discussões acadêmicas quanto nas instâncias governamentais. Um marco importante desse período foi a criação do Programa Nacional

de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1995, que estabeleceu mecanismos de apoio financeiro às atividades agropecuárias, promovendo o emprego direto da força de trabalho dos produtores e de suas famílias.

Essa fase não apenas consolidou as reivindicações dos trabalhadores rurais, mas também fortaleceu a identidade da agricultura familiar como um pilar fundamental para o desenvolvimento sustentável do Brasil. As mobilizações desse período, portanto, foram essenciais para a construção de um cenário mais justo e equitativo, reconhecendo e valorizando o papel dos agricultores familiares na sociedade.

O papel dos sindicatos na defesa dos interesses dos trabalhadores rurais é essencial, conforme evidenciado nas atas de assembleias do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Sul. Em uma assembleia, discutiu-se amplamente o preço do fumo de estufa e a importância da união entre os Sindicatos Regionais e a FETAG, incluindo as federações do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e a Afubra. Essa colaboração busca garantir uma melhor classificação e preços mais justos para os plantadores (Ata de Assembleia geral extraordinária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Sul, 20 de novembro de 1980, p. 75).

Outra reunião abordou a falta de protestos no município, enfatizando que as reivindicações apresentadas pelas federações eram direcionadas apenas aos interesses de grandes produtores (Ata de Assembleia geral ordinária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Sul, 5 de agosto de 1982, p. 79). O presidente do sindicato destacou que a previdência é uma questão de grande relevância e que, ao longo dos anos, a entidade nunca se omitiu em sua atuação. Ele mencionou a participação da FETAG em várias comissões, como as de leite, reforma agrária e fumo, sublinhando a importância de uma atuação contínua e abrangente (Ata de Assembleia geral extraordinária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Sul, 18 de julho de 1984, p. 86).

Adicionalmente, discutiu-se a admissão de mulheres trabalhadoras rurais no quadro social do sindicato. O presidente apresentou um parecer da FETAG, que assegurava os direitos das mulheres para se associarem ao sindicato, com a exigência de pagamento da mensalidade equivalente à dos homens. Essa proposta gerou um debate, em que representantes manifestaram a necessidade de igualdade de direitos, destacando que as mulheres não aceitariam diferenças no pagamento das mensalidades (Ata de Assembleia geral extraordinária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Sul, 27 de novembro de 1986, p. 97).

A mobilização dos trabalhadores rurais em Santa Cruz do Sul durante os anos 1987 a 1990 reflete um esforço contínuo para garantir direitos e melhorar as condições de vida e trabalho na agricultura. Em 22 de julho de 1987, discutiu-se a necessidade de organizar um movimento referente à assistência médica e hospitalar, culminando em um protesto aprovado pela maioria para ocorrer no âmbito municipal, em Santa Cruz (Livro de atas número 2, Assembleia geral extraordinária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Sul, p. 004).

Pouco depois, em 17 de agosto de 1987, o futuro presidente destacou as insatisfações com a previdência, convocando os associados para um protesto programado (Livro de atas número 2, Assembleia geral ordinária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Sul, p. 005). Durante a mesma assembleia, as discussões se intensificaram, abordando a greve geral, a assistência médica e a política agrícola. Propostas foram apresentadas, como a necessidade de aposentadorias mais justas e a garantia de saúde e educação para os trabalhadores. O apoio de outros sindicatos, como o dos bancários, foi crucial para o sucesso da mobilização (Livro de atas número 2, Assembleia geral ordinária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Sul, p. 006).

Em 29 de março de 1988, foram apresentadas propostas específicas de diferentes setores, incluindo a fumiicultura, suinocultura e setor leiteiro, evidenciando a diversidade de preocupações dos trabalhadores. A comissão responsável discutiu propostas como o pagamento à vista do fumo e a redução do prazo de pagamento, refletindo a urgência em melhorar as condições de comercialização e assistência (Livro de atas número 2, Assembleia geral ordinária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Sul, p. 006).

No final de 1988, a discussão em torno da aposentadoria destacou a importância do FUNRURAL para os agricultores. A coordenadora do movimento das trabalhadoras rurais, Iraci Paulus, também enfatizou a participação das mulheres na luta pelos direitos, convocando um encontro estadual para o Dia Internacional da Mulher (Livro de atas número 2, Assembleia geral ordinária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Sul, p. 013).

Em 1989, o sindicato continuou a discutir questões prementes, como o custo de produção do fumo e a defasagem do preço do leite, resultando em propostas significativas que foram levadas à Fetag para negociação (Livro de atas número 2, Assembleia geral

ordinária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Sul, p. O14). A resistência à oferta da indústria do fumo e a demanda por melhores condições financeiras evidenciam a força da coletividade e a importância da organização sindical na luta pelos direitos dos trabalhadores (Livro de atas número 2, Assembleia geral extraordinária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Sul, p. O16).

Esses eventos culminaram em uma série de propostas que buscavam restaurar perdas financeiras e melhorar as condições de trabalho. As discussões em torno da previdência e do reconhecimento das mulheres no movimento sindical marcaram um avanço significativo na luta por direitos igualitários (Livro de atas número 2, Assembleia geral ordinária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Sul, p. O29).

Os repertórios educativos desenvolvidos pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Sul ao longo dos anos demonstram o papel fundamental da organização na formação e conscientização de seus membros. Em 1989, durante a Assembleia Geral Extraordinária, a prestação de contas do exercício de 1988 trouxe à tona questionamentos importantes sobre a transparência nas áreas de assistência médica, publicidade e programas de rádio. Foi votada, inclusive, a permanência do programa de rádio que ia ao ar pela rádio Santa Cruz, mostrando como os meios de comunicação eram uma ferramenta estratégica na educação e mobilização da classe trabalhadora (Livro de Atas nº 2, 29 de junho de 1989, pág. O19).

Ainda na mesma assembleia, a coordenadora do Movimento das Trabalhadoras Rurais, Iraci Paulus, destacou a importância da inclusão das mulheres no sindicato, reforçando a necessidade de que elas se associassem para fortalecer o movimento sindical. Além disso, mencionou a participação no segundo seminário nacional das trabalhadoras rurais, demonstrando como a educação sindical e a formação de lideranças femininas eram pautas prioritárias (Livro de Atas nº 2, 29 de junho de 1989, pág. O19).

Já em 29 de novembro de 1989, outra reunião destacou a importância de se destinar parte dos recursos para a educação dos trabalhadores rurais. Durante a discussão sobre a anuidade e o FAOMEH para o exercício de 1990, uma das propostas sugeriu que 5 quilos de fumo fossem destinados à educação, formação e organização dos trabalhadores, ressaltando que, embora a educação formal seja responsabilidade da escola, o sindicalismo também tem um papel educativo essencial (Livro de Atas nº 2, 29 de novembro de 1989, pág. O20).

Essas iniciativas educacionais não pararam por aí. Em dezembro de 1989, foi discutido o custo de produção do fumo e suas implicações econômicas, evidenciando a necessidade de educar os agricultores sobre gestão, organização e reivindicações justas. As propostas incluíam a recuperação das perdas inflacionárias e a garantia de indenizações para agricultores atingidos por intempéries, reforçando a importância de se capacitar os trabalhadores para lidar com questões econômicas complexas (Livro de Atas nº 2, 27 de dezembro de 1989, pág. O21).

Finalmente, em 1990, Iraci Paulus novamente trouxe à tona a questão da participação das mulheres, enfatizando a importância de programas voltados para os direitos e a inclusão da mulher rural na sociedade. A luta pelo direito à previdência social e outros direitos constitucionais foi abordada, evidenciando como o sindicato atuava não só como uma entidade de representação, mas também como um espaço de aprendizado sobre os direitos dos trabalhadores (Livro de Atas nº 2, 18 de dezembro de 1990, pág. O29).

Esses exemplos extraídos das atas mostram como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Sul construiu, ao longo do tempo, um sólido repertório educativo, abrangendo desde a comunicação de massa, até a capacitação técnica e a luta por direitos sociais, sempre com o objetivo de fortalecer a classe trabalhadora e promover sua mobilização sociopolítica.

Assim, a segunda fase das lutas e mobilizações dos trabalhadores e trabalhadoras na agricultura, marcada pela busca de direitos e reconhecimento da identidade da agricultura familiar, não apenas consolidou conquistas significativas, como também pavimentou o caminho para a criação de políticas públicas essenciais, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Este programa se tornou um marco no fortalecimento da agricultura familiar no Brasil, ao destinar apoio financeiro às atividades agropecuárias que utilizam a força de trabalho dos produtores e suas famílias. Nesse contexto de democratização, a luta pela aposentadoria rural e por políticas agrícolas diferenciadas destacou a importância da agricultura familiar como um elemento central nas discussões acadêmicas e nas instâncias estatais, garantindo que os direitos dos povos do campo fossem reconhecidos e respeitados constitucionalmente.

A terceira fase das lutas e mobilizações dos trabalhadores e trabalhadoras na agricultura, abrangendo a década de 1990 e a primeira década do século XXI, representa um período crucial na conquista de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar

no Brasil. Nesse contexto, o movimento sindical assumiu um papel de destaque ao enfatizar a necessidade de políticas de universalização do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como a ampliação dos direitos previdenciários e trabalhistas.

Essa era de mobilização resultou na criação de diversos programas e políticas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Troca-Troca, e o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), entre outros. Esses esforços não apenas promoveram o desenvolvimento da agricultura familiar, mas também traduziram a crescente importância sociopolítica dos agricultores e agricultoras familiares, evidenciando seu reconhecimento tanto pela sociedade quanto pelo Estado brasileiro. Assim, essa fase não apenas consolidou conquistas significativas, mas também estabeleceu as bases para uma nova configuração das relações entre o campo e a política, reforçando a relevância da agricultura familiar na construção de um país mais justo e igualitário.

A terceira fase das lutas e mobilizações dos trabalhadores e trabalhadoras na agricultura, especialmente entre as décadas de 1990 e 2000, reflete a crescente importância da organização sindical na conquista de direitos e políticas públicas. Nas atas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Sul, é possível observar como questões de saúde e previdência social se tornaram centrais nas discussões da época. Em 9 de abril de 1991, um associado levantou preocupações sobre o número de corridas de ambulância, evidenciando a necessidade de acompanhamento da política de saúde, incluindo o SUS, e destacando as dificuldades da diretoria em comunicar essas questões complexas aos associados (Livro de Atas nº 2, pág. 035).

No que tange à previdência social, as discussões em 23 de abril de 1992 sobre a nova lei nº 8.213 mostraram a luta pela inclusão dos trabalhadores rurais nos benefícios, como aposentadorias e auxílio-doença. Apesar das promessas de avanço, lamentou-se que nenhum segurado havia recebido os benefícios até aquele momento, e a pressão por protestos públicos foi uma resposta clara à ineficácia do governo em cumprir a lei (Livro de Atas nº 2, pág. 041).

Em 29 de abril de 1993, a discussão sobre a fundação do novo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Gramado Xavier e a cedência de um ambulatório dentário sublinhou a importância do fortalecimento da base organizacional e da saúde dos associados (Livro de Atas nº 2, pág. 048). Já em 14 de dezembro de 1993, o tesoureiro da Fetag enfatizou as conquistas previdenciárias, mas também alertou sobre a baixa

participação dos agricultores nas decisões assembleares e os riscos de mudanças constitucionais que poderiam prejudicar os segurados (Livro de Atas nº 3, pág. 003).

As manifestações públicas também foram uma estratégia importante, como demonstrado em 12 de abril de 1994, quando a assembleia se mobilizou em prol da previdência, exigindo uma nova análise dos processos indeferidos pelo INSS. A disposição da assembleia em convocar novas manifestações se mostrou uma resposta contundente à ineficácia das instâncias governamentais (Livro de Atas nº 3, pág. 005).

A questão do leite e do meio ambiente foi um tema recorrente nas assembleias do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Sul, evidenciando a intersecção entre produção agrícola e sustentabilidade. Em 19 de abril de 1995, o presidente destacou a importância da legislação ambiental, mencionando que o Código Florestal proíbe o corte de árvores nativas sem a devida licença. O sindicato, junto a entidades como a Afubra e a Secretaria Municipal de Agricultura, já havia solicitado um posto de licenciamento do Ibama em Santa Cruz do Sul, sem sucesso até aquele momento. Essa falta de acesso à regularização ambiental gerava preocupações para os agricultores, que estavam se precavendo contra possíveis multas (Livro de Atas nº 3, pág. 10).

Além das questões ambientais, o preço do leite pago aos produtores também foi alvo de debate. O Sr. Roque Paulus informou que a comissão do leite se reunia mensalmente com a indústria, mas não havia avançado nas negociações sobre o valor pago aos agricultores. Como resultado dessa insatisfação, foi anunciado que, caso não houvesse progresso nas próximas rodadas de negociação em maio, o estado inteiro se mobilizaria em protesto. Essa mobilização não apenas demonstrava a insatisfação dos produtores, mas também a união da classe em busca de condições justas de trabalho e remuneração (Livro de Atas nº 3, pág. 10).

Em 26 de abril de 1996, a assembleia continuou a abordar necessidades locais, com os associados pedindo a inclusão na ata do pedido de um gabinete dentário para Vale do Sol, onde o sindicato tinha uma extensão de base. Isso reforça a importância da saúde e bem-estar dos associados e o papel do sindicato em atender demandas da comunidade (Livro de Atas nº 3, pág. 12).

No final de 1996, especificamente em 18 de dezembro, a assembleia aprovou um importante avanço na administração de benefícios previdenciários. O sindicato passou a atuar os processos de aposentadoria, pensão, salário maternidade, auxílio-doença e

acidente de trabalho, eliminando a necessidade de os associados irem ao INSS para a solicitação desses benefícios. Essa medida simplificou o acesso dos trabalhadores aos direitos conquistados e fortaleceu o papel do sindicato como um agente facilitador no suporte aos seus associados (Livro de Atas nº 3, pág. 14).

Por fim, os associados manifestaram a necessidade de um programa de rádio semanal, além do programa já existente aos domingos. Essa demanda reforça a importância da comunicação e da informação no fortalecimento da comunidade agrícola, permitindo que os trabalhadores fiquem atualizados sobre as lutas e atividades do movimento sindical. Essa solicitação demonstra o desejo dos agricultores de estarem informados e engajados nas questões que os afetam diretamente, promovendo um ambiente de colaboração e mobilização contínua.

O "Grito da Terra Brasil" se tornou um marco importante nas mobilizações dos agricultores familiares, conforme discutido nas assembleias do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Sul. Em 29 de abril de 1997, o secretário Roque Paulus enfatizou a relevância dessas mobilizações, que ocorreriam em todo o estado e a nível nacional durante o mês de maio. Ele destacou a necessidade da participação ativa dos agricultores nas ações programadas, que buscavam reivindicar junto ao governo estadual e federal questões essenciais como crédito, preços justos, garantia de comercialização e condições dignas de saúde para os trabalhadores rurais (Livro de Atas nº 3, pág. 15). Essa mobilização refletia não apenas a insatisfação com as políticas existentes, mas também a determinação dos agricultores em assegurar seus direitos e necessidades.

Além disso, a assembleia de 25 de setembro de 1997 trouxe à tona a proposta de alteração dos artigos que regem o Sindicato, delineando claramente seu papel na defesa e representação dos trabalhadores rurais e buscando melhorias nas condições de vida e trabalho. O presidente, Sr. Pedro Oswino Etges, ressaltou a importância da autonomia sindical e a defesa dos direitos fundamentais, além de propor a organização de delegacias conforme as necessidades locais (Livro de Atas nº 3, pág. 17). Essa mudança de redação visava fortalecer a estrutura organizacional do sindicato, refletindo um compromisso renovado com a luta pelos direitos dos trabalhadores.

Em 13 de abril de 1998, a assembleia discutiu os desafios enfrentados com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), onde o presidente relatou que muitos projetos estavam represados nos bancos, dificultando o

acesso aos recursos essenciais para a agricultura familiar. Heitor José Schuch, presidente da Fetag, reafirmou que, apesar das dificuldades, o Pronaf continuava sendo uma conquista significativa para os agricultores (Livro de Atas nº 3, pág. 21).

Durante os anos 2000, as discussões sobre a previdência social e as propostas de mobilização se intensificaram. Em 19 de dezembro de 2001, o presidente relatou as mobilizações programadas para 2002, que buscavam garantir direitos aos aposentados, como acesso a medicamentos gratuitos e descontos nas passagens intermunicipais (Livro de Atas nº 3, pág. 33). A partir de 2003, a marcha das trabalhadoras rurais, a Marcha das Margaridas, se destacou como um evento central, reunindo milhares de mulheres em Brasília para reforçar as reivindicações do movimento sindical (Livro de Atas nº 3, pág. 40).

Os anos seguintes também foram marcados por conquistas significativas, como a construção de novas casas para agricultores familiares em parceria com a COOHAF e a Caixa Federal, evidenciando a atuação do movimento sindical na busca por melhorias habitacionais (Livro de Atas nº 3, pág. 48 e 55). Em 31 de março de 2009, a assembleia discutiu os cursos de capacitação do SENAR, ressaltando a importância da formação continuada para os agricultores, promovendo não apenas o desenvolvimento profissional, mas também a valorização do trabalho rural (Livro de Atas nº 3, pág. 59).

A terceira fase das lutas e mobilizações dos trabalhadores rurais, abrangendo a década de 1990 até a primeira década do século XXI, representou um período decisivo para a agricultura familiar no Brasil. Durante essa época, o movimento sindical consolidou conquistas significativas em políticas públicas, com foco na universalização do acesso a direitos fundamentais, como saúde, previdência e crédito rural. A criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e outros programas de apoio demonstraram a crescente importância da agricultura familiar na agenda política nacional.

As atas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Sul revelam um movimento coeso e determinado, que mobilizou os agricultores em busca de melhores condições de vida e trabalho. Os debates em assembleias, as mobilizações como o Grito da Terra Brasil e a Marcha das Margaridas evidenciam a luta constante por reconhecimento e direitos. Esse período não só fortaleceu a identidade da agricultura familiar, mas também garantiu que a voz dos trabalhadores rurais fosse ouvida, resultando em avanços que ainda ressoam na atualidade. A transformação da realidade rural, em

grande parte, deve-se a esse compromisso coletivo, que continua a inspirar novas gerações na defesa dos direitos e dignidade do trabalhador rural.

A quarta fase das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, que se inicia na década de 2010 e se estende até o presente, é marcada por uma intensa efervescência política e mobilizações que refletem a diversidade de demandas e desafios enfrentados pela agricultura familiar. Neste período, questões como meio ambiente, a inclusão das mulheres e dos jovens no campo, a qualidade de vida, a sucessão familiar e a educação rural ganham destaque nas pautas sindicais. A Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG) reconhece que essa fase é caracterizada por uma nova relação entre a agricultura familiar e os governos, assim como pela formação de novas bases de mobilização.

Entre as mobilizações mais significativas, destacam-se o Grito da Terra Brasil, a Marcha das Margaridas, o Festival Nacional da Juventude Rural e o Encontro Nacional de Formação (ENAFOR). O Grito da Terra Brasil, promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), congrega anualmente milhares de trabalhadores em Brasília, defendendo uma ampla agenda política que abrange a reforma agrária, políticas agrícolas justas, agroecologia, direitos trabalhistas e previdenciários, saúde e educação no campo, entre outros. Este movimento reflete a capacidade do sindicalismo rural em articular e mobilizar diversos segmentos sociais, fortalecendo a luta por um futuro mais sustentável e igualitário para a agricultura familiar no Brasil. Essa fase não apenas reafirma a importância da agricultura familiar, mas também a sua centralidade nas discussões sobre desenvolvimento rural e justiça social.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Sul, com extensão aos municípios de Sinimbu, Vale do Sol e Herveiras, apresentou avanços significativos em suas atividades durante a década de 2010, especialmente em relação ao crédito fundiário e às habitações.

Em 23 de novembro de 2010, o secretário Gerson Morsch relatou que o sindicato havia encaminhado cerca de 130 propostas de crédito fundiário, todas aprovadas, totalizando um investimento de R\$4.550.000,00. Além disso, mencionou a apresentação de 25 propostas na Redur de Santa Maria para análise do projeto "Minha Casa, Minha Vida". Morsch anunciou que, a partir de março, seriam iniciadas visitas e reuniões para um trabalho de campo focado na implementação dessas propostas (Livro de atas nº 3, p. 65).

Na assembleia de 20 de abril de 2011, Morsch fez uma explanação detalhada sobre as atividades realizadas em diversos setores da agricultura, incluindo a participação em mobilizações regionais e até fora do Brasil, o que demonstrou o envolvimento ativo do sindicato na defesa dos interesses dos associados (Livro de atas nº 3, p. 67).

A explanação de Morsch na assembleia de 20 de abril de 2011, registrada no Livro de atas nº 3, p. 67, ilustra claramente o envolvimento do sindicato em ações de mobilização, tanto em nível regional quanto internacional, destacando a relevância das atividades realizadas para a defesa dos interesses dos associados. De acordo com o Entrevistado 2 (10/01/2025), "Essas atividades são fundamentais para fortalecer o sindicato, pois elas aproximam os agricultores da proposta sindical e os engajam nas lutas coletivas. Elas ajudam os agricultores a entenderem que o sindicato está ao lado deles, lutando por melhores condições de trabalho, e isso cria um vínculo de confiança, essencial para a união e a mobilização." Esse engajamento, demonstrado tanto nas mobilizações como nas ações contínuas do sindicato, é crucial para fortalecer o vínculo entre os agricultores e a entidade, além de promover a conscientização e a organização dos trabalhadores para enfrentar os desafios do campo.

Em 23 de novembro de 2011, o vice-presidente destacou a diversificação das propriedades rurais, enfatizando que o governo federal se comprometeu a comprar no mínimo 30% da merenda escolar da agricultura familiar. Nesse contexto, o leite foi citado como uma importante fonte de renda para os agricultores (Livro de atas nº 3, p. 69). O deputado Heitor Schuh também propôs a separação de parte do orçamento para futuras mobilizações previdenciárias e discutiu a questão ambiental, mencionando isenções para propriedades de até 4 módulos fiscais em relação à reserva legal (Livro de atas nº 3, p. 70).

O sindicato continuou a promover mobilizações e a preparar seus associados para eventos importantes, como as plenárias regionais em novembro de 2012, que visavam a preparação para o 11º congresso da CONTAG (Livro de atas nº 3, p. 74). Em 9 de abril de 2015, foi anunciada uma mobilização em Venâncio Aires para protestar contra a má compra do tabaco e a falta de remuneração adequada para as classes de agricultores (Livro de atas nº 3, p. 84).

Em 25 de novembro de 2024, foi mencionado que o sindicato estava negociando com as secretarias municipais de saúde para a distribuição de protetor solar, demonstrando a preocupação com a saúde dos agricultores (Livro de atas nº 3, p. 84).

Em 29 de abril de 2017, destacou-se a mobilização realizada em 21 de fevereiro, que reuniu mais de 10.000 agricultores em Santa Cruz do Sul. Essa mobilização resultou em alguns avanços, embora o grande desafio continuasse sendo a contribuição individual dos agricultores. A coordenadora das mulheres, Iraci Paulus, incentivou a participação feminina no sindicato, enfatizando a importância de unir forças para preservar os direitos conquistados na Constituição de 1988 (Livro de atas nº 3, p. 91).

A mobilização de 21 de fevereiro de 2017, que reuniu mais de 10.000 agricultores em Santa Cruz do Sul, foi um marco significativo na luta dos trabalhadores rurais pela preservação de seus direitos. De acordo com as atas do Sindicato, essa mobilização não apenas resultou em avanços, mas também destacou a importância da contribuição coletiva dos agricultores para o fortalecimento do movimento sindical (Livro de atas nº 3, p. 91). A coordenadora das mulheres, Iraci Paulus, ressaltou a relevância de unir forças para proteger os direitos conquistados na Constituição de 1988, especialmente em tempos de desafios e tentativas de retrocessos. Esse movimento também evidenciou a necessidade de uma participação mais ativa, incluindo o papel fundamental das mulheres no sindicato, para garantir que os avanços sociais conquistados não fossem perdidos.

Em conexão com essa mobilização, o Entrevistado 3 (10/01/2025) destacou a importância das atividades promovidas pelo sindicato, como "as mobilizações, cursos de capacitação e oficinas", que são fundamentais para fortalecer tanto o movimento sindical quanto o próprio agricultor. Segundo ele, essas atividades não só educam os agricultores sobre seus direitos, mas também os conscientizam sobre a importância da união e da solidariedade. Ao participar desses eventos, os trabalhadores se sentem mais preparados para enfrentar os desafios do campo, compreendendo melhor as ferramentas e estratégias para negociar melhores condições de trabalho.

Esse fortalecimento do movimento sindical, conforme destacado pelo entrevistado, também se reflete em um crescimento da rede de apoio entre os trabalhadores, que passam a se ajudar mutuamente. As atividades promovidas pelo sindicato, além de formar um coletivo mais engajado e ativo, contribuem para a construção de uma organização mais sólida e bem estruturada. Isso cria um ambiente de mobilização constante, onde a união e a troca de experiências se tornam fundamentais para a luta por direitos e por melhores condições de vida no campo.

O fortalecimento contínuo do movimento sindical está intimamente ligado à capacidade de se renovar e se adaptar às necessidades dos trabalhadores rurais, como

ressaltado pelo entrevistado. Esse fortalecimento, conforme destacado, reflete-se na criação de uma rede de apoio entre os trabalhadores, onde a união e a colaboração mútua se tornam essenciais. A busca por novos quadros e lideranças, além de garantir a renovação do movimento sindical, potencializa a formação de um coletivo mais engajado e ativo, capaz de fortalecer a organização e promover uma mobilização constante. Esse dinamismo é crucial para enfrentar os desafios contemporâneos, como as questões de representação e a necessidade de se manter atualizado com as novas demandas da sociedade rural.

Essa busca por novos quadros e lideranças no movimento sindical reflete uma necessidade constante de renovação e adaptação às mudanças da sociedade e da agricultura. O Entrevistado 5 (10/01/2025) afirmou que "o dirigente sindical tem um olhar diário, participar das reuniões. Isso é a principal função do sindicato no século XXI, buscar novos quadros, novas lideranças." Essa renovação não se limita apenas à escolha de novos líderes, mas também à promoção de um ambiente inclusivo, onde as novas gerações, mulheres e aposentados possam ocupar espaços de destaque dentro do movimento. A busca por novas ideias e diferentes perspectivas fortalece a capacidade do sindicato de continuar se posicionando como um agente de transformação social, respondendo às necessidades de seus associados com inovação e compreensão das questões contemporâneas.

O entrevistado também ressaltou a importância de "fazer com que esses que estão 20, 30 anos dêem espaço para novas mulheres se manifestarem, ocuparem esses espaços", o que demonstra a necessidade de evolução nas práticas do movimento sindical. Essa renovação é crucial para garantir que a luta sindical seja contínua, representando as demandas de uma sociedade rural cada vez mais diversa. A inclusão de mulheres, jovens e aposentados nas decisões e lideranças é um passo fundamental para ampliar a representatividade e a eficácia das ações do sindicato, garantindo que ele continue a atuar de maneira inclusiva e representativa de todas as camadas da população rural.

Além disso, a ênfase dada pelo entrevistado na importância da reforma, "batendo nessa tecla há bastante tempo", é uma prova de como o sindicato deve se manter firme na busca por mudanças estruturais, que atendam às novas demandas da agricultura familiar e dos trabalhadores rurais. A contínua renovação dos quadros e a valorização de novas lideranças são essenciais para que o sindicato continue a ser um espaço dinâmico de

resistência e transformação, capaz de liderar a luta por direitos, melhorias nas condições de vida e a promoção de justiça social no campo.

Em 25 de novembro de 2017, a assembleia abordou a necessidade de alterar a legislação relacionada às agroindústrias familiares, alertando que sem mudanças, muitas delas poderiam fechar no próximo ano. A convocação para novas mobilizações em Brasília foi uma resposta à urgência da situação (Livro de atas nº 3, p. 95).

No dia 24 de novembro de 2018, o deputado estadual Elton Weber agradeceu ao movimento sindical pelo apoio recebido em sua reeleição, ressaltando a importância da união coletiva. Ele se comprometeu a trabalhar para simplificar legislações que impactam a produção do tabaco, o código florestal e as agroindústrias familiares. A proposta de diferenciação da anuidade para jovens associados foi discutida, com o objetivo de incentivar a adesão de novos membros e fortalecer a sucessão familiar e sindical (Assembleia Geral ordinária de Previsão Orçamentária, 24 de novembro de 2018).

Em 18 de novembro de 2020, as atividades com os idosos foram limitadas devido à pandemia, mas algumas aconteceram online. A coordenadora de jovens, Mariele Muller, relatou que as atividades com jovens continuaram de forma virtual, incentivando a participação dos filhos dos associados nas ações sindicais (Assembleia Geral ordinária de Previsão Orçamentária, 18 de novembro de 2020).

Por fim, em 26 de novembro de 2021, o presidente Renato Goerck alertou sobre os créditos de carbono, destacando que os agricultores que preservam suas áreas receberão compensações financeiras, mas devem estar atentos a atravessadores. Ele também convocou os associados para o "10º Grito de Alerta", programado para o município de Ijuí, enfatizando a importância da mobilização para garantir os direitos da agricultura familiar (Assembleia Geral ordinária de Previsão Orçamentária, 26 de novembro de 2021).

As atas das assembleias do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Sul revelam um retrato dinâmico da luta e das conquistas da agricultura familiar na região. Através de discussões e decisões coletivas, os membros do sindicato têm buscado fortalecer suas bases e defender seus direitos em diversas frentes.

Um exemplo recente é a negociação, em 25 de novembro de 2024, com as secretarias municipais de saúde para a distribuição de protetor solar, evidenciando a preocupação com a saúde dos agricultores (Livro de atas nº 3, p. 84).

Em 29 de abril de 2017, a assembleia destacou uma mobilização realizada em 21 de fevereiro, que reuniu mais de 10.000 agricultores em Santa Cruz do Sul. Essa mobilização trouxe alguns avanços, embora o grande desafio continuasse sendo a contribuição individual dos agricultores. Iraci Paulus, coordenadora das mulheres, enfatizou a importância de unir forças para preservar os direitos conquistados na Constituição de 1988 (Livro de atas nº 3, p. 91).

Outro ponto relevante foi discutido em 25 de novembro de 2017, quando se alertou sobre a necessidade de alterar a legislação que afeta as agroindústrias familiares. O sindicato se preparava para novas mobilizações em Brasília, considerando a urgência da situação (Livro de atas nº 3, p. 95).

Em 24 de novembro de 2018, o deputado estadual Elton Weber agradeceu ao movimento sindical pelo apoio em sua reeleição, destacando a importância da união coletiva e comprometendo-se a trabalhar para simplificar legislações relacionadas à produção do tabaco, ao código florestal e às agroindústrias familiares. Nesse contexto, foi proposta uma diferenciação da anuidade para jovens associados, visando incentivar sua adesão e fortalecer a sucessão familiar e sindical (Assembleia Geral ordinária de Previsão Orçamentária, 24 de novembro de 2018).

Em 18 de novembro de 2020, as atividades voltadas para os idosos foram limitadas devido à pandemia, mas algumas ocorreram de forma online. A coordenadora de jovens, Mariele Muller, relatou que as atividades com os jovens continuaram de maneira virtual, incentivando a participação dos filhos dos associados nas ações sindicais (Assembleia Geral ordinária de Previsão Orçamentária, 18 de novembro de 2020).

Por fim, em 26 de novembro de 2021, o presidente Renato Goerck alertou sobre os créditos de carbono, destacando que os agricultores que preservam suas áreas receberão compensações financeiras, mas devem estar atentos a atravessadores. Ele convocou os associados para o "10º Grito de Alerta", que aconteceria em Ijuí, ressaltando a importância da mobilização para garantir os direitos da agricultura familiar (Assembleia Geral ordinária de Previsão Orçamentária, 26 de novembro de 2021).

A quarta fase do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Cruz do Sul, iniciada em 2010, é marcada por intensas mobilizações e marchas que têm sido fundamentais na luta por direitos e melhorias nas condições de vida dos agricultores

familiares. As ações, como o "Grito de Alerta", mobilizam milhares de trabalhadores, evidenciando a força coletiva e a urgência das reivindicações.

Novos temas emergiram, refletindo as transformações sociais e econômicas do século XXI. A questão da sustentabilidade, incluindo os créditos de carbono e práticas agrícolas sustentáveis, ganhou destaque, ao lado da defesa de políticas que garantam a compra de produtos da agricultura familiar, como a merenda escolar. Além disso, a inclusão de mulheres e jovens nas discussões e ações do sindicato trouxe novas perspectivas e abordagens, promovendo um ambiente mais diversificado e representativo.

Essas mobilizações não apenas reafirmam os direitos históricos dos trabalhadores rurais, mas também incorporam novas demandas sociais, como a proteção ambiental e a justiça econômica, refletindo um compromisso contínuo com a equidade e o desenvolvimento sustentável. A adaptabilidade do sindicato a esses novos desafios é um testemunho de sua relevância e vitalidade na atualidade.

7. MOBILIZAÇÃO COLETIVA E REPERTÓRIOS DE EDUCAÇÃO A PARTIR DO FESTIVAL NACIONAL DA JUVENTUDE RURAL

O Festival Nacional da Juventude Rural é uma iniciativa promovida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que tem se consolidado como um espaço fundamental para a mobilização coletiva e a educação de jovens rurais no Brasil. Este evento é realizado periodicamente e reúne milhares de jovens de diversas regiões do país, proporcionando um ambiente de troca de experiências, aprendizado e fortalecimento de redes sociais. A mobilização coletiva e os repertórios de educação promovidos pelo festival são essenciais para o desenvolvimento rural sustentável e para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Este capítulo busca explorar, em profundidade, os mecanismos de mobilização coletiva e os repertórios de educação que emergem do Festival Nacional da Juventude Rural, analisando seu impacto nas comunidades rurais e na formação de uma identidade coletiva entre os jovens do campo. Para tanto, o estudo se apoia em uma revisão bibliográfica abrangente e na análise de dados coletados durante o festival.

A mobilização coletiva pode ser entendida como um processo pelo qual indivíduos se organizam e agem em conjunto para alcançar objetivos comuns. Segundo Tilly (2004), a mobilização envolve a criação de um sentido de solidariedade e a coordenação de ações para promover mudanças sociais e políticas. No contexto rural, a mobilização coletiva é particularmente importante devido aos desafios enfrentados pelas comunidades rurais, como a falta de acesso a recursos, políticas públicas e direitos básicos.

O processo de mobilização anterior ao festival envolve uma série de ações coordenadas por diferentes instâncias da CONTAG, sindicatos rurais e federações estaduais. Inicialmente, os sindicatos rurais e suas federações realizam encontros regionais e locais para sensibilizar os jovens sobre a importância do evento. Essas mobilizações incluem atividades de comunicação, como distribuições de materiais informativos, reuniões com lideranças locais, e campanhas nas redes sociais, com o objetivo de convocar a juventude rural para participar. A mobilização é um esforço conjunto, onde as lideranças regionais, em parceria com as comissões estaduais e as federadas, organizam caravanas, fornecem transporte e apoio logístico para garantir que o maior número possível de jovens possa se deslocar até o festival. Esse processo ocorre

principalmente em espaços como escolas rurais, centros comunitários e eventos organizados pelo próprio sindicato, onde os jovens têm a oportunidade de se inscrever e garantir sua participação no evento. Esse esforço tem como objetivo fortalecer a articulação entre os jovens de diferentes regiões e dar visibilidade às demandas que serão levadas para o festival.

Além disso, a mobilização prévia é também um momento formativo, no qual os jovens participam de reuniões ampliadas, oficinas de preparação e rodas de conversa sobre os temas que serão debatidos no festival. Esse processo contribui para o amadurecimento político dos participantes e estimula o desenvolvimento de lideranças locais. A articulação com as escolas do campo e instituições parceiras também potencializa a divulgação e o engajamento, especialmente entre os jovens que estão em processo de organização comunitária ou atuando em grupos de base.

Outro elemento importante nesse processo são os materiais pedagógicos e metodológicos preparados pela Comissão Nacional de Jovens da CONTAG, que orientam os sindicatos e federações sobre como conduzir as atividades de mobilização e formação. Cartilhas, vídeos, podcasts e guias de facilitação são utilizados para garantir que os jovens cheguem ao festival com um repertório mínimo comum, o que favorece a construção de uma pauta coletiva nacional. Esse alinhamento é fundamental para transformar o festival em um espaço de incidência política e expressão da diversidade da juventude rural brasileira.

A mobilização também fortalece os vínculos entre gerações dentro do movimento sindical, pois envolve dirigentes mais experientes que atuam como apoiadores no processo. Essa relação intergeracional contribui para o reconhecimento da juventude como parte essencial da luta pela terra, pela agroecologia, pela educação do campo e pela permanência das famílias no meio rural.

Assim, a mobilização prévia ao Festival Nacional da Juventude Rural não é apenas logística, mas profundamente política e educativa, consolidando-se como parte do processo contínuo de formação e organização da juventude do campo em todo o território nacional.

A mobilização coletiva no âmbito do Festival Nacional da Juventude Rural assume um papel transformador ao permitir que jovens rurais reconheçam e reivindiquem seus direitos, além de fortalecer suas comunidades por meio da cooperação e da

construção de redes de apoio. Esses processos são impulsionados por dinâmicas educativas e culturais promovidas durante o evento, que se consolidam como instrumentos de empoderamento e formação política.

Um dos principais objetivos do festival é fomentar o protagonismo juvenil no campo, estimulando a participação ativa na formulação de políticas públicas e na luta por uma sociedade mais justa. Para isso, o evento oferece um espaço de reflexão sobre questões cruciais como reforma agrária, sustentabilidade, educação no campo, gênero e geração de renda. Esses temas são abordados por meio de oficinas, palestras, grupos de trabalho e apresentações culturais, proporcionando uma aprendizagem dinâmica e contextualizada.

Os repertórios de educação promovidos pelo festival envolvem métodos participativos que priorizam a troca de saberes entre os jovens e suas comunidades. A pedagogia freireana é uma influência significativa nesse processo, pois enfatiza a educação como um ato de conscientização e transformação social. Segundo Freire (1987), “a educação não transforma o mundo. A educação muda as pessoas e as pessoas transformam o mundo”. Esse enfoque é fundamental para criar lideranças jovens capazes de mobilizar suas comunidades em prol de mudanças estruturais.

Outro aspecto central é a construção de uma identidade coletiva entre os jovens participantes. Essa identidade se forma a partir do compartilhamento de experiências e desafios comuns, além do reconhecimento das potencialidades do campo como espaço de vida e produção. A participação no festival permite que os jovens se conectem com as lutas históricas dos trabalhadores rurais e fortaleçam seu compromisso com a defesa dos direitos e da cultura do campo.

A importância da participação no festival já foi bem abordada anteriormente, sendo que ele representa uma oportunidade de aprendizado coletivo e de construção de uma rede de apoio entre jovens rurais de diferentes localidades. A participação ativa no evento permite que os jovens se empoderem das questões que afetam suas vidas e que, ao mesmo tempo, fortaleçam seu senso de pertencimento a um movimento maior, que visa a transformação das condições de vida no meio rural. Eles retornam para suas comunidades com maior clareza sobre suas demandas e com um compromisso renovado com as lutas pelo direito do campo.

Os impactos do festival se refletem na ampliação das capacidades técnicas e políticas dos jovens, que retornam às suas comunidades com maior confiança e habilidades para promover iniciativas locais. Esse retorno se materializa na forma de projetos comunitários, campanhas de sensibilização e ações articuladas com movimentos sociais e entidades de classe, como sindicatos e associações.

Além disso, o festival é também um espaço para questionar e propor soluções para os desafios enfrentados pelos jovens rurais, como o êxodo juvenil, a precariedade da educação no campo, a falta de infraestrutura e as desigualdades de gênero. A articulação desses temas com as demandas locais e nacionais fortalece as lutas coletivas e contribui para a consolidação de uma agenda política voltada ao desenvolvimento rural sustentável.

Além disso, o festival também se configura como um espaço de reflexão e proposição de soluções para os diversos desafios enfrentados pelos jovens rurais, como o êxodo juvenil, a precariedade da educação no campo, a falta de infraestrutura e as desigualdades de gênero. A articulação desses temas, tanto nas demandas locais quanto nacionais, fortalece as lutas coletivas e contribui para a construção de uma agenda política focada no desenvolvimento rural sustentável. Ao reunir jovens de diversas regiões e vivências, o evento possibilita a troca de experiências e a construção conjunta de estratégias para enfrentar esses desafios, promovendo uma visão mais inclusiva e equitativa do futuro rural. Essa troca contribui para o fortalecimento da capacidade de mobilização da juventude rural, reafirmando seu papel como protagonista na transformação das realidades locais:

Acredito que a educação no campo tem avançado, mas ainda há muito o que melhorar. Hoje, os jovens têm mais oportunidades de estudar, mas ainda enfrentam desafios como a falta de infraestrutura nas escolas, a escassez de recursos e de professores qualificados. Apesar disso, a educação no campo é fundamental, porque ela não só garante o direito à educação, mas também possibilita que os jovens permaneçam no campo, trabalhando com as suas famílias e aplicando o que aprendem para melhorar a vida no campo. No entanto, as escolas ainda precisam de mais apoio, tanto do governo quanto das comunidades. A estrutura precisa ser melhorada, com mais equipamentos e recursos, e os professores precisam ser capacitados para trabalhar com a realidade do campo. Além disso, é importante que a educação seja contextualizada, ou seja, que aborde as questões do campo, como agricultura familiar, questões ambientais e direitos trabalhistas. Dessa forma, a educação no campo pode ser uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento das comunidades rurais. (Entrevistado 04. Entrevista realizada no dia 09 de abril de 2025).

A fala do entrevistado destaca a necessidade de avanços significativos na educação do campo, principalmente em relação à infraestrutura e à formação de professores capacitados para lidar com as especificidades do ambiente rural. A educação contextualizada, que inclua temas como agricultura familiar e questões ambientais, torna-se um elemento essencial para garantir que os jovens permaneçam no campo e possam contribuir ativamente para a melhoria das condições locais. Essa abordagem educativa não apenas capacita os jovens, mas também fortalece as comunidades rurais, tornando-as mais resilientes e preparadas para enfrentar os desafios econômicos, sociais e ambientais.

A mobilização coletiva no Festival Nacional da Juventude Rural é um exemplo claro de como os jovens rurais se organizam para lutar por seus direitos e promover o desenvolvimento de suas comunidades. Este processo é facilitado pela criação de um espaço onde os jovens podem se encontrar, compartilhar suas experiências e construir uma identidade coletiva baseada em valores comuns.

O Festival Nacional da Juventude Rural é um evento que vai além de um simples encontro de jovens. Ele representa um movimento social em si, onde a mobilização é tanto um objetivo quanto um meio para alcançar outros objetivos. Durante o festival, os jovens participam de atividades diversas, incluindo palestras, oficinas, debates e atividades culturais, que promovem a conscientização e a ação coletiva. Conforme Cadoná, Tirelli e Muller (2024, p. 129):

O Festival Nacional da Juventude compreende uma mobilização coletiva, organizada sob a coordenação da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), em articulação com a Comissão Nacional de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, com as Comissões Estaduais de Jovens Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, com as 27 Federações dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares e com Sindicatos Rurais a essas federações filiados. A primeira edição do Festival Nacional da Juventude Rural aconteceu em 2007 e, desde então, foram realizados quatro festivais: em 2007, em 2010, em 2015 e em 2023.

Um dos principais objetivos do festival é fomentar o protagonismo juvenil no campo, estimulando a participação ativa na formulação de políticas públicas e na luta por uma sociedade mais justa. Para isso, o evento oferece um espaço de reflexão sobre questões cruciais como reforma agrária, sustentabilidade, educação no campo, gênero e geração de renda. Esses temas são abordados por meio de oficinas, palestras, grupos de

trabalho e apresentações culturais, proporcionando uma aprendizagem dinâmica e contextualizada.

Aqui na base, a preparação para o Festival começa muito antes da viagem para Brasília. Os sindicatos, em conjunto com as comissões municipais e estaduais de jovens, realizam encontros preparatórios, debates e formações que ajudam a construir a pauta levada ao evento nacional. Essa construção coletiva é fundamental para garantir que as demandas locais estejam representadas. Além disso, o retorno do festival é acompanhado de atividades práticas nas comunidades, como rodas de conversa, apresentações em escolas e feiras locais, o que reforça o compromisso com a transformação social a partir do território. Os repertórios de educação promovidos pelo festival envolvem métodos participativos que priorizam a troca de saberes entre os jovens e suas comunidades. A pedagogia freireana é uma influência significativa nesse processo, pois enfatiza a educação como um ato de conscientização e transformação social. Segundo Freire (1987), “a educação não transforma o mundo. A educação muda as pessoas e as pessoas transformam o mundo”. Esse enfoque é fundamental para criar lideranças jovens capazes de mobilizar suas comunidades em prol de mudanças estruturais.

Outro aspecto central é a construção de uma identidade coletiva entre os jovens participantes. Essa identidade se forma a partir do compartilhamento de experiências e desafios comuns, além do reconhecimento das potencialidades do campo como espaço de vida e produção. A participação no festival permite que os jovens se conectem com as lutas históricas dos trabalhadores rurais e fortaleçam seu compromisso com a defesa dos direitos e da cultura do campo.

Os impactos do festival se refletem na ampliação das capacidades técnicas e políticas dos jovens, que retornam às suas comunidades com maior confiança e habilidades para promover iniciativas locais. Esse retorno se materializa na forma de projetos comunitários, campanhas de sensibilização e ações articuladas com movimentos sociais e entidades de classe, como sindicatos e associações. É importante destacar que os jovens não apenas levam demandas ao festival, mas também voltam com repertórios de ação que fortalecem os movimentos de base. Muitos jovens passam a atuar como multiplicadores em suas regiões, desenvolvendo atividades de formação política, liderando iniciativas de agroecologia, comunicação popular, cultura e geração de renda. Dessa forma, o Festival se consolida como um ponto de partida para novas trajetórias de engajamento e protagonismo juvenil no meio rural.

Além disso, o festival é também um espaço para questionar e propor soluções para os desafios enfrentados pelos jovens rurais, como o êxodo juvenil, a precariedade da educação no campo, a falta de infraestrutura e as desigualdades de gênero. A articulação desses temas com as demandas locais e nacionais fortalece as lutas coletivas e contribui para a consolidação de uma agenda política voltada ao desenvolvimento rural sustentável

Dessa forma, o Festival Nacional da Juventude Rural representa um marco na mobilização coletiva e na educação dos jovens do campo, reafirmando o papel transformador da juventude na construção de um futuro mais justo e equitativo. A continuidade e o fortalecimento desse evento são essenciais para garantir que as vozes dos jovens rurais sejam ouvidas e que suas demandas sejam incorporadas às políticas públicas, assegurando o desenvolvimento pleno das comunidades rurais.

O Festival Nacional da Juventude Rural é um evento de grande importância, pois vai além de ser uma simples mobilização; ele representa uma oportunidade de educação e formação para os jovens do campo. Ao reunir esses jovens em torno de uma causa comum, o festival serve como um ponto de partida para discussões e reflexões que são essenciais para a construção de um futuro mais justo e equitativo. Conforme destacado pelo entrevistado, as grandes mobilizações têm o poder de unir as pessoas e dar continuidade ao trabalho educativo realizado pelo sindicato:

Eu acredito que as grandes mobilizações influenciam bastante as ações educativas do sindicato, porque a mobilização é uma forma de unir as pessoas em torno de uma causa e, a partir disso, as ações educativas são uma forma de dar continuidade ao trabalho que começa na mobilização. Depois, as ações educativas seguem esse movimento, trazendo os temas discutidos na mobilização para as atividades práticas do sindicato, como as formações, oficinas e debates. Isso ajuda a manter as pessoas engajadas e conscientes da importância do trabalho do sindicato, pois elas conseguem ver que as mobilizações não são apenas protestos, mas também abrem espaço para a educação e a conscientização sobre os direitos e a realidade dos agricultores. Então, as mobilizações são fundamentais para dar força às ações educativas, trazendo as pessoas para a luta e, ao mesmo tempo, oferecendo uma forma de aprendizado contínuo." (Entrevistado 04. Entrevista realizada no dia 09 de janeiro de 2025).

As ações educativas não apenas seguem o movimento gerado pela mobilização, mas também incorporam os temas discutidos, levando-os para as atividades práticas do sindicato, como formações, oficinas e debates. Isso mantém os trabalhadores engajados, proporcionando um aprendizado contínuo e fortalecendo a conscientização sobre a importância do trabalho sindical, além de garantir que as demandas dos jovens rurais sejam ouvidas e integradas nas políticas públicas. Dessa forma, as mobilizações e o

trabalho educativo no contexto do Festival Nacional da Juventude Rural são fundamentais para o desenvolvimento das comunidades rurais e para o fortalecimento do papel transformador da juventude.

A mobilização coletiva do Festival Nacional da Juventude Rural, organizado pela CONTAG em parceria com diversas entidades representativas, tem sido um marco desde sua primeira edição em 2007, proporcionando espaços significativos para jovens agricultores familiares expressarem suas identidades e demandas. Os Festivais, ocorrendo regularmente desde 2007 até o mais recente em 2023, destacam-se como eventos essenciais para fortalecer o engajamento e a visibilidade das juventudes rurais na defesa dos interesses da agricultura familiar no Brasil.

Imagem: Divulgação do 4º festival nacional da juventude rural



Fonte: Contag, 2023.

Disponível em: <https://ww2.contag.org.br/retranca/festival-nacional-da-juventude-rural> . Acesso em 18 de junho de 2024.

A mobilização coletiva promovida pelo festival se manifesta de várias formas. Primeiro, há uma mobilização prévia ao evento, onde os jovens são convocados e organizados para participar. Essa prévia é realizada por meio das federações, regionais sindicais e sindicatos. Este processo envolve a criação de redes de comunicação e a coordenação de esforços entre diversas organizações e comunidades.

Durante o festival, a mobilização se intensifica, com os jovens participando ativamente das atividades e se engajando em discussões sobre questões importantes para

o meio rural. Finalmente, há uma mobilização pós-evento, onde os conhecimentos adquiridos e as redes formadas durante o festival são levados de volta para as comunidades, promovendo um impacto duradouro.

Durante o festival, a mobilização se intensifica à medida que os jovens se envolvem ativamente nas atividades e discussões que abordam questões cruciais para o desenvolvimento rural. Essa mobilização não se limita apenas ao evento, mas se estende para as comunidades, com os conhecimentos adquiridos e as redes formadas sendo compartilhados e aplicados nas ações locais. Esse ciclo contínuo de aprendizado e aplicação prática gera um impacto duradouro, fortalecendo as comunidades rurais e criando uma base sólida para futuras mobilizações e ações. Além disso, ao reunir jovens de diferentes localidades, o festival permite a troca de experiências e fortalece o senso de pertencimento a uma causa comum, essencial para a continuidade da luta por direitos no campo: "As mobilizações têm um papel fundamental na divulgação das ações do sindicato. Elas atraem atenção de várias esferas, tanto da mídia quanto das autoridades locais e nacionais, o que fortalece a visibilidade do nosso trabalho. Quando fazemos parte de mobilizações grandes, como a Marcha das Margaridas, conseguimos levar nossas demandas e nossas ações para fora da comunidade, o que acaba gerando mais apoio e reconhecimento. Além disso, essas mobilizações têm o poder de reunir um grande número de pessoas, e isso facilita o trabalho do sindicato de engajar mais trabalhadores, sensibilizando-os sobre a importância de se envolver nas atividades e se organizar para lutar por seus direitos." (ET4, 10/01/2025)

Essa fala demonstra a força das mobilizações e como elas ampliam a visibilidade das ações do sindicato, atraindo mais apoio e sensibilizando um número maior de trabalhadores para a importância de se engajar na luta por direitos. As mobilizações se tornam, portanto, um canal para amplificar as demandas do movimento sindical, permitindo que as ações do sindicato sejam reconhecidas e apoiadas por uma rede maior de pessoas, entidades e autoridades. Essa visibilidade é fundamental para manter o movimento em movimento e garantir que as questões do meio rural continuem sendo discutidas e abordadas nas esferas política e social.

Os repertórios de educação no Festival Nacional da Juventude Rural são amplos e diversos, abrangendo desde práticas tradicionais até metodologias inovadoras. Um dos pilares desses repertórios é a educação popular, inspirada nos princípios da pedagogia crítica de Paulo Freire (1970). A educação popular busca promover a conscientização e a

emancipação dos indivíduos, permitindo que eles se tornem agentes de mudança em suas comunidades.

Freire argumenta que a educação deve ser um ato de liberdade, onde os educandos participam ativamente do processo educativo. Este princípio é evidente no festival, onde os jovens são incentivados a participar de forma ativa e crítica, questionando as estruturas sociais e políticas que afetam suas vidas e propondo alternativas para superá-las.

Durante o Festival Nacional da Juventude Rural, são utilizadas diversas metodologias educativas que visam promover o aprendizado crítico e participativo. Estas metodologias incluem:

Oficinas Práticas: As oficinas são um espaço onde os jovens podem aprender novas habilidades e técnicas relacionadas à agricultura sustentável, agroecologia, direitos humanos e outras áreas relevantes. Estas oficinas são conduzidas por facilitadores experientes e promovem a troca de conhecimentos entre os participantes.

Imagem: Oficina realizada durante o 4º festival nacional da juventude rural



Fonte: Contag, 2023.

As oficinas práticas promovidas durante o evento desempenham um papel central nesse processo educativo, contribuindo para a construção de repertórios pedagógicos que valorizam a cultura rural, a sustentabilidade e a agroecologia. Essas oficinas abordam temas diversos, como técnicas de produção agroecológica, manejo sustentável dos recursos naturais, gestão cooperativa e desenvolvimento comunitário. Além disso,

práticas como a culinária tradicional, o artesanato local e o uso de tecnologias sociais também têm destaque, promovendo o resgate cultural e a transmissão de saberes intergeracionais.

Os repertórios educativos das oficinas vão além do ensino técnico, integrando reflexões críticas sobre os desafios enfrentados pelos jovens no meio rural. O formato participativo das atividades incentiva a troca de experiências e o aprendizado coletivo, reforçando valores como solidariedade, autonomia e pertencimento. As oficinas funcionam como espaços de pedagogia libertadora, alinhadas às perspectivas de Paulo Freire, ao promoverem o diálogo como ferramenta de aprendizado e transformação social.

Por meio dessas experiências práticas, os jovens são estimulados a aplicar os conhecimentos adquiridos em suas comunidades, fortalecendo a agricultura familiar e promovendo práticas sustentáveis. Ao mesmo tempo, as oficinas contribuem para a formação de lideranças no campo, capacitando os participantes a ocuparem espaços de decisão e articularem políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural.

Em síntese, as oficinas práticas realizadas no Festival Nacional da Juventude Rural não apenas capacitam os jovens, mas também reafirmam o papel da educação como ferramenta de emancipação social. Elas consolidam uma abordagem educativa que valoriza o saber local, promove a justiça social e incentiva o protagonismo da juventude rural na construção de um futuro sustentável.

Palestras e Debates: As palestras e debates são uma oportunidade para os jovens se informar sobre questões importantes e discutirem suas opiniões. Estes espaços são fundamentais para a construção de um pensamento crítico e para a formação de uma consciência política.

Imagem: Painel que abordou a Década da Agricultura Familiar



Fonte: Contag, 2023.

Disponível : <https://ww2.contag.org.br/jovens-da-delegacao-internacional-saem-do-festival-nacional-da-juventude-inspirados-para-replicar-a-experiencia-em-seus-paises-20230428> . Acesso em 18 de junho de 2024.

As palestras e debates realizados no Festival Nacional da Juventude Rural são momentos centrais de reflexão e aprendizado coletivo. Esses espaços reúnem jovens do campo, especialistas, lideranças políticas, representantes de movimentos sociais e acadêmicos em torno de temas cruciais para o desenvolvimento rural sustentável, a valorização da agricultura familiar e a garantia de direitos sociais no campo.

Os repertórios educativos das palestras e debates transcendem a simples transmissão de conhecimento técnico ou teórico. Eles promovem a articulação de saberes locais e globais, abordando questões como o impacto das mudanças climáticas na produção agrícola, a democratização do acesso à terra, a soberania alimentar, e a importância do protagonismo juvenil na construção de políticas públicas. Esse processo educativo amplia a capacidade dos jovens de compreenderem suas realidades locais em conexão com os desafios globais.

As palestras frequentemente introduzem temas inovadores e urgentes, como a adoção de tecnologias sociais no campo, a transição para práticas agroecológicas e a relevância da economia solidária. Já os debates permitem a problematização desses conteúdos, estimulando o pensamento crítico dos participantes e a troca de experiências

entre diferentes regiões e culturas. Esse diálogo enriquece os repertórios educativos ao incorporar múltiplas perspectivas e vivências.

Além disso, a metodologia participativa empregada nos debates reforça a construção coletiva do conhecimento. Ao invés de um formato hierárquico, os debates no festival valorizam a horizontalidade, promovendo o envolvimento ativo dos jovens na formulação de soluções e estratégias para o fortalecimento do meio rural. Esse aspecto é alinhado com os princípios freireanos, nos quais a educação é entendida como prática da liberdade e construção compartilhada de saberes.

Outro ponto de destaque é a inserção de temas relacionados às lutas históricas do campo, como a reforma agrária, igualdade de gênero, agricultura familiar.. As palestras e debates oportunizam aos jovens o contato com narrativas que reafirmam sua identidade rural e estimulam a organização coletiva, fundamental para a transformação social.

O Festival Nacional da Juventude Rural se destaca por sua relevância ao reunir diferentes atores sociais para fortalecer as mobilizações e os debates sobre temas cruciais para a agricultura familiar e as demandas da juventude rural. Durante o evento, participantes destacaram a importância desses encontros para evidenciar a força da agricultura familiar no Brasil, especialmente considerando seu papel essencial na alimentação do país. O entrevistado 4:

Eu acho que, como eu falei antes, isso mostra realmente as mobilizações, os festivais, os encontros. Mostra realmente a força que a agricultura familiar tem no nosso país. A força que vem da nossa alimentação. A alimentação do Brasil vem da agricultura familiar, então acredito que seja isso um dos grandes marcos e da grande importância que tenha esses encontros e também pela questão de lutas das nossas pautas enquanto jovens, enquanto mulheres aposentadas. Então isso aí é de grande valia também pela questão de quando acontecem festivais, Marcha das Margaridas e encontros, é que realmente a gente também possa trocar experiência, conhecer novas vivências, conhecer novas pessoas de outros estados e também, com isso tudo, mostrar a força que tem a agricultura familiar em todo o âmbito do Brasil. Então, para mim, eu acho que é essa a mais importante dessas mobilizações e, claro, também a força, como já comentei.” (ET 04, 10/01/2025).

Essas palavras evidenciam o caráter agregador do festival, que possibilita a troca de experiências e o fortalecimento das lutas sociais em diversas áreas, como a juventude, as mulheres e os aposentados. Ademais, a importância de garantir que essas mobilizações sejam realizadas de forma pacífica também foi ressaltada: “E as nossas mobilizações todas são pacíficas, nenhuma mobilização a gente faz algum tipo de bagunça, de ameaça,

alguma coisa que isso é importante ressaltar. E, com certeza, isso tem um peso muito grande, tanto a nível estadual quanto a nível nacional.” (ET 04, 10/01/2025).

Os efeitos dessas mobilizações ultrapassam o momento específico do evento, contribuindo para a construção de pautas e sua disseminação em diferentes instâncias, desde o nível nacional até o local. Um dos participantes destacou:

Eu acredito que sim, foi muito influenciado pela questão do trabalho. Por exemplo, este ano a gente vai ter o Congresso, e o Congresso Nacional, Congresso Estadual e Congresso Regional. Então, são em várias esferas, em vários níveis, e com certeza. Por exemplo, tudo que foi trabalhado e foi de pautas na Marcha das Margaridas em 2023, esses temas ainda estão sendo trabalhados com as comissões de mulheres, nos sindicatos, e eu acho que isso traz realmente uma força, uma importância muito maior quando isso é debatido a nível nacional, vem para o nível de Estado e também para dentro do sindicato. Então, assim também foi feito com o Festival da Juventude, que também foi... que aconteceu em 2023, e a gente vem trabalhando, vem construindo pautas também para que a gente possa, no próximo festival, na próxima Marcha das Margaridas, então fazer essas reivindicações novamente. Mas, com certeza, o impacto é muito grande, porque tudo que é trabalhado a nível nacional chega também aqui no nosso município, na nossa realidade.” (ET 04, 10/01/2025).

Esse depoimento reflete a dinâmica de articulação e integração promovida pelo festival, reafirmando sua relevância enquanto espaço de luta e construção coletiva, com impactos significativos para a agricultura familiar e a juventude rural em todo o Brasil.

Em síntese, as palestras e debates no Festival Nacional da Juventude Rural são espaços educativos dinâmicos, que potencializam o protagonismo juvenil, promovem a articulação de saberes e fortalecem as bases para a construção de um meio rural mais justo, sustentável e inclusivo. Esses momentos não apenas transmitem conhecimento, mas também inspiram os jovens a se tornarem agentes de mudança em suas comunidades e no cenário político.

Atividades Culturais: As atividades culturais, como apresentações musicais, teatrais e artísticas, são uma forma de valorizar a cultura rural e promover a expressão criativa dos jovens. Estas atividades também fortalecem a identidade coletiva e o senso de pertencimento ao movimento.

Foto: Apresentação cultural durante o 4º festival nacional da juventude.



Fonte: da Autora, 2023.

As atividades culturais realizadas no Festival Nacional da Juventude Rural desempenham um papel essencial na valorização das identidades rurais e na construção de repertórios educativos que conectam tradição, criatividade e transformação social. Por meio da música, dança, teatro, artesanato, gastronomia e outras expressões culturais, os jovens do campo encontram um espaço para reafirmar sua história e seu papel na sociedade.

Essas atividades culturais promovem a transmissão intergeracional de saberes e práticas, atuando como instrumentos de preservação do patrimônio imaterial das comunidades rurais. Elas também fortalecem o sentimento de pertencimento e a autoestima dos jovens, ao celebrar as raízes culturais do campo em um ambiente que frequentemente marginaliza essas identidades.

Do ponto de vista educativo, as atividades culturais integram múltiplas dimensões de aprendizagem. A apresentação de grupos folclóricos, por exemplo, não apenas celebra a tradição, mas também desperta discussões sobre a resistência cultural em face da globalização e do êxodo rural. Da mesma forma, oficinas artísticas e exposições permitem que os participantes explorem novas formas de expressão, conectando o cotidiano do campo a linguagens contemporâneas.

Além disso, o caráter coletivo dessas atividades incentiva a construção de valores como solidariedade, respeito à diversidade e cooperação. Jovens de diferentes regiões compartilham suas práticas culturais, enriquecendo mutuamente seus repertórios e

promovendo a interculturalidade. Essa troca de experiências fortalece a ideia de que o meio rural é um espaço vivo, dinâmico e criativo.

As atividades culturais também são momentos de reflexão política. Por meio de músicas de protesto, peças teatrais engajadas ou narrativas poéticas, os jovens abordam temas como desigualdade social, direitos trabalhistas e a luta pela reforma agrária. Essas expressões culturais, carregadas de significado político, reforçam o papel da cultura como instrumento de resistência e transformação.

Por fim, o aspecto lúdico e celebrativo das atividades culturais contribui para a integração dos participantes, criando um ambiente de acolhimento e pertencimento. Esse processo educativo é marcado pela emoção, pela identificação coletiva e pela reafirmação das juventudes rurais como protagonistas na construção de um futuro mais justo e sustentável.

Em síntese, as atividades culturais do Festival Nacional da Juventude Rural são fundamentais para o fortalecimento das identidades rurais e para a construção de repertórios educativos que integram tradição, crítica social e inovação. Elas ressignificam o campo como um espaço culturalmente rico e educativamente potente, conectando os jovens às suas origens e aos desafios de presente.

Um dos principais impactos do Festival Nacional da Juventude Rural é a formação de redes de apoio e solidariedade entre os jovens rurais. Estas redes são essenciais para o fortalecimento comunitário e para a promoção de ações coletivas em prol do desenvolvimento rural. Através destas redes, os jovens podem compartilhar recursos, conhecimentos e estratégias, fortalecendo a capacidade de suas comunidades para enfrentar desafios e buscar alternativas sustentáveis.

O festival também tem um papel crucial na visibilidade das demandas e desafios enfrentados pelos jovens rurais. Ao reunir um grande número de jovens e promover discussões sobre questões importantes, o festival chama a atenção de formuladores de políticas e da sociedade em geral para a realidade do meio rural. Esta visibilidade é fundamental para influenciar políticas públicas e programas voltados para o desenvolvimento rural, garantindo que as vozes dos jovens sejam ouvidas e consideradas nos processos de tomada de decisão.

Os repertórios de educação promovidos pelo festival têm um efeito multiplicador, pois os conhecimentos adquiridos são levados de volta para as comunidades, onde podem

ser aplicados e disseminados. Isto contribui para a promoção da justiça social e da sustentabilidade, ao capacitar os jovens para se tornarem líderes e agentes de mudança em suas comunidades. Estudos indicam que eventos como o Festival Nacional da Juventude Rural são essenciais para a construção de um futuro mais justo e sustentável no campo (Gohn, 2014).

O Festival Nacional da Juventude Rural é um exemplo notável de como a mobilização coletiva e os repertórios de educação podem transformar realidades e empoderar jovens para se tornarem protagonistas em suas comunidades. Ele representa uma combinação eficaz de ação coletiva e educação crítica, essenciais para o desenvolvimento rural sustentável e a promoção da justiça social. Ao proporcionar um espaço para a mobilização e o aprendizado, o festival fortalece a identidade coletiva dos jovens rurais e promove a construção de um futuro mais justo e sustentável.

O Festival Nacional da Juventude Rural não apenas serve como um ponto de encontro, mas também como um espaço de reflexão e mobilização para os jovens que vivem no campo. Ele oferece oportunidades únicas para que esses jovens compartilhem suas vivências, desafios e perspectivas, ao mesmo tempo em que constroem uma rede de apoio e solidariedade com outros jovens rurais de diferentes regiões do país. Essa troca de experiências é fundamental para fortalecer a identidade coletiva dos participantes e criar um senso de pertencimento e de capacidade de transformação dentro de suas comunidades.

Um dos maiores legados do festival é a criação de repertórios educativos que não se limitam ao aprendizado acadêmico, mas também incluem saberes práticos e estratégias para enfrentar as questões específicas do meio rural. Os debates, oficinas e palestras realizadas durante o evento abordam temas que vão desde a gestão rural sustentável até o empoderamento feminino e a promoção de direitos humanos no campo. Essas discussões são fundamentais para o desenvolvimento de uma visão crítica dos jovens sobre a realidade em que vivem, ao mesmo tempo em que oferecem ferramentas e estratégias para que possam atuar como agentes de mudança.

Esses repertórios educativos, ao serem compartilhados nas comunidades de origem dos participantes, têm um impacto multiplicador. Os jovens, ao retornarem para suas localidades, carregam consigo não apenas informações, mas também a motivação e as habilidades adquiridas no evento, o que fortalece as organizações locais e aumenta a capacidade das comunidades de se mobilizarem em torno de soluções para os seus

próprios problemas. A disseminação desses conhecimentos também promove uma maior conscientização sobre questões cruciais, como a preservação ambiental, o acesso a direitos sociais e a importância de políticas públicas que atendam às necessidades do meio rural.

Ao fortalecer o protagonismo dos jovens rurais, o Festival Nacional da Juventude Rural se torna um mecanismo essencial para garantir que suas vozes sejam ouvidas, tanto nas comunidades como nos processos de formulação de políticas públicas. Com a visibilidade proporcionada pelo evento, os jovens ganham um canal direto para reivindicar seus direitos e participar ativamente das decisões que afetam suas vidas. Além disso, a criação de uma rede de jovens líderes rurais potencializa a pressão para que o Estado e os demais atores sociais considerem as especificidades do meio rural em suas políticas, garantindo que as necessidades dos jovens sejam tratadas de maneira adequada e que suas experiências sejam levadas em conta.

Em um contexto mais amplo, o festival também contribui para a formação de uma nova geração de líderes rurais que são capazes de unir a luta por direitos com a busca por alternativas sustentáveis e inovadoras de desenvolvimento. Esses jovens, ao se tornarem agentes de transformação em suas comunidades, atuam como catalisadores de um modelo de desenvolvimento rural mais justo, inclusivo e ambientalmente responsável. A educação promovida pelo festival, portanto, não se limita a uma formação técnica, mas inclui a construção de uma visão de mundo crítica, solidária e comprometida com a justiça social e a sustentabilidade.

A partir dessa perspectiva, o Festival Nacional da Juventude Rural tem um papel fundamental na construção de um futuro mais justo e sustentável para o campo, ao capacitar jovens para serem líderes que, além de promoverem mudanças em suas próprias comunidades, têm o potencial de influenciar a construção de um Brasil mais inclusivo e equitativo. Ao unir educação, mobilização social e ação coletiva, o festival torna-se uma poderosa ferramenta de transformação social e política, que contribui para que as demandas e as necessidades do meio rural sejam efetivamente incorporadas na agenda nacional. O impacto dessa experiência não se limita ao período do evento, mas reverbera ao longo do tempo, à medida que os jovens se tornam protagonistas na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação de mestrado em desenvolvimento regional, teve como objetivo analisar como a dinâmica histórica de mobilização sociopolítica repercute nos repertórios educativos adotados pelo movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras na agricultura familiar, a partir da experiência do Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares de Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol e Herveiras. Fundamentado nos aportes teóricos sobre movimentos sociais, educação do campo, materialismo histórico e nos repertórios de ação coletiva, o estudo buscou demonstrar que os processos educativos produzidos no interior do movimento sindical não apenas extrapolam os limites da educação escolar, mas expressam uma pedagogia articulada à luta, à consciência política e à construção de sujeitos históricos comprometidos com os destinos do meio rural.

A análise dos repertórios educativos permitiu compreender que a ação sindical no campo da educação se manifesta por meio de uma ampla gama de práticas, saberes e dispositivos formativos, que se entrelaçam em diferentes escalas de atuação: local, regional, estadual e nacional. Esses repertórios englobam desde ações programadas, como cursos de formação, oficinas, encontros e seminários, até a formação na ação, vivenciada em assembleias, mobilizações, espaços coletivos de deliberação e nas experiências práticas de luta. Tais repertórios carregam sentidos políticos e pedagógicos próprios, sendo moldados por valores como solidariedade, resistência, autonomia, emancipação e justiça social.

Os dados empíricos evidenciaram que os repertórios educativos do sindicato se reconfiguram historicamente, respondendo às transformações estruturais que atingem a agricultura familiar, bem como às disputas políticas e às reconfigurações internas do próprio movimento sindical. A incorporação de novas agendas, como a sucessão rural, a agroecologia, os direitos das mulheres, a diversidade sexual, o enfrentamento às violências e as políticas afirmativas, revela a capacidade do movimento de renovar suas práticas educativas e ampliar os sujeitos convocados à formação política. Nesse sentido,

os repertórios educativos não são meramente instrumentos pedagógicos, mas formas de intervenção na realidade, capazes de fomentar consciência crítica, pertencimento territorial e protagonismo social.

A própria noção de repertório educativo, desenvolvida neste trabalho a partir da adaptação do conceito de Charles Tilly, mostrou-se uma ferramenta potente para a análise da ação sindical enquanto processo formativo. Ela permitiu captar a complexidade dos modos como a educação ocorre nas lutas cotidianas, nos espaços de decisão coletiva, nos festivais e eventos de massa, nas narrativas orais, nos materiais formativos produzidos pelas entidades sindicais, e na vivência de ser agricultor e agricultora familiar em um contexto historicamente marcado por desigualdades e exclusão. O repertório educativo é, assim, ao mesmo tempo acúmulo histórico, é herança e criação, é prática e elaboração coletiva, sempre tensionado pelas conjunturas políticas, pelas disputas de projeto societário e pelas experiências concretas dos sujeitos do campo.

Entre os avanços deste trabalho, destaca-se a contribuição teórico-metodológica ao propor uma categoria analítica ainda incipiente nos estudos sobre educação do campo, os repertórios educativos, e relacioná-la à historicidade das lutas do movimento sindical. A abordagem qualitativa e a escuta sensível dos sujeitos entrevistados, somadas à análise documental, possibilitaram uma reconstrução significativa das estratégias formativas do sindicato estudado. Além disso, o trabalho valoriza o papel da educação sindical na constituição de territórios pedagógicos do campo, apontando que a formação política desenvolvida nesses espaços contribui diretamente para o fortalecimento do desenvolvimento regional, da agroecologia, da soberania alimentar e da organização coletiva.

No entanto, também se reconhecem limites importantes na pesquisa. A delimitação empírica a um único sindicato, embora necessária para o aprofundamento qualitativo, restringe o alcance comparativo com outras realidades sindicais no Brasil. Ademais, a investigação se concentrou no período de mobilização a partir da década de 1990, o que impediu uma análise mais ampla das práticas educativas em fases anteriores do sindicalismo rural. Igualmente, a participação de mulheres, jovens e sujeitos LGBTQIAPN+ aparece como uma dimensão emergente, que mereceria, em futuras investigações, um recorte específico e mais aprofundado, sobretudo no que tange aos efeitos transformadores desses sujeitos na redefinição dos repertórios pedagógicos.

Outro limite diz respeito à impossibilidade de realizar um acompanhamento longitudinal dos efeitos das ações educativas sobre as trajetórias de vida e de engajamento político dos sujeitos. Tal abordagem, que exigiria um recorte temporal mais extenso, poderia aprofundar a compreensão sobre a permanência, a descontinuidade ou a ressignificação das aprendizagens construídas nos espaços formativos do sindicato.

Apesar desses limites, a pesquisa confirma que o movimento sindical da agricultura familiar não atua apenas como mediador de políticas públicas ou defensor de direitos econômicos, mas como um produtor ativo de educação política, de valores e de subjetividades. A articulação entre mobilização coletiva e repertórios educativos se consolida como um campo estratégico para o fortalecimento da agricultura familiar, para a superação das desigualdades estruturais no meio rural e para a constituição de sujeitos sociais aptos a reivindicar e a construir outros modos de vida.

Dessa forma, esta dissertação reafirma que os repertórios educativos do movimento sindical rural constituem não apenas instrumentos de formação política, mas expressões vivas de uma pedagogia do coletivo, da luta e da dignidade. Trata-se de uma educação ancorada no território, nas relações de solidariedade e no compromisso ético com a transformação social. Em tempos de intensas disputas por sentidos da educação e por projetos de sociedade, investigar, compreender e valorizar esses repertórios torna-se ainda mais necessário.

Afirma-se que este trabalho deva contribuir para ampliar o debate acadêmico sobre as formas plurais de educação do campo, inspirar políticas públicas sensíveis à realidade dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, e incentivar novas pesquisas comprometidas com a escuta dos sujeitos populares e com a construção de saberes enraizados na experiência coletiva e na luta por justiça social.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. Repertório, Charles Tilly: **História de um conceito**. Sociologia & Antropologia. V.02.03: 21-41, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sant/a/vfhGhRrJCdbfGvvV3GG9wDJ/?lang=pt&format=pdf> . Acesso em 1 de junho de 2024

Alves, M. V. (2001). **Movimento Sindical e Educação no Campo**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

Arroyo, M. G. (2007). **Educação do campo e a luta pela cidadania**. São Paulo: Cortez

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S. MOLINA, M. C. (org.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2011. 214 p.

BEGNAMI, J. B. Pedagogia da alternância como sistema educativo. **Revista de Formação por Alternância**, Brasília, 1(2): 24-47, 2005.

Boito Jr., A. (1989). **O Sindicalismo na Política Brasileira**. Campinas. Unicamp. Instituto de filosofia e ciências humanas, 2005. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/publicacoes/pf-publicacoes/col-traj-8-checado-maio2017.pdf> . Acesso em 01 de janeiro de 2025

BORTOLETO, José. A educação do campo enquanto um horizonte para o desenvolvimento de um modelo de economia. **Polêmica**, v. 17, n. 1, 2017.

BRASIL. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD**. Brasília: IBGE, 2019.

BRIDGEL, Breno. **Com, contra e para além de Charles Tilly**: mudanças teóricas no estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sant/a/NTFrDZxzybp8pLwy7yPTKqd/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em 1 de junho de 2024.

CADONÁ, Marco André; TIRELLI, Cláudia; MULLER, Marieli Helena. **Frames dos jovens agricultores familiares no Brasil**: uma análise a partir dos Festivais Nacionais da Juventude Rural. Campo-Território: revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 19, n. 54, p. 129-152, abr. 2024.

Caldart, R. S. (2000). **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: escola é mais que escola. Petrópolis: Vozes.

CALDART, Roseli S. (Org.). **Por uma educação do campo**: traços de uma identidade em construção. Brasília: Articulação Nacional “Por Uma Educação Do Campo”, 2002.

CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; ALBUQUERQUE, Maria do Carmo Alves. **Movimentos sociais e seus efeitos:** balanço do debate e proposições analíticas. Civitas - Revista de Ciências Sociais, v. 17, n. 2, p. 360-378, 2017.

CONTAG. (2017). **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).** Relatório Institucional. Brasília: CONTAG. Disponível em: <https://ww2.contag.org.br/tema/pronera> . Acesso em 28 de maio de 2024.

CONTAG- Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares Disponível em: <https://ww2.contag.org.br/> . Acesso em 3 de junho de 2023.

CONTAG 2. Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares Disponível em <https://ww2.contag.org.br/a-contag> . Acesso em 30 de outubro de 2023.

CONTAG. **Educação do Campo:** um direito de todos. Documentos Institucionais. Brasília: CONTAG. 2018. Disponível em: <https://ww2.contag.org.br/tema/educacao-do-campo> . Acesso em: 29 de maio de 2024.

COSTA, Maria de Lourdes. **Movimentos Sociais e Sindicalismo Rural no Brasil.** São Paulo: Editora Campos, 2010.

FAVARETO, Arilson. **Agricultores, trabalhadores:** os trinta anos do novo sindicalismo rural no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 21, n. 62, p.27-162, out. 2006.

Ferreira, L. C. (2012). **Educação do campo e valorização profissional dos educadores.** Educação & Sociedade, 33(119), 1057-1072.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação no campo:** uma trajetória de lutas e conquistas. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação e lutas camponesas no Brasil.** São Paulo: Editora UNESP, 1989. Disponível em: <https://repositorio.iica.int/bitstream/handle/11324/11883/BVE20098075p.PDF?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 02 de junho de 2024.

FETAG. (2017). **Mobilização e Participação Comunitária na Educação Rural.** Relatório Institucional. Porto Alegre: FETAG.

FETAG. (2015). **A Educação no Campo e a Valorização dos Educadores.** Publicação Interna. Porto Alegre: FETAG.

FETAG. (2016). **Formação Continuada de Educadores no Meio Rural.** Relatório Anual. Porto Alegre: FETAG. Disponível em:

FETAG-RS. **Alfabetização de Jovens e Adultos no Campo.** Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, 2021. Disponível em: [link](#)

FETAG-RS. **Educação Ambiental e Sustentabilidade no Meio Rural.** Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, 2020. Disponível em: [link](#)

FETAG-RS. **Inclusão Digital no Campo**. Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, 2019. Disponível em: [link](#)

FETAG-RS. **Programas de Saúde para Trabalhadores Rurais**. Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul, 2018. Disponível em: [link](#)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 70. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

GEHLEN, Ivaldo. **Políticas públicas e desenvolvimento social rural**. São Paulo em Perspectiva, v. 18, n. 2, p. 95-103, 2004. In: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censoagropecuario/censo-agropecuario-2017> .

GOHN, M. da G. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Petrópolis: Vozes, 2014.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e redes de mobilizações no Brasil contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. São Paulo. 2002. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/images/publicacoes/Livros/pesquisa/O-novo-rural-Brasileiro.pdf> . Acesso em 02 de junho de 2024.

Haesbaert, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**. DF, 2002. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/educacao-do-campo-identidade-e-politicas-publicas.pdf> .

LIMA, José Luciano de Queiroz. **Movimento sindical e reforma agrária no Brasil: história e perspectivas**. Recife: Ed. UFPE, 2010.

MARINHO, R. E. **Um olhar sobre a educação rural brasileira**. Brasília: Universia, 2008).

Martins, J. S. (2004). **Reforma agrária e educação no campo: a experiência do PRONERA**. Estudos Avançados, 18(51), 253-268.

MEDEIROS, L. **PRONERA e a Educação na Reforma Agrária**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012. Disponível em: <https://repositorio.iica.int/bitstream/handle/11324/11883/BVE20098075p.PDF?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em: 3 jun. 2024.

Molina, M. C. (2009). **Educação do campo e movimentos sociais: a escola na luta pela terra**. Educação & Sociedade, 30(108), 655-672.

Monticelli, E., Passos, E., Zortea, G. P., Gehlen, H. T., Remonti, J., Araújo, J. M., Teixeira Júnior, J. (Orgs.). **De Família para Família: A Construção Coletiva do Meio Rural**. Porto Alegre: FETAG-RS. 2021.]

MST. Disponível em: <https://mst.org.br/2019/11/28/80-mil-escolas-fechadas-no-campo-brasileiro-em-21-anos/> . Acesso em 01 de agosto de 2023.

NAVARRO, Zander. **Mobilização sem emancipação: as lutas sociais dos sem-terra no Brasil**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

OLIVERIA, Eduardo Malta; GEHLEN, Hoana Talita. **FETAG RS 60 fatos: 1963 - 2023: uma história de lutas e conquistas**. Porto Alegre: Century, 2024.

PNF: **Política Nacional de Formação do MSTTR** : 2022 / CONTAG. — Brasília, DF: CONTAG, 2022. Disponível em: <http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/publicacao/publicacao27.pdf> . Acesso em 31 de outubro de 2023.

Porto-Gonçalves, Carlos Walter. **A geograficidade do social: Uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina**. Revista eletrônica da associação dos geógrafos brasileiros. Seção Três Lagoas – MS. V1, nº 3, ano 3, maio de 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/RevAGB/article/download/1344/859> . Acesso em 18 de dezembro de 2024.

QUEIROZ, J. B. P.; SILVA, V. C.; PACHECO, Z. **Pedagogia da alternância: construindo a educação do campo**. Goiânia: UCG, 2006. 155 p.

Saffioti, Heleieth. **Gênero patriarcado violência**. 2.ed.—São Paulo : Expressão Popular : Fundação Perseu Abramo, 2015.

SILVA, Maria Aparecida da. **Educação e Movimentos Sociais no Campo**. Campinas: Autores Associados, 2015.

SILVA, Raimundo de Oliveira et al. **ENFOC: repercussões de um jeito de ser escola**. Brasília: Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, 2010. (Experiências Enfoc).

STEDILE, João Pedro (org.). **A questão agrária no Brasil: O debate na esquerda – 1960-1980**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

TATAGIBA, Luciana; ALBERS, Rebecca; SILVA, Marcelo Kunrath. **Movimentos Sociais e Políticas Públicas: Ideias e experiências na construção de modelos alternativos**. Revista de Sociologia e Política, v. 4. p. 106-138, 2016.

Tilly, Charles. **Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834**. In: Traugott, Mark (org.). **Repertoires and cycles of collective action**. Durham, NC: Duke University Press, 1995.

Tilly, Charles. **Getting it together in Burgundy, 1675-1975**. *CRSO Working Paper U128*, Center for Research on Social Organization, Universidade de Michigan, maio, 1976.

Tilly, Charles.. **From mobilization to revolution**. Boston: Wesley Publishing Co., 1978.

Tilly, Charles. Movimentos Sociais como Política. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 3. Brasília, janeiro-julho de 2010, pp. 133-160.

Tilly, Charles. ‘**Charles Tilly foi pra roça**’: Uma análise do conceito de repertório de ação coletiva aplicado às mobilizações do movimento dos atingidos por barragens e da igreja católica, na zona da mata mineira - Revista IDeAS, v. 9, n. 2, p. 129-151, 2015. .

TILLY, C. **Social Movements**, 1768-2004. Boulder, CO: Paradigm Publishers, 2004.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.



UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O presente roteiro de entrevista está inserido numa pesquisa maior, realizada por Marieli Elena Muller, com o objetivo de analisar como uma dinâmica histórica de mobilização coletiva repercute nos repertórios educativos utilizados pelo movimento sindical no meio rural. A partir dessa pesquisa, a Marieli deverá elaborar e defender sua Dissertação de Mestrado, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), sob a orientação do professor Marco André Cadoná. O título da Dissertação deverá ser o seguinte: “Repertórios Educativos do Movimento Sindical da Agricultura Familiar: uma análise a partir do Sindicato dos Trabalhadores Agricultores Familiares de Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol e Herveiras”.

A participação na pesquisa, na condição de “entrevistado/a” é voluntária. Além disso, as entrevistas que serão realizadas têm como fim exclusivo a realização da Dissertação, garantindo-se o anonimato (não identificação) dos pesquisados, caso os/as entrevistado/as assim desejarem.

A participação na pesquisa, de cada um/a, tem grande importância. E, nesse sentido, desde já, tanto a mestrande quanto o seu orientador são muito agradecidos.

Qualquer dúvida acerca da pesquisa entrar em contato, no seguinte endereço: mcadona@unisc.br ou no telefone (051) 3717 – 7300/ou no WhatsApp (051) 3737 – 7425.

ROTEIRO DE ENTREVISTAS:

1. A atuação no movimento sindical

- Como você começou a participar do movimento sindical?
- Quais foram suas principais motivações para se engajar no Sindicato?
- Qual é a sua função atual no Sindicato, e como você descreve sua rotina de atuação?
- Qual é, em sua opinião, a importância do movimento sindical no meio rural?

2. Percepções acerca das diferentes fases do movimento sindical na região

- Como você avalia a evolução do movimento sindical na nossa região ao longo dos anos?

- Quais foram os momentos mais desafiadores e os mais marcantes para o movimento sindical na sua visão?
- Você percebe mudanças na relação entre o Sindicato e os trabalhadores ao longo dessas fases?
- A partir dos anos 2000, a CONTAG liderou grandes mobilizações de trabalhadores rurais no Brasil, dentre as quais as principais são o Grito no Campo, Marcha das Margaridas, Festival Nacional da Juventude Rural. Qual é, em sua opinião, a importância dessas mobilizações? o que elas representam na história do movimento sindical no meio rural? o que elas trazem de novidade?

3. Formas de participação nas atividades desenvolvidas pelo Sindicato

- De quais atividades ou projetos desenvolvidos pelo Sindicato você já participou?
- Como essas atividades têm impactado sua vida pessoal e profissional?
- Você percebe engajamento dos trabalhadores nas atividades propostas? O que poderia ser melhorado?

4. O caráter educativo da atuação sindical

- Na sua opinião, como o Sindicato contribui para a formação e a conscientização dos trabalhadores?
- Que tipo de conhecimentos ou habilidades você adquiriu por meio das ações educativas do Sindicato?
- Quais atividades educativas você considera mais importantes ou transformadoras?

5. Percepções acerca dos projetos educativos presentes na história do movimento sindical

- Você pode citar algum projeto educativo promovido pelo Sindicato que marcou sua trajetória?
- Como esses projetos contribuíram para fortalecer o movimento sindical e a organização dos trabalhadores?

6. Percepções acerca das concepções pedagógicas que orientam as ações educativas no Sindicato

- O que você entende como objetivo principal das ações educativas realizadas pelo Sindicato?
- Você percebe que as atividades educativas valorizam a cultura e as experiências dos trabalhadores rurais?
- Quais são os pontos fortes e as limitações das ações pedagógicas do Sindicato?

7. Estratégias educativas adotadas pelo Sindicato

- Quais estratégias de ensino e aprendizagem utilizadas pelo Sindicato você considera mais eficazes?
- Como o Sindicato trabalha questões práticas e teóricas nas atividades educativas?
- Você percebe alguma diferença entre as estratégias adotadas pelo Sindicato e outras formas de educação no campo?

8. Repercussões das grandes mobilizações na atuação educativa do Sindicato

- Como as grandes mobilizações do movimento sindical influenciaram as ações educativas promovidas pelo Sindicato?
- Há algum exemplo em que uma mobilização impactou diretamente a sua comunidade ou seu trabalho?
- Você acredita que as mobilizações ajudam a ampliar o alcance das ações educativas do Sindicato?

9. Percepção acerca da educação no campo

- Como você avalia a educação no campo atualmente?
- De que forma o Sindicato contribui para melhorar o acesso à educação nas comunidades rurais?
- Que mudanças você considera fundamentais para fortalecer a educação no campo?

ANEXO 2**Termo de Autorização para Aplicação da Entrevista.**

Eu, _____,

CPF _____,

doravante denominado(a) CONCEDENTE, venho por meio do presente termo, autorizar o uso de minha entrevista e uso de voz, à Marieli Elena Müller, CPF 032.467.320-51, para fins acadêmicos que estão relacionados à dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul. Declaro estar ciente de que a presente autorização é feita a TÍTULO GRATUITO, não sendo nada devido ao(à) CONCEDENTE, por Marieli Elena Müller, com relação à utilização da minha entrevista.

Sra. Marieli, neste ato, fica autorizada a usufruir do direito de exclusividade sobre as entrevistas para a finalidade descrita neste documento. Este termo de autorização de uso dos relatos não gera quaisquer vínculos ou obrigações trabalhistas, securitárias, previdenciárias, indenizatórias ou mesmo empregatícias, entre o(a) CONCEDENTE e a Sra. Marieli.

Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Cruz do Sul, RS, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente termo.

E, para todos os fins e efeitos de direito, o(a) CONCEDENTE autoriza o uso da entrevista para os fins descritos acima.

() Li, concordo e autorizo.

Município _____, _____ de _____ de 2024.